

SUMÁRIO

ARTIGOS

Os colonos de Rondônia: conquistas e frustrações 3

Maria Helena Fernandes de Trindade Henriques

A crise do Estado e a região — a estratégia da descentralização em questão 43

Bertha K. Becker

Condomínios exclusivos: um estudo de caso .. 63

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill

TRANSCRIÇÃO

Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná 83

Keith Derald Muller

ISSN 0034-723

R. bras. Geogr.	Rio de Janeiro	ano 48	n.º 1	p. 1 a 140	jan./mar. 1986
-----------------	----------------	--------	-------	------------	----------------

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

A Revista não se responsabiliza
pelos conceitos emitidos
em artigos assinados

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ISSN 0034-723X

Pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado para:

Diretoria de Administração — CEDIT

Av. Brasil, 15.671 — Lucas
21.241 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tel: (021) 391-7788

Livraria do IBGE: Av. Franklin Roosevelt, 146/loja — Centro

20.021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tel: (021) 220-9147/(021) 220-8163

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística — ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.)-
Rio de Janeiro : IBGE, 1939-
Trimestral.

Órgão oficial do IBGE.

Inserto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar.
1967 — out./dez. 1976.

Índices : autor-título-assunto, v. 1-10(1939-1948) divulgado em 1950
sob o título : Revista brasileira de geografia : índices dos anos I a X,
1939-1948 — Índices anuais de autor-título-assunto.

ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Biblioteca Central
RJ-IBGE/81-44

CDU 91(05)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

ARTIGOS

OS COLONOS DE RONDÔNIA: CONQUISTAS E FRUSTRAÇÕES

Maria Helena Fernandes de Trindade Henriques*

SUMARIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *As áreas dos projetos*
- 3 — *As fontes de dados*
- 4 — *As condições de vida e níveis de saúde dos colonos*
- 5 — *Características demográficas*
- 6 — *Vinculação dos produtores com os canais institucionais*
- 7 — *Características sócio-econômicas dos produtores*
- 8 — *Auto-avaliação da situação atual*
- 9 — *Observações finais*
- 10 — *Bibliografia*

1 — INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é o de examinar as condições de vida dos colonos de Rondônia e proporcionar respostas a questões tais como, quem são os colonos, quais são os seus antecedentes, suas formas de produção e pretensões.

Tal foi possível através da análise de informações contidas em fontes secundárias e primárias. As primeiras, constituem-se nas Fichas de Identificação e no Levantamento Sócio-Econômico realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na maioria dos projetos de colonização em 1978. A fonte de dados primários é o Levantamento Sócio-Demográfico da área realizado em junho/julho de 1980. As três fontes cobrem, assim, momentos distintos da vida dos colonos. As Fichas de Identificação fornecem informações sobre sua

* Analista Especializado da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

experiência passada e suas características ao tempo da chegada à região. Os outros dois Levantamentos descrevem as condições de vida em Rondônia.

Porque era fisicamente impossível levantar uma amostra de todos os colonos, dadas as dificuldades operacionais de se trabalhar na região, fez-se uma seleção de projetos de colonização baseada no seu grau de institucionalização. Os Projetos Ouro Preto e Ji-Paraná foram escolhidos. Ouro Preto, o mais antigo, com um solo de boa qualidade, é considerado pelo INCRA como o Projeto melhor estruturado. Ji-Paraná, por outro lado, é um dos mais recentes, com uma infra-estrutura de serviços básicos deficientes e uma alta taxa de rotatividade entre os seus administradores.

2 — AS ÁREAS DOS PROJETOS

O Projeto Ouro Preto foi o primeiro a ser implementado na região, numa área selecionada pelo INCRA de 157 mil hectares para acomodar, por volta de 1970, 1.000 colonos com suas famílias. As duas cifras aumentaram, gradualmente, em função da demanda crescente, sendo as metas por volta de 1980, de 500 mil hectares, para 5 mil colonos. O Projeto ficou conhecido como bem organizado e como detentor de terras de alta qualidade.

Originalmente, os tamanhos dos lotes deveriam oscilar de 100 a 200 hectares — os maiores voltados para a criação de gado —, modelo pouco a pouco alterado para 100 hectares, situando-se os mais recentes, hoje em dia, em 30 hectares.

O local do Projeto é cortado pela rodovia principal, a BR-364, e tem, aproximadamente, outros 1.200 quilômetros de estradas não-pavimentadas, na sua maior parte intransitáveis durante a estação das chuvas.

A situação dos serviços de saúde e educação é, ainda, bastante precária, incapazes que são de suprir a crescente demanda.

Quanto a Ji-Paraná, o Projeto compreende hoje uma área de 450 mil hectares, mas com grandes e promissoras oportunidades de futura expansão, já que uma reserva indígena contígua foi recentemente “liberada” para a utilização enquanto área de assentamento adicional.

Tendo-se iniciado após o Ouro Preto, é considerado na região o mais desorganizado: os administradores do INCRA sucederam-se à frente do Projeto; têm havido problemas contínuos com os índios vizinhos e há atualmente um sindicato que começa a organizar os colonos para a luta por seus direitos. Sendo a qualidade de seu solo muito pior que a do Ouro Preto, o uso de fertilizantes e outros corretivos é necessário ao cultivo tanto de culturas temporárias quanto permanentes. Os níveis de produtividade da terra e da produção são, também, mais baixos que os do Ouro Preto.

O assentamento no Projeto começou com 1.000 famílias em 1972, e por volta de 1977, havia já 4.624 famílias estabelecidas.

Há alguns centros urbanos no Ji-Paraná, sendo Cacoal o mais importante. As condições de vida dos colonos continuam, porém, tão ruins quanto eram ao começo, em especial no que se refere a educação e saúde.

Os conflitos de terra perpassam todo o contexto, criando um clima, freqüentemente, violento.

3 — AS FONTES DE DADOS

Uma das dificuldades principais ao conhecimento e melhor avaliação do crescimento demográfico explosivo ocorrido em Rondônia durante a última década é a escassez de fontes quantitativas. Apesar da abundância de descrições de natureza jornalística¹ sobre a amplitude do movimento na área, conjugada às descrições dos tipos humanos recém-chegados e da violência característica das relações humanas na área², a falta de números sobre a população e seus grupos-chave, tornou difícil uma verdadeira avaliação dos problemas enfrentados e das possibilidades reais de solução. Alguns trabalhos pioneiros³ apresentaram estimativas de população baseadas no crescimento de Porto Velho, ou nos dados do Centro de Triagem dos Migrantes (CETREMI), ou ainda, em fontes secundárias, mas a credibilidade das fontes e a qualidade das informações eram duvidosas.

Antes do Levantamento Sócio-Demográfico, duas eram as fontes para estudos descritivos sobre os colonos, as Fichas de Identificação e o Levantamento Sócio-Econômico. Seguem-se a natureza e o conteúdo de cada fonte.

3.1 — As Fichas de Inscrição

As chamadas Fichas de Identificação do Colono (IC) são formulários para serem preenchidos pelo colono potencial quer nos locais de residência prévia quer no momento da chegada a Rondônia. Contêm um conjunto de informações sobre os antecedentes do candidato e de sua família que, avaliado de acordo com certos critérios, estabelece se o candidato deve ou não tornar-se um colono.

As informações contidas nas Fichas de Inscrição são:

a — Identificação do projeto

Nome;
Número.

b — Identificação do colono

Número do registro;
Nome;
Nacionalidade;
Município de nascimento;
Sexo;
Estado civil;
Data de nascimento;
Idade;

¹ Ver Bibliografias, 7, 10, 15 e 16.

² Ver Bibliografia, 8.

³ Ver Bibliografias, 5, 6, 9 e 11.

Nível educacional;
Municipalidade e regime de trabalho no local de residência prévia;
Área em exploração no local de trabalho prévio;
Municipalidade e Estado de residência prévia;
Data de chegada a Rondônia.

c — Experiência agrícola prévia dos colonos

Tipo de culturas;
Área de cada cultura;
Tipo de criação animal;
Número de cabeças de animais;
Número de anos de trabalho como autônomo;
Número de anos de trabalho como empregado.

d — Experiência dos colonos com o crédito rural

Se alguma vez obteve;
Se sim, com que fim;
Se sim, de que agente.

e — Outras informações sobre os colonos

Para quem costumava vender sua produção;
Se fez parte de alguma associação;
Se sim, qual;
Se teve alguma vez outra atividade produtiva ao lado da agricultura;
Se sim, qual.

f — Informações sobre os membros da família do colono

Nome;
Relação com o chefe do domicílio;
Sexo;
Data de nascimento;
Idade;
Estado civil;
Nível educacional.

Estas fichas nunca foram utilizadas pelo INCRA com fins analíticos. O único uso a que foram submetidas foi para estimar o grau final do candidato de forma a decidir sobre sua qualificação para tornar-se ou não um colono. Os critérios desta avaliação são complexos.

Sob minha supervisão, as Fichas de Inscrição disponíveis armazenadas na sede do INCRA, em Porto Velho, foram codificadas por uma equipe da Universidade de Brasília (UB) em 1977. Dois foram os fatores limitadores de uma análise profunda dos Projetos específicos que constituem o foco deste estudo. Primeiro, nosso universo de fichas cobria apenas 2.542 colonos de Ouro Preto e 2.641 para o Ji-Paraná. Esses valores representavam aproximadamente 50% dos colonos existentes em cada Projeto. Foi impossível localizar as demais fichas e, sobretudo, descobrir se as fichas que codificamos eram uma amostra representativa do todo. Fracassamos, por exemplo, em estabelecer — a despeito da consulta a diversos funcionários locais do INCRA — se o conjunto que codificamos pertencia aos colonos que chegaram primeiro, ou aos que permaneciam na área ou se seguiam qualquer outro critério de seletividade. Em segundo lugar, os diversos itens incluídos nos formulários

foram desigualmente preenchidos. As informações sobre o município de residência prévia, o número de anos como autônomo ou empregado, ou outras atividades econômicas, dentre outros, apresentavam um baixo nível de resposta.

3.2 — O Levantamento Sócio-Econômico do INCRA

O Levantamento Sócio-Econômico do INCRA era constituído por um conjunto de quatro questionários, dois aplicados aos colonos — Infra-Estrutura Agro-Econômica e Infra-Estrutura Social — e dois aos agregados⁴ — Levantamento Sócio-Econômico e Caracterização da Ocupação do Agregado e Infra-Estrutura Social. As informações levantadas eram extensas, mas a qualidade do preenchimento do questionário era ruim. Foi feita uma seleção de todos os itens com base nos tópicos que apresentavam, simultaneamente, um alto índice de respostas e um interesse maior para a pesquisa sócio-demográfica. Dessa maneira os itens codificados foram:

a — Identificação do lote

Número da linha (ruas de divisão dos lotes);
Número de gleba (conjunto de lotes);
Número do lote.

b — Características do produtor

Se colono ou um agregado;
Tipo de contrato de trabalho;
Se tem um número de registro no INCRA para receber um lote (se agregado);
Razão para não ocupar um lote (se agregado);
Se fora anteriormente um proprietário;
Se operou alguma vez com sistema de crédito rural;
Se recebeu assistência técnica no local de residência prévia;
Razões da mudança para Rondônia;
Estados de residência desde o nascimento.

c — Características dos membros da família do produtor

Sexo;
Relação com o chefe do domicílio;
Idade;
Município e Estado de origem;
Nível educacional;
Estado civil.

d — Tipo de exploração do lote

Se produção agrícola:

tipos de culturas;
área sob cultivo em 76/77.

Se criação de gado:

tipos de animais;
número de cabeças dos animais.

⁴ Agregados são moradores dos lotes, contratados pelos proprietários na qualidade de arrendatários, meeiros ou empregados. São freqüentemente parentes do proprietário.

e — Maquinaria e equipamento agrícola

Tipo;

Quantidade.

De acordo com o INCRA, o Levantamento Sócio-Econômico foi aplicado a todos os produtores — colonos e agregados — nos Projetos Ouro Preto e Ji-Paraná. Uma amostra de 25% dos questionários (aproximadamente 5.000) foi codificada por nossa equipe de pesquisa. Infelizmente, a qualidade do Levantamento diferiu entre os Projetos. No Ouro Preto as entrevistas foram feitas pelos técnicos do INCRA e no Ji-Paraná por membros do Exército. Dado que o questionário foi precedido por uma folha de perguntas sobre diversos documentos (tais como carteira de identidade, título de eleitor, carteira de reservista, etc.) acreditamos que os produtores do Ji-Paraná, muitos dos quais provavelmente não apresentavam os documentos pedidos, tenham ficado amedrontados pela condição dos entrevistadores. O resultado final foi que muitos dos questionários do Ji-Paraná achavam-se parcial ou completamente em branco.

3.3 — O Levantamento Sócio-Demográfico

O Levantamento constituiu-se num típico exemplo de uma operação “ensaio e erro”. Ainda que tivéssemos já um conhecimento profundo da área quando decidimos empreender um levantamento, as dificuldades físicas que cercaram o trabalho de campo impuseram-nos uma série de mudanças às decisões previamente tomadas.

Tivemos, durante o trabalho de campo, o apoio do INCRA, que nos forneceu um jipe com chofer e gasolina. Nossa equipe achava-se composta de 13 entrevistadores, três dos quais eram os investigadores envolvidos permanentemente com o Projeto. Desses, quatro eram homens e nove, mulheres. Metade da equipe ficou no Ouro Preto, sob a direção de Maria Helena Henriques e o resto da equipe foi mandada para o Ji-Paraná sob a supervisão de José Luiz Petrucelli. O trabalho de campo durou quase dois meses e as dificuldades logísticas relacionadas ao mesmo foram grandes ⁵.

A seleção da amostra sofreu, se comparada ao planejamento inicial, algumas mudanças em função das dificuldades logísticas. A idéia original era aplicar questionários a uma subamostra dos questionários do Levantamento Sócio-Econômico realizado pelo INCRA e por nós codificada. Tal escolha tinha como objetivo obter dois conjuntos de informações — de um lado as do Levantamento Sócio-Econômico, realizado em 1978 e do outro, as do Levantamento Sócio-Demográfico, realizado em 1980 — para o mesmo colono e sua família. Codificáramos 1.250 questionários do Levantamento Sócio-Econômico, correspondentes a uma amostra aleatória de 25% do número total de ques-

⁵ O dia de trabalho se estendia por 12 horas, com o transporte até o local da entrevista consumindo uma parte considerável do mesmo. A média de entrevistas diárias por entrevistador era três ou quatro, devido às longas caminhadas para se chegar aos lotes selecionados. Nossa alimentação no campo foi parca e isso contribuiu, juntamente com as condições climáticas da Amazônia, para que vários entrevistadores adoecessem. No Projeto Ouro Preto tivemos que nos valer de um helicóptero para atingir os lotes mais distantes e da hospitalidade dos colonos que nos abrigaram, com as nossas redes, em suas casas.

tionários. Tomando a estrutura etária que surgiu da amostra do Ouro Preto, decidimos ter 400 questionários em cada Projeto para o Levantamento Sócio-Demográfico. Esse número capacitar-nos-ia a estimar as taxas específicas de fecundidade por grupos quinquenais de idade com uma certa estabilidade, tomando-se em consideração a forma da estrutura etária.

Contudo, quando o sorteio dos 400 endereços foi feito, verificamos que os lotes mostravam-se muito espalhados no mapa que tínhamos do Projeto. Ainda assim, decidimos testar essa estratégia, para verificar quantos questionários poderíamos fazer num dia de trabalho de campo. Dois dias depois compreendemos que as distâncias implícitas eram tão grandes que todo o grupo estava fazendo no máximo três entrevistas. Além do mais, parte da equipe tinha que ficar na sede do Projeto, pois o jipe não podia fazer o itinerário completo todos os dias. Esse tipo de consideração fez-nos decidir por um outro esquema que descreveremos em seguida.

A demarcação dos lotes nos Projetos de Colonização Dirigida em Rondônia obedece aos mesmos critérios de organização utilizados em experiências anteriores. Os lotes são localizados diametralmente opostos a uma "linha", nome dado às estradas não-pavimentadas que dividem os lotes. Chama-se gleba a um conjunto de lotes e de POP a um conjunto de glebas. Não há um limite *a priori* para cada um desses conjuntos, isto é, há uma variação no tamanho dos POP's e das glebas. Existe, contudo, certa diferenciação sócio-econômica ao nível dos POP's, no sentido de que os POP's mais antigos apresentam melhores condições estruturais, não porque sejam mais antigos, mas porque são mais próximos as sedes dos Projetos, tendo assim, acesso mais fácil aos canais de comunicação, notadamente às estradas, facilidades de armazenamento e acesso ao crédito. Selecionamos, então, dentro de cada POP um certo número de glebas proporcional ao tamanho do POP e entrevistamos todos os colonos nas glebas selecionadas. A tabela 1 mostra o número de lotes segundo o POP onde as entrevistas foram realizadas, em cada Projeto.

TABELA 1

NÚMERO DE LOTES VISITADOS POR PROJETO, SEGUNDO O POP

POP	NÚMERO DE LOTES VISITADOS POR PROJETO	
	Ouro Preto (1)	Ji-Paraná (2)
TOTAL	400	400
1.....	49	120
2.....	49	44
3.....	78	56
4.....	154	67
5.....	69	71
Sem declaração.....	1	42

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico — 1980, IBGE.

NOTA — Define-se POP como um conjunto de glebas, as quais compreendem um conjunto de lotes.

(1) A identificação dos POP's no Ouro Preto baseou-se em números seriais — 1, 2, 3, 4 e 6, faltando o POP 5. (2) A identificação dos POP's no Ji Paraná baseou-se em seus nomes, correspondendo, os números da tabela, aos seguintes POP's: Ji-Paraná, Tatu, Abaitará, Rolim de Moura e Prosperidade.

O questionário era razoavelmente extenso, demorando sua aplicação em média uma hora. Ele tanto tinha questões abertas quanto fechadas, sem codificação *a priori*. Seu conteúdo achava-se organizado da seguinte forma:

— Identificação do lote

Nome do Projeto, localização, distância da Rodovia BR-364.

— Identificação do colono

Se colono ou agregado, sexo, estado civil e nível educacional.

— Características do domicílio

Tipo de construção, suprimento de água, instalações de esgoto, melhorias feitas nos lotes.

— Composição familiar

Para cada membro da família: relacionamento com o chefe da família, sexo, idade, estado civil, nível educacional, regime de trabalho (se trabalhando em casa, no campo, ou não), e renda no mês anterior.

— Filhos ausentes

Idade atual, sexo, estado civil, nível educacional, local de residência atual; se trabalha, a atividade principal e setor, contribuição para renda familiar (montante dos valores remetidos), se viviam no lote e razões para a saída.

— História de gestações

Data do nascimento, sexo e estado de sobrevivência de todos os nascidos.

— Informações sobre morbidade

Doenças no domicílio durante o mês anterior ao da entrevista, se interrompidas as atividades normais, se as pessoas doentes foram vistas por pessoas qualificadas e despesas com a saúde no mês anterior.

— Informações sobre mortalidade

Mortes no domicílio antes da mudança para Rondônia (idade, data, causa).

— História migratória

Município e Estado de nascimento, residência prévia, e anterior à residência prévia; duração da residência prévia e razões para migração para Rondônia, tipo de trabalho no local de residência prévia, intenções de ficar ou partir de Rondônia e razões.

— Atitudes quanto à permanência

Se pretende vender o lote e por quê, se crê que os filhos permaneceriam no lote e por quê.

— Comparações com a situação prévia

Se a terra era própria, se era arrendatário, trabalhador assalariado na residência prévia, datas de chegada a Rondônia e ao lote,

forma inicial de ocupação do lote (autorizado ou não, etc.) e seu tamanho, principais dificuldades ao tempo da chegada, depois de receber o lote e no presente, avaliação geral da situação em comparação com a prévia.

— Produção

Para cada cultura, se interplantada, se sob meação, volume da produção e uso para o consumo familiar, consumo animal e venda (quanto), montante perdido e razões para a perda; criação de animais, área de pastos, área planejada para culturas no próximo ano agrícola.

— Extração da madeira

Tipo de madeira, volume, canais de comercialização e preço por metro cúbico.

— Consumo alimentar

Itens e quantidades, se produzido no lote ou comprado (a que custo) ou obtido através de troca.

— Relacionamento com o mercado de trabalho

Membros da família trabalhando fora do lote, se em forma permanente ou temporária, onde, dias anuais de trabalho e salário percebido; número de agregados, trabalhadores permanentes ou temporários, empregados na semana anterior e nos seis meses anteriores no lote; parcela da produção vinda da família do agregado.

— Assistência técnica

Se recebida, de que instituição, se útil.

— Acesso ao crédito

Se recebido, quanto, de que instituição (banco ou particular).

— Filiação a cooperativas

Se membro, opinião sobre seu funcionamento, se não é membro, por quê; se membro no local de residência prévia.

— Sindicatos

Conhecimento sobre algum sindicato rural na área, se sim, se é membro, se não, por que não; se participou de algum sindicato no local de residência prévia.

— Consumo de bens duráveis

Itens ao tempo da chegada e ao tempo do levantamento, valor monetário estimado de cada item ao tempo da chegada e ao presente.

— Insumos agrícolas (fertilizantes, inseticida, etc.)

Se usado, e despesas com cada um.

O sentimento comum dos entrevistadores foi que, a despeito da extensão do questionário, ele foi geralmente bem entendido e bem respondido. Certos itens, no entanto, apresentaram certas dificuldades específicas, que relacionamos a seguir.

O item, no início do questionário, sobre a distância do lote à estrada principal — para nós a BR-364 —, foi interpretado como a distância do lote à estrada principal mais próxima. Mesmo quando esclarecíamos ao colono que a questão se referia à BR-364, em alguns casos ele não sabia a distância do lote à estrada de referência. Para corrigir esse problema, durante a fase de codificação, foi feita uma conversão das distâncias de todas as estradas citadas à BR-364.

Um outro exemplo das dificuldades relacionadas ao entendimento da pergunta disse respeito à questão sobre problemas ou dificuldades encontradas após a recepção do lote. A primeira reação dos colonos era responder “nenhuma” e apenas após alguma insistência da parte do entrevistador, ele tentaria uma resposta diferente. Parece que a vida cotidiana do colono é tão dificultosa que esses obstáculos fazem parte do dia a dia e não são mais percebidos como tais. A questão acerca do consumo de produtos pertencentes à cesta familiar também apresentou dificuldades, não no que se relaciona aos itens da lista de consumo, mas à sua quantidade. Por isso, só foram codificadas as quantidades de milho, arroz e feijão. Para os outros itens anotamos apenas se o produto era produzido no lote ou comprado.

Dois ainda foram os casos de questões que permaneceram completamente distantes do universo dos colonos. O primeiro relacionava-se a renda percebida no mês anterior. Dado que a grande maioria dos colonos consome apenas o que produz ou obtém através da troca e quando recebe algum dinheiro é para gastos imediatos, a resposta à questão ficou portanto prejudicada. Da mesma maneira, provou ser difícil obter uma resposta à questão sobre o valor monetário dos bens em posse dos colonos à época da chegada e do Levantamento. Por isso, só o tipo de bens duráveis mencionado, e não seu valor, foi codificado.

O Levantamento provou ser um instrumento muito útil no entendimento da realidade das áreas levantadas e esperamos que a riqueza de informações nele contidas sirva como base a muitos estudos na região.

4 — AS CONDIÇÕES DE VIDA E NÍVEIS DE SAÚDE DOS COLONOS

Foi possível ter uma idéia das condições de vida através do exame das informações sobre materiais de construção, acesso a água e esgoto. A tabela 2 fornece esse conjunto de informações.

A grande maioria dos trabalhadores tinha casa de madeira, frequentemente obtida na limpeza do terreno. Em Ouro Preto, mais da metade, independente da propriedade da terra, tinha casas de tábuas de madeira. No Ji-Paraná a situação é mais precária. Uma grande proporção dos colonos e a maioria dos agregados vive em cabanas de troncos. De forma geral, essas casas são pequenas, tendo uma sala e um ou dois quartos onde dormem todos os membros da família e onde também a comida é armazenada. As casas apresentam fendas entre os troncos e são tão parcamente construídas que se torna difícil prevenir a entrada de mosquitos transmissores de doenças. É claro, também, tanto por observação, quanto pelos dados dos agregados que a sua situação é a pior.

A água encanada e as instalações de esgoto são quase inexistentes. Novamente, Ouro Preto parece estar melhor que Ji-Paraná e, dentro

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS E AGREGADOS, POR PROJETO, E DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES RURAIS EM RONDÔNIA, SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS — 1980

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO				
	Colonos		Agregados		Domicílios particulares permanentes rurais em Rondônia
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná	
NÚMEROS ABSOLUTOS					
TOTAL	298	329	101	68	48 681
NÚMEROS RELATIVOS (%)					
Tipo de construção da casa (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
De tijolos	10,74	4,25	3,96	1,47	77,33
De tábuas de madeira	58,39	40,12	51,49	29,41	
De adóbe	7,38	9,73	12,87	11,77	22,16
Cabanas	17,11	42,25	27,72	57,35	
Outro	6,04	1,52	1,98	—	0,51
Sem declaração	0,34	2,13	1,98	—	—
Tipo de abastecimento de água	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Com canalização interna	10,40	3,95	5,94	1,47	5,46
Poço ou nascente	9,06	3,95	4,95	1,47	3,37
Outro	1,34	—	0,99	—	2,09
Sem canalização interna	89,60	95,74	93,07	97,06	94,54
Poço ou nascente	85,58	90,88	88,12	92,65	84,04
Outro	3,02	4,86	4,95	4,41	10,23
Sem declaração	1,00	0,31	0,99	1,47	0,27
Tipo de instalação sanitária	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Fossa	28,19	22,19	16,83	7,35	20,19
Séptica	5,37	1,51	0,99	1,47	2,75
Rudimentar	22,82	20,68	15,84	5,88	17,44
Outro	1,68	0,91	—	—	3,12
Nenhuma	69,12	76,90	80,20	92,65	73,31
Sem declaração	1,01	—	2,97	—	3,38

FONTES — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980 e Censo Demográfico — 1980: Famílias e Domicílios — Rondônia, tabelas 2.2 e 2.13, p. 57 e 81, IBGE.

(1) Tentou-se uma equivalência entre a informação sobre esse item obtida na pesquisa e a informação sobre o tipo de construção da casa indagada no Censo Demográfico. Nesse, chamam-se "domicílios permanentes duráveis" aqueles localizados em prédios em cuja construção predominassem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e "domicílios permanentes rústicos" aqueles localizados em prédios em cuja construção não predominassem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Para essas definições, consultas ao volume do Censo Demográfico referido acima, p. XXXII — XXXIII.

de cada área, os colonos estão melhor que os agregados. Contudo, a provisão de recursos é tão precária que há amplo espaço para melhoria nas duas situações.

Ao comparar os dados, provenientes da pesquisa, sobre as condições de vida dos colonos com as condições encontradas para a população rural, provenientes do Censo, fica claro que os colonos estão em pior

situação. A percentagem de domicílios permanentes (77,33%) encontrada no Censo era maior do que a soma das percentagens das casas construídas com tijolos ou tábuas de madeira, encontrada nos lotes de qualquer um dos Projetos; a percentagem de população servida por água era semelhante mas, no caso de esgoto, os colonos se encontram francamente atrás.

Com esses padrões de vida é de se esperar que as condições de saúde dos colonos e agregados sejam deficientes. Isso sem falar que, por pertencerem a uma classe mais baixa, eles já pertencem à grande parcela carente da população, o que só piora seu padrão de saúde.

Como apontamos, a infra-estrutura física é insuficiente para cobrir as necessidades dos colonos e agregados. Junte-se a isso que a possibilidade de ocupação produtiva do lote e a conseqüente permanência na área dependem, principalmente, da utilização intensiva do trabalho do colono e de sua família. Isso faz de seu estado de saúde um fator de importância decisiva: uma doença na família de um colono pode significar não apenas a impossibilidade de obter a subsistência de seu lote, mas também a necessidade de vendê-lo para pagar as despesas com médicos e remédios .

É, de fato, crença comum na área que o abandono e/ou venda dos lotes por seus primeiros donos é freqüentemente devido a doenças. Enfraquecidos por sua condição anterior de trabalhadores despossuídos e tendo que andar grandes distâncias para alcançar as culturas, os canais de comercialização e o local do Projeto, os colonos consumiam, por vezes, suas últimas energias na limpeza da floresta e na abertura de pequenas estradas, ou eram abatidos pela malária ou pela hepatite, tão freqüentes na região. Dessa maneira, o lote, com seu valor acrescido pelo trabalho de desmatamento do colono, é vendido para pagar as despesas de saúde.

A análise da interrupção do trabalho em 1980 entre colonos e agregados vítimas de doenças no mês anterior ao Levantamento e do tipo de cuidado médico recebido, fornece uma idéia das condições de saúde da população da área (Tabela 3). Notamos que uma proporção significativa de colonos e agregados teve que interromper o trabalho pelo menos uma vez, por questões de saúde. A freqüência com que isso acontece é similar nos dois Projetos, sendo por volta de 65% no caso dos colonos e 57%, no caso dos agregados. O número menor para os agregados não significa que sejam mais saudáveis, mas que, mesmo doentes, eles não podem parar de trabalhar, pois dependem do proprietário da terra para sua subsistência. Quanto ao tipo de doença, o Levantamento apontou a malária (11,1% no Ouro Preto e 6,5% no Ji-Paraná) e a gripe (21% no Ouro Preto e 23,9%, no Ji-Paraná) como as mais comuns. A primeira tem como sintomas, ataques de febre alta, dores no corpo e a impossibilidade de trabalhar de um a três meses. É importante mencionar que a grande maioria dos colonos, mesmo desconhecendo o nome da doença, indicou sentir fraqueza, exaustão, falta de energia, que foram agrupadas sob a grande categoria "outras" doenças.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS E AGREGADOS, POR PROJETO, SEGUNDO A OCORRÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DA ATIVIDADE NORMAL E O TIPO DE ATENDIMENTO RECEBIDO — 1980

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO			
	Colonos		Agregados	
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	205	241	63	32
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
Interromperam a atividade normal	100,00	100,00	100,00	100,00
Sim.....	68,7	62,2	58,7	56,3
Não.....	14,2	24,9	14,3	25,0
Sem declaração.....	17,1	12,9	27,0	18,7
Tipo de atendimento recebido	100,00	100,00	100,00	100,00
Médico.....	55,2	49,2	47,6	46,9
Na farmácia.....	15,3	18,3	15,9	28,1
Outro.....	3,0	1,2	—	—
Nenhum.....	12,3	25,0	14,3	12,5
Sem declaração.....	14,2	6,3	22,2	12,5

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

No que tange aos cuidados recebidos, uma proporção significativa dos trabalhadores não foi vista por qualquer médico. No Ji-Paraná, notamos que aproximadamente 30% dos agregados se consultaram em farmácias. Isto se deve dar em função de que lá existem menos serviços de saúde e de mais difícil acesso em função da precariedade dos serviços de transporte. Além do mais, dado que as percentagens de colonos nos dois Projetos eram similares e que a rede de serviços de saúde é quase toda privada, isso é um indicador embora precário, dos recursos gastos pelo trabalhador rural com serviços de saúde.

Em geral, dados sobre morbidade são de natureza complexa. Para o tipo de população considerada no Levantamento, os sintomas podem ter sido interpretados como doenças. E, se os níveis de nutrição são deficientes, como deixa perceber o quadro das condições de vida, é de se esperar que os níveis de morbidade dos colonos e agregados em Rondônia sejam mais altos do que os encontrados em outras regiões brasileiras. A disponibilidade de informação comparável a nível das macrorregiões brasileira permitiu traçar um quadro de referência dessa questão ⁶.

⁶ Os dados são provenientes do suplemento Saúde da PNAD-81.

Na tabela 4 apresentam-se indicadores de saúde selecionados. São eles: a ocorrência de problemas de saúde nas duas semanas que precederam a data da entrevista, se a doença levou a uma interrupção da atividade e o tipo de assistência procurada. A população urbana informou uma maior incidência de problemas de saúde, provavelmente indicando ser isso função da maior disponibilidade ali de serviços de saúde. Os níveis encontrados em Rondônia quanto a interrupção da atividade normal devido a problemas de saúde, níveis e padrão de assistência procurada se enquadram nos níveis encontrados no resto do Brasil. As proporções de colonos e agregados que não procuraram assistência profissional durante a doença mencionada são mais elevadas do que qualquer das proporções encontradas nas Grandes Regiões brasileiras. Mas, de uma maneira global, a comparação parece brindar confiabilidade aos níveis encontrados nas pesquisas.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO INDICADORES DE SAÚDE SELECIONADOS — 1981

INDICADORES DE SAÚDE SELECIONADOS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte (1)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ocorrência de problemas de saúde nas 2 semanas anteriores à pesquisa.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Zona urbana.....	78,1	—	64,0	88,0	65,4	83,5
Zona rural.....	21,9	—	36,0	12,0	34,6	16,4
Interrupção da atividade normal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sim.....	66,3	71,6	65,8	64,0	72,4	64,8
Não.....	33,7	28,4	34,2	36,0	27,6	35,2
Tipo de atendimento procurado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Médico, dentário e de enfermagem.....	60,5	53,0	52,2	65,3	59,6	58,6
Na farmácia.....	12,2	11,1	11,3	10,9	16,0	13,5
Outro.....	0,9	0,9	1,2	0,6	1,1	1,2
Mais de um tipo de atendimento.....	2,0	1,7	1,8	1,9	2,4	2,3
Nenhum.....	24,4	33,3	33,5	21,3	20,9	24,4

FONTE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1981 : Brasil e Grandes Regiões, tabelas 10.2, 10.4 e 10.5 ; Brasil, p. 67-9 ; Região Norte, p. 155-7 ; Região Nordeste, p. 244-5 ; Região Sudeste, p. 335-7 ; Região Sul, p. 425-7 e Região Centro-Oeste, p. 515-7 ; IBGE.

1) Excluído os dados da zona rural.

5 — CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Nessa seção examinam-se as características demográficas básicas dos produtores — colonos e agregados. A estrutura etária, os níveis de crescimento natural e indicadores do perfil migratório foram selecionados pela sua importância na caracterização da dinâmica demográfica.

Os dados das Fichas de Inscrição e do Levantamento Sócio-Demográfico são comparados na tentativa de estabelecer a extensão da rotatividade entre os produtores. Já que as características examinadas são de natureza estável para um período tal como o compreendido pelas duas fontes de dados, são esperadas distribuições similares caso os colonos das Fichas de Inscrição sejam os mesmos que tenham respondido ao Levantamento.

5.1 — A estrutura etária

As idades dos produtores são apresentadas na tabela 5. Faz-se uma comparação com a estrutura etária dos chefes de família na população rural de Rondônia.

TABELA 5

ESTRUTURA ETÁRIA DOS PRODUTORES, POR FONTE DE DADOS E PROJETOS, E DOS CHEFES DE FAMÍLIA NA POPULAÇÃO RURAL DE RONDÔNIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE

GRUPOS DE IDADE	ESTRUTURA ETÁRIA				Chefes de família na população total de Rondônia
	Produtores				
	Fontes de dados e projetos				
	Fichas de Inscrição		Levantamento Sócio-Demográfico (1)		
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná	
NÚMEROS ABSOLUTOS					
TOTAL	2 511	2 609	398	396	102 066
NÚMEROS RELATIVOS (%)					
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 29 anos.....	15,9	20,7	14,3	16,3	30,0
30 a 34 anos.....	16,1	16,0	11,6	10,8	15,0
35 a 39 anos.....	15,5	16,4	11,8	13,6	12,7
40 a 44 anos.....	15,6	12,9	13,8	15,9	11,4
45 a 49 anos.....	13,1	14,0	14,8	14,1	9,0
50 a 54 anos.....	10,8	10,2	10,8	9,3	8,0
55 anos e mais.....	13,0	9,8	19,5	19,6	13,9

FONTES — Fichas de Inscrição, INCRA e Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980; Censo Demográfico — 1980: Famílias e Domicílios — Rondônia, tabela 1.7, p.18, IBGE.

1) (Excluídas as pessoas de idade ignorada.

Como será visto nessa seção, 90% dos colonos das Fichas de Inscrição chegaram antes de 1975, o que faz parecer estranha a comparação entre as estruturas etárias que emergem das duas fontes de dados. A idade média do primeiro conjunto de dados era 41,3 para os colonos de Ouro Preto e 40 para os do Ji-Paraná. Em 1980 o mesmo indicador era de 42 e 42,8 respectivamente. Se os colonos nas duas

fontes fossem os mesmos, os segundos valores teriam que ser bem mais elevados posto que algum tempo teria transcorrido entre o momento da chegada, registrado na Ficha IC e o momento do Levantamento.

A estrutura etária dos chefes de família na população total, por outro lado, é mais jovem do que qualquer uma das outras. Isto significa que os posseiros, meeiros e todos os outros tipos de trabalhadores rurais que não os colonos chegaram a Rondônia em uma idade mais jovem. É possível, portanto, que os migrantes diretamente ligados à colonização dirigida constituam um grupo de jovens casais, enquanto que os migrantes espontâneos estejam mais representados como adultos jovens, que chegam sozinhos e em Rondônia constituem família, depois de achar uma fonte de sobrevivência. Os dados já mencionados sobre as razões de masculinidade e indicadores de nupcialidade encontrados na população rural de Rondônia apóiam esta hipótese.

5.2 — O crescimento natural

Foi possível estimar diretamente os níveis de fecundidade via Fichas de Inscrição e Levantamento Sócio-Demográfico. No que se relaciona à mortalidade as dificuldades foram maiores. Por um lado, só o Levantamento Sócio-Demográfico continha informações com esse objetivo, por outro, mesmo neste o número de casos obtidos não foi suficiente para uma estimativa confiável. Assim, lidamos com indicadores indiretos.

As taxas de fecundidade foram estimadas a partir das Fichas de Inscrição, pela relação dos membros da família e suas idades. As crianças de menos de 1 ano foram selecionadas, em 1975, como o numerador e o número de mulheres-ano em 1975 serviu como denominador para estabelecer as taxas específicas de fecundidade por idade. Quanto ao Levantamento, a presença de uma história de gestações viabilizou a estimativa direta, sendo as taxas referentes a 1980. Não se tentou uma correção da informação básica a não ser um ajustamento para tornar as idades das mães compatíveis com o ano de nascimento dos seus filhos. No caso do Levantamento Sócio-Demográfico, dado que o trabalho de campo ocorreu em junho/julho de 1980, as taxas anuais se referem ao segundo semestre de 1979 e ao primeiro de 1980. Dado que a informação proveniente das Fichas IC retrata os filhos sobreviventes, posto que foi obtida da lista de membros residentes no domicílio, a estimativa decorrente do Levantamento Sócio-Demográfico foi também referida apenas aos filhos sobreviventes, a fim de permitir comparações. A tabela 6 apresenta os dois conjuntos de taxas.

As taxas específicas de fecundidade por idade mostram um padrão jovem e um nível elevado. De acordo com essas taxas, a fecundidade experimentou um declínio de um filho no período de cinco anos. As Fichas de Inscrição apresentavam a fecundidade no momento da seleção, e, sendo o tamanho da família um dos critérios de seleção dos colonos, era de se esperar uma alta fecundidade entre os colonos selecionados. O declínio da fecundidade foi uma descoberta inesperada frente às características da população e à suposta pressão em direção à alta fecundidade. Não se observaram sinais de um controle da natalidade e uma hipótese plausível para a queda da fecundidade é um aumento nos níveis da mortalidade fetal e infantil.

TABELA 6

**TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE, POR FONTE DE DADOS,
SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE DAS MÃES**

GRUPOS DE IDADE DAS MÃES	TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE	
	Fichas de Inscrição	Levantamento Sócio-Demográfico
Taxa de fecundidade total.....	7,95	6,93
15 a 19 anos.....	137,2	264,7
20 a 24 anos.....	444,4	359,6
25 a 29 anos.....	355,8	231,5
30 a 34 anos.....	344,6	239,6
35 a 39 anos.....	192,0	150,4
40 a 44 anos.....	102,0	112,1
45 a 49 anos.....	13,5	27,4

FONTES — Fichas de Inscrição, INCRA e Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

NOTA — Dados relativos aos Projetos Ouro Preto e Ji-Paraná combinados.

A informação sobre mortes fetais recolhida no Levantamento é de qualidade duvidosa. Algumas mulheres, por exemplo, insistiam que haviam abortado uma criança de sexo conhecido; outras se referiam às perdas fetais com nomes próprios. Apesar dos esforços de se ter uma história de gestações tão fidedigna quanto possível, optou-se por reunir em uma mesma categoria os natimortos e os filhos mortos na crença de que a declaração da informação por parte das mulheres confundiu os três tipos de perdas — mortes fetais, natimortos e crianças mortas a uma tenra idade.

A tabela 7 registra o número médio de gestações, filhos sobreviventes e mortes fetais e infantis. O número médio de gestações, como função cumulativa da idade, indica um alto nível de fecundidade posto que as mulheres ao final do seu período reprodutivo informaram um número médio de gestações próximo de dez, sendo que 1/5 dessas gestações terminaram ou em morte fetal ou em morte infantil. As cifras do Censo de 1980 para a população rural de Rondônia, por outro lado, forneceram 3,77 como o número médio de filhos nascidos vivos, 0,27 como o número médio de natimortos e 3,24, como o número médio de filhos sobreviventes, por mulher⁷. Acrescentando-se o número de natimortos ao de filhos mortos a fim de se obter uma informação comparável à registrada na tabela 7, tem-se como resultado 0,80 que representa apenas 65% do valor encontrado no Levantamento.

Como conclusão, pode-se dizer que os níveis de fecundidade encontrados entre os colonos e agregados dos Projetos de Ouro Preto e Ji-Paraná foram elevados. O número médio de filhos sobreviventes registrado nesse grupo foi mais alto em uns 50% do que a cifra encontrada na população rural recenseada em Rondônia. Este fato indica que os

⁷ A informação do Censo de 1980 sobre os natimortos, como já mencionado no artigo anterior, está sob suspeita de conter uma sobreestimação do nível real de natimortalidade. Ela contém provavelmente algumas perdas fetais e mortes infantis.

Os valores mencionados foram derivados da informação bruta, ver Bibliografia, 2. Tabelas 4.1 e 4.2, p. 134-6.

TABELA 7

NÚMERO DE MULHERES, GESTAÇÕES, FILHOS SOBREVIVENTES, MORTES FETAIS E INFANTIS E RESPECTIVOS NÚMEROS MÉDIOS, POR MULHER, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE DAS MÃES

GRUPOS DE IDADE DAS MÃES	NÚMEROS ABSOLUTOS				NÚMEROS MÉDIOS, POR MULHER		
	Mulheres	Gestações	Filhos sobreviventes	Mortes fetais e infantis	Gestações	Filhos sobreviventes	Mortes fetais e infantis
TOTAL	676	4 126	3 286	840	6,10	4,86	1,24
15 a 19 anos.....	34	49	30	19	1,44	0,88	0,56
20 a 24 anos.....	89	244	198	46	2,74	2,22	0,52
25 a 29 anos.....	108	443	364	79	4,10	3,37	0,73
30 a 34 anos.....	96	532	434	98	5,54	4,52	1,02
35 a 39 anos.....	113	761	623	138	6,73	5,51	1,22
40 a 44 anos.....	107	883	717	166	8,25	6,70	1,55
45 a 49 anos.....	73	663	524	139	9,08	7,18	1,90
50 a 54 anos.....	56	551	396	155	9,84	7,07	2,77

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

NOTA — Dados relativos aos Projetos Ouro Preto e Ji-Paraná combinados.

colonos estão se reproduzindo a uma taxa mais alta, especialmente levando-se em conta que também estão experimentando mortes de crianças a uma maior incidência do que na população rural como um todo.

A série de perguntas sobre a incidência de mortes no domicílio depois da transferência para Rondônia forneceu evidência adicional sobre o alto nível de mortalidade ali existente. Em Ouro Preto ocorreu uma morte em 26,6% dos domicílios, enquanto que em Ji-Paraná essa percentagem chegou a apenas 13,8%, provavelmente em função do período de residência mais curto dos produtores de Ji-Paraná comparados aos de Ouro Preto, como veremos mais adiante. Nessas mortes o peso da mortalidade infantil foi alto, chegando a 50% em Ouro Preto e 44% em Ji-Paraná.

Em resumo, a reprodução da população nos Projetos se dá a níveis elevados e com um alto custo social. Esse último é visível no grande número de gestações que ocorrem entre as mulheres diante de sua saúde depauperada, sendo portanto mais um fator nessa direção, e do considerável número de mortes infantis.

5.3 — Os padrões migratórios

Os produtores são, quase por definição, migrantes. Mais de 99% deles em ambos os Projetos nasceram em outros Estados que não Rondônia. Três peças de informação sobre a migração foram avaliadas em bases comparativas: o Estado de nascimento, o Estado de residência anterior e o ano de chegada em Rondônia. No Levantamento Sócio-Demográfico a duração de residência anterior foi também obtida.

A primeira tabela em exame, tabela 8, refere-se ao Estado de nascimento e ao de residência anterior. Seguem-se os resultados.

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR FONTE DE DADOS E PROJETOS, SEGUNDO O ESTADO OU REGIÃO DE NASCIMENTO E O ESTADO OU REGIÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR FONTE DE DADOS E PROJETOS			
	Fichas de Inscrição		Levantamento Sócio-Demográfico	
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
ESTADO OU REGIÃO DE NASCIMENTO				
Números absolutos.....	903	2 266	217	226
Números relativos (%).....	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Norte e Nordeste.....	22,1	22,9	24,4	24,3
Minas Gerais.....	43,5	32,5	39,7	26,1
Espírito Santo.....	16,9	21,9	13,8	19,9
Demais Estados das Regiões Sudeste e Sul.....	16,4	21,9	15,2	15,5
Região Centro-Oeste.....	1,1	0,8	6,9	14,2
ESTADO OU REGIÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR				
Números absolutos.....	903	2 266	217	226
Números relativos (%).....	100,00	100,00	100,00	100,00
Minas Gerais.....	15,1	6,1	12,0	4,9
Espírito Santo.....	16,2	21,2	18,9	19,0
Paraná.....	30,1	32,3	23,5	35,0
Mato Grosso.....	30,5	33,4	35,0	32,7
Demais Estados.....	8,1	7,0	10,6	8,4

FONTES — Fichas de Inscrição, INCRA e Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

As distribuições por local de nascimento de cada uma das fontes apresentaram locais de concentração similares. O Estado de origem mais freqüente é Minas Gerais, seguido por todo o grupo de Estados nordestinos. Em verdade, a percentagem de colonos de origem nortista, dentro do agrupamento do Norte-Nordeste é bem pequena. O Espírito Santo é outro Estado que deve ser destacado como expulsando seus nativos, sendo seguido de perto pelo resto dos Estados do Sudeste conjugados aos do Sul. O Centro-Oeste não é importante como local de nascimento dos migrantes. Há algumas diferenças entre as distribuições advindas de cada fonte, mas elas não são estatisticamente significativas⁸. As diferenças entre os Projetos vão na direção de favorecer

⁸ De forma a testar a diferença entre elas aplicou-se um teste estatístico para estabelecer se, apesar das diferenças aparentes, poder-se-ia dizer que as duas distribuições pertenciam a mesma população. O teste consistiu na comparação de duas amostras de forma a testar se a diferença entre elas expressadas num valor $t = \frac{\bar{D}}{s_{\bar{D}}}$, que segue uma distribuição t de Student, seria significativamente diferente da hipótese nula. Os valores estimados de t foram 0 para Ouro Preto e -0,05 para Ji-Paraná. Escolhendo-se um nível de confiança de 5% e sendo o valor de t num teste de dupla cauda com 4 graus de liberdade igual a 2,776, o teste não fornece evidências para rejeitar a hipótese nula. Ver Bibliografia, 17. Capítulo 4, p. 91-119.

os Estados do Sudeste que não Minas Gerais, os Estados do Sul e do Centro-Oeste, como lugares de origem em Ji-Paraná contra Minas Gerais em Ouro Preto.

A distribuição dos migrantes por Estado de residência anterior mostra uma concentração maior ainda que a de Estado de nascimento. Minas Gerais, Espírito Santo e, especialmente, Paraná e Mato Grosso contam como 90% dos Estados de residência anterior dos migrantes.

A maior diferença entre os Projetos é relativa à posição de Minas Gerais e do Paraná como locais de residência anterior. O primeiro é favorecido em Ouro Preto, enquanto o Paraná é o local mais freqüente no Ji-Paraná. Cada um deles responde por 1/3 dos migrantes. Estas diferenças são provavelmente função do diferente perfil quanto à data de chegada ao Projeto que é, em média, mais recente em Ji-Paraná do que em Ouro Preto.

De forma a apresentar um diagrama com os fluxos migratórios mais importantes para Rondônia, idealizou-se uma tabela combinando local de nascimento e local de residência anterior. Já que se havia estabelecido anteriormente que inexistiam diferenças significativas entre as duas fontes de dados, só são apresentados os resultados baseados no Levantamento (Tabela 9 e Diagrama 1).

TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR ESTADO OU REGIÃO DE NASCIMENTO, SEGUNDO OS PROJETOS E ESTADO OU REGIÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR — 1980

ESTADO OU REGIÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS					
	Números absolutos	Estado ou Região de nascimento (%)				
		Região Nordeste	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro e São Paulo	Demais Estados
OURO PRETO						
TOTAL	217	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Minas Gerais.....	26	—	25,6	6,7	6,1	—
Espírito Santo.....	41	1,9	22,1	66,6	3,0	—
Paraná.....	51	20,8	18,6	6,7	27,3	86,6
Mato Grosso.....	76	58,5	29,1	16,7	42,4	6,7
Demais Estados.....	23	18,8	4,6	3,3	21,2	6,7
JI-PARANÁ						
TOTAL	226	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Minas Gerais.....	11	—	16,9	2,2	—	—
Espírito Santo.....	43	5,5	6,8	80,0	—	—
Paraná.....	79	29,1	40,7	13,4	42,9	56,2
Mato Grosso.....	74	50,9	35,6	4,4	42,9	25,0
Demais Estados.....	19	14,5	—	—	14,2	18,8

FORTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA RONDÔNIA

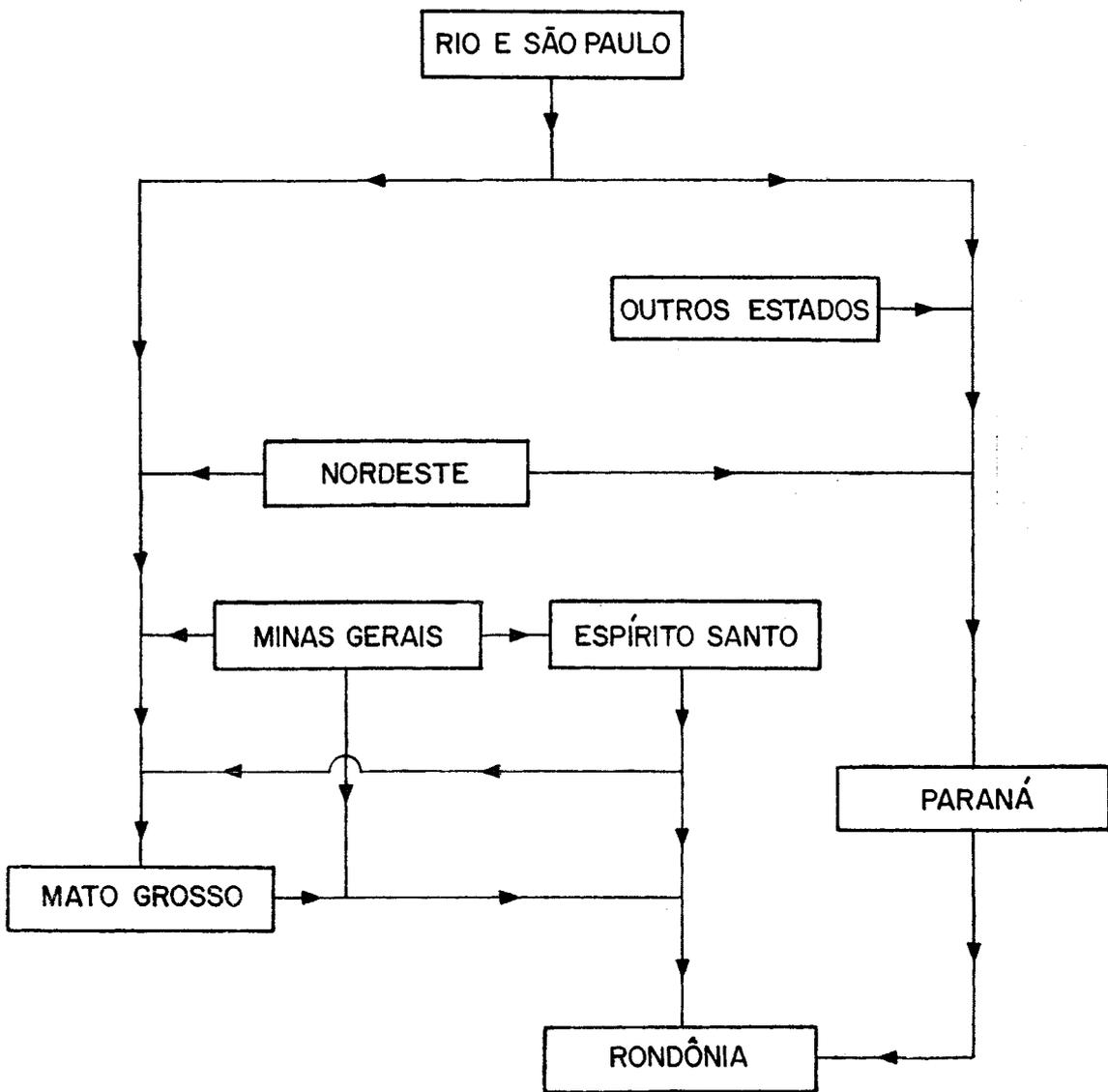


DIAGRAMA 1

Os migrantes do Rio de Janeiro e São Paulo vieram para Rondônia através, principalmente, do Mato Grosso e do Paraná, assim como fizeram suas contrapartidas nordestinas. Os migrantes vindos de Minas Gerais, por outro lado, apresentam uma proporção considerável de migração direta, mas também usam Mato Grosso como local intermediário. O mesmo é verdade para aqueles que procedem do Espírito Santo. Finalmente, os migrantes vindos de outros Estados tinham o Paraná como residência anterior. A extensão da concentração dos Estados que mandaram migrantes para Rondônia — 90% dos migrantes vêm de quatro Estados — torna fácil, se desejado, dirigir uma propaganda de desencorajamento à migração. As correntes migratórias básicas estão sumarizadas no diagrama 1.

O processo de atração-expulsão-atração que afetou os migrantes rurais no Brasil se vê claramente refletido nos dados do Levantamento. Minas Gerais e Espírito Santo são áreas que vêm tradicionalmente expulsando população. O maior volume dos novos migrantes, por outro lado, veio do Mato Grosso e Paraná, fronteiras imediatamente anteriores à Amazônia. Parece portanto que a duração da retenção dos migrantes rurais em áreas de fronteira está diminuindo. A tabela 10 fornece maiores evidências nesse sentido.

A distribuição por duração de residência anterior diferia levemente entre os Projetos. Os migrantes para Ouro Preto permaneceram 13,4 anos em média nos seus locais de residência prévia, enquanto os do Ji-Paraná ficaram em média um pouco menos, isto é, 12 anos. O aspecto mais interessante da tabela 10 é, porém, a clara diferenciação da distribuição da duração da residência segundo o Estado de residência prévia. Os migrantes de Estados de fronteira recente — Mato Grosso e Paraná — têm períodos muito mais curtos de residência do que os de Estados tradicionalmente expulsores como Minas Gerais e Espírito Santo. Isso representa uma evidência das dificuldades que as experiências de fronteira recente enfrentam para fixar os migrantes que assomavam à área.

Seguem-se de forma a fechar a descrição dos colonos como imigrantes, informações sobre o ano de chegada a Rondônia. Aqui, novamente, foram utilizadas as Fichas de Inscrição e o Levantamento Sócio-Demográfico (Tabela 11).

Tal como dito anteriormente, a distribuição dos colonos por Estado de nascimento não diferia significativamente entre as duas fontes de dados examinadas, supondo-se que os colonos entrevistados nas duas fontes seriam os mesmos. Essa suposição acabou sendo difícil de ser mantida. As distribuições por ano de chegada a Rondônia são claramente diferentes. Ainda que ambas as fontes mostrem uma concentração dos colonos semelhante para datas anteriores a 1976, o Levantamento Sócio-Demográfico indica uma duração mais longa da residência em Rondônia. Se a explicação para a descoberta fosse a grande rotatividade dos colonos, o contrário era de se esperar, isto é, pensar-se-ia que os novos colonos teriam um período mais curto de residência em Rondônia. Esse poderia ser, de fato, o caso do Ji-Paraná onde o Levantamento revelou que 37% dos colonos chegara depois de 1976, enquanto que pelos dados das Fichas de Inscrição a percentagem para esse Projeto era de 9,4%. O fato de que um número tão pequeno de Fichas de Inscrição (385) apresentasse esta informação para Ouro Preto não pode ser descartado, lançando dúvidas quanto à confiabilidade da informação.

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR ESTADO OU REGIÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR, SEGUNDO OS PROJETOS E TEMPO DE DURAÇÃO DA RESIDÊNCIA ANTERIOR — 1980

TEMPO DE DURAÇÃO DA RESIDÊNCIA ANTERIOR	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS					
	Números absolutos	Estado ou Região de residência anterior (%)				
		Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Mato Grosso	Demais Estados
OURO PRETO						
TOTAL	237	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 5 anos.....	61	7,1	14,3	29,0	38,6	13,3
6 a 10 anos.....	56	7,1	12,2	20,6	33,0	18,1
11 a 20 anos.....	72	7,1	42,9	33,9	27,3	36,2
21 a 30 anos.....	26	32,1	18,4	16,5	1,1	13,3
31 anos e mais.....	22	46,6	12,2	—	—	19,1
JÍ-PARANÁ						
TOTAL	261	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 5 anos.....	85	—	20,0	36,2	40,1	23,5
6 a 10 anos.....	59	—	16,0	25,5	27,1	11,8
11 a 20 anos.....	74	—	28,0	33,0	24,7	23,5
21 a 30 anos.....	27	—	24,0	5,3	4,7	17,7
31 anos e mais.....	16	—	12,0	—	3,4	23,5

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

TABELA 11

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR FONTE DE DADOS E PROJETOS, SEGUNDO O ANO DE CHEGADA A RONDÔNIA

ANO DE CHEGADA A RONDÔNIA	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR FONTE DE DADOS E PROJETOS			
	Fichas de Inscrição		Levantamento Sócio-Demográfico	
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	385	2 075	298	318
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
Até 1972.....	17,7	15,8	44,7	24,9
1973.....	17,9	25,0	23,5	15,1
1974.....	19,5	18,8	7,7	11,0
1975.....	30,9	31,0	5,7	12,3
1976.....	11,9	9,4	10,7	15,4
1977 e mais.....	2,1	—	7,7	21,3

FONTES — Fichas de Inscrição, INCRA e Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

A situação dos agregados caracteriza-se na sua maior parte por uma residência mais curta em Rondônia. De acordo com o Levantamento, 59% deles chegaram depois de 1975 em Ouro Preto, elevando-se este valor para 74%, para os agregados do Ji-Paraná.

Essa descoberta sugere que um processo de renovação dos colonos esteja em andamento. Se a condição de agregado representa um tipo de situação temporária e após algum tempo os agregados se tornam colonos, uma proporção considerável dos atuais colonos deveria ter sido agregados antes de receber o lote. A tabela 12 produz alguma evidência contrária a essa hipótese.

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR PROJETO, SEGUNDO O TIPO DE TÍTULO DE OCUPAÇÃO DA TERRA — 1980

TIPO DE TÍTULO DE OCUPAÇÃO DA TERRA	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR PROJETO	
	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS		
TOTAL	289	312
NÚMEROS RELATIVOS (%)		
TOTAL	100,00	100,00
Autorização de ocupação.....	43,6	29,9
Licença de ocupação.....	24,9	34,3
Nenhum tipo.....	9,3	13,1
Agregado.....	3,5	5,1
Comprou o lote.....	18,7	17,6

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

Os resultados indicam que mais de 95% dos atuais colonos em qualquer um dos Projetos nunca esteve antes na condição de agregado. Eles tinham, em sua maioria, títulos temporários de ocupação do lote ou então compraram o mesmo, apesar de ser esse último um procedimento ilegal, de colonos que ou abandonaram a área ou deixaram a condição de colono.

Por outro lado, os agregados aumentaram a sua parcela na onda de recém-chegados, o que indica que o processo de concessão de um lote por parte do INCRA parece ter atingido um nível de saturação. De qualquer maneira, ter um lote sob qualquer forma de arranjo legal é o primeiro passo para se beneficiar dessa política. Outros mecanismos institucionais devem estar disponíveis e a seguir descrevemos seu estado atual.

6 — VINCULAÇÕES DOS PRODUTORES COM OS CANAIS INSTITUCIONAIS

De acordo com o planejado, a sede do Projeto deveria colocar o colono em contato com os mecanismos institucionais que visam facilitar sua vida como produtor independente. Apenas alguns mecanismos, de uma série tentada, funcionaram. Esses são: a concessão de um lote, assistência técnica, crédito e acesso a cooperativas. Três fontes de dados são consideradas nessa seção para testar se uma exposição mais longa a esses mecanismos levaria a seu uso de forma mais freqüente (Tabela 13).

TABELA 13

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR ANO DE CHEGADA A RONDÔNIA, SEGUNDO OS PROJETOS E TEMPO DE ESPERA PARA O RECEBIMENTO DO LOTE — 1980

TEMPO DE ESPERA PARA O RECEBIMENTO DO LOTE	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR ANO DE CHEGADA A RONDÔNIA								
	Até 1971	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1977 e mais
OURO PRETO									
Números absolutos.....	44	25	62	69	22	19	31	—	31
Números relativos (%).....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	—	100,00
Nenhum.....	34,1	36,0	33,9	43,5	40,9	64,8	58,1	—	58,1
1 ano.....	18,2	32,0	33,9	26,1	31,8	17,6	25,8	—	25,8
2 anos e mais.....	47,7	32,0	32,2	30,4	27,3	17,6	16,1	—	16,1
JI-PARANÁ									
Números absolutos.....	31	—	48	35	39	50	30	42	(1)37
Números relativos (%).....	100,00	—	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	(1)100,00
Nenhum.....	19,4	—	16,7	22,9	40,0	30,8	30,0	70,0	75,7
1 ano.....	16,1	—	31,3	33,3	11,4	23,1	36,0	23,3	18,9
2 anos e mais.....	64,5	—	52,0	43,8	48,6	46,1	34,0	6,7	5,4

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

(1) Dados relativos a 1978 e mais.

Uma primeira tabela lida com o período de espera anterior à recepção do lote. Essa informação está disponível no Levantamento Sócio-Demográfico.

A distribuição por ano de chegada determina períodos de espera mais curtos no Ouro Preto do que em Ji-Paraná. Até 1973, ao menos 30% dos colonos esperaram dois anos para receberem seus lotes. Depois de 1976, essa percentagem reduziu-se a 16 e mais de 50% dos candidatos receberam seus lotes na chegada. Uma agilização similar do processo parece aparente nos dados do Ji-Paraná, já que, dos colonos que chegaram em 1971, 64% tiveram que esperar dois anos para alcançarem

seus lotes. Depois disso, o período de espera é gradualmente reduzido e, para os que chegaram em 1977 ou depois, o período de espera era ainda mais curto que em Ouro Preto. Parece, portanto, que tal representa uma instância em que o progresso se fez com o passar do tempo.

A mesma observação não pode ser feita em relação ao acesso ao crédito e à assistência técnica, tal como aparece na tabela 14. As diferenças entre os Projetos são mínimas. A falta de experiência prévia na obtenção de crédito aparece claramente na alta proporção de colonos (80%) que nunca recorreu a ele antes da migração para Rondônia. A permanência na área por um certo período de tempo elevou significativamente a experiência. Em 1977, mais de 1/3 dos colonos em cada Projeto declarou que havia feito uso daquele mecanismo. Contudo, os dados de 1980 apontavam para uma reversão nessa tendência. Porque as informações referentes ao crédito foram encabeçadas por uma questão sobre se “alguma vez usou”, ou a questão foi mal interpretada, tomada como significando “está presentemente utilizando”, ou o colono representava um grupo diferente do que o que respondeu ao Levantamento do INCRA, ou ainda, porque talvez a percentagem tem sido inflacionada nesta última fonte. O fato inquestionável é que o acesso ao crédito não está largamente difundido mesmo se favorecido ao nível da política.

TABELA 14

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR FONTE DE DADOS E PROJETOS, SEGUNDO A OCORRÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS POR FONTE DE DADOS E PROJETOS					
	Fichas de Inscrição		Levantamento Sócio-Econômico		Levantamento Sócio-Demográfico	
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
	OCORRÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO					
Números absolutos.....	2 506	2 615	701	228	398	396
Números relativos (%).....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sim.....	11,4	11,3	34,8	35,1	26,0	27,3
Não.....	80,3	84,6	46,4	45,2	72,0	68,1
Sem declaração.....	8,3	4,1	18,8	19,7	2,0	4,6
	OCORRÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA					
Números absolutos.....	—	—	701	228	398	396
Números relativos (%).....	—	—	100,00	100,00	100,00	100,00
Sim.....	—	—	27,4	29,8	34,0	30,2
Não.....	—	—	62,4	58,3	54,0	58,6
Sem declaração.....	—	—	10,2	11,9	12,0	11,2

FONTES — Fichas de Inscrição; Levantamento Sócio-Econômico, INCRA e Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia, IBGE.

Para os colonos que haviam utilizado o crédito, o Banco do Brasil aparecia como a única agência de crédito mais importante, responsabilizando-se por 20% das transações. Para os que declaravam que nunca o haviam utilizado, o medo de não ser capaz de pagar o dinheiro pedido emprestado, tal como aconteceu a seus vizinhos e, o sentimento de que a operação era mais complicada do que eles poderiam manejar, foram as razões mais freqüentes.

A assistência técnica é outra facilidade institucional teoricamente disponível aos colonos. A julgar pelos dados não aparecem diferenças entre os Projetos. A proporção de colonos que recebeu alguma forma de assistência técnica aumentou para 1/3 em 1980, um padrão ainda baixo para um Projeto como o Ouro Preto já com dez anos de operação aquele tempo. Isso não significa falta de confiança da parte dos colonos, mas se relaciona muito mais à disposição das próprias agências de criar equipes móveis para espalharem conhecimentos úteis. A Comissão Executiva Plano Lavoura Cacaueira (CEPLAC), encarregada de fornecer as linhas mestras para a florescente cultura do cacau tem sido a agência mais ativa na área e sua atividade foi avaliada pelos colonos como adequada.

Os trabalhadores rurais geralmente carecem de experiência em formas de associação, funcionando a própria natureza de seu trabalho como uma das pré-condições para isso. Ao tempo de sua chegada, os colonos mostravam uma baixa experiência com formas significativas de associação como cooperativas e sindicatos. A extensão de seu isolamento ficou expressa no Levantamento do INCRA de 1977 onde apenas 7,8% registraram filiação à cooperativa. É importante mencionar, porém, que a cooperativa não foi formada pela iniciativa dos colonos, mas sim pelo INCRA, sendo mesmo freqüentemente criticada por eles. Em 1980 houve uma melhoria considerável em relação às cifras anteriores. Em Ouro Preto, 42% dos colonos tornaram-se membros da cooperativa. No Ji-Paraná essa cifra é de apenas 30%, mas existem 40% dos colonos afiliados a um sindicato rural criado por eles próprios.

A avaliação dos mecanismos institucionais, enquanto responsáveis por uma maior produtividade entre os colonos, atestou a fraqueza destes. A impressão transmitida pelos dados é de que a liberação dos lotes se acelerou, mas o crédito e a assistência técnica atingiram apenas 30% dos colonos. Entretanto, o atendimento tem sido orientado no sentido de privilegiar colonos que possuem os maiores lotes, criam gado ou cultivam culturas comerciais em oposição às estritamente alimentícias. Informação das duas pesquisas — a do INCRA e a nossa — indicam uma diferença estatisticamente significativa no atendimento de ambos serviços — crédito e assistência técnica — no sentido de favorecerem as culturas e os pastos permanentes às culturas temporárias, assim como grandes áreas cultivadas a pequenas quantidades⁹. Por exemplo, 100% dos colonos que tinham de 31 a 40 hectares de culturas

⁹ Os conceitos de culturas permanentes e temporárias são empregados conforme a denominação utilizada nos Censos Agropecuários. Assim:

- culturas permanentes: são aquelas de longa duração e que não necessitam plantio após a colheita, posto que produzem por vários anos. Exemplos em Rondônia: café e cacau;
- culturas temporárias: são aquelas de curta duração e que necessitam replantio após cada colheita, durando geralmente um ano. Exemplos em Rondônia: milho, arroz e feijão.

Ver Bibliografia, I. p. XXIV.

temporárias receberam crédito contra 38% que tinham menos de 10 hectares de culturas temporárias. Quando relacionada a culturas permanentes, a marca dos 100% foi alcançada a um limite inferior, isto é, 21 a 30 hectares.

As cooperativas e os sindicatos não têm constituído, até agora, mecanismos verdadeiros de associação dos colonos. A cooperativa de Ouro Preto foi imposta aos colonos, que chegaram mesmo a tentar queimá-la uma vez, e o sindicato do Ji-Paraná tem ainda que crescer como veículo de transmissão das demandas dos colonos.

7 — CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS PRODUTORES

Retomaremos a seguir um grupo de características sócio-econômicas. Pretendia-se que o critério de seleção dos itens abaixo refletisse as características que seriam relevantes à performance dos colonos como trabalhadores potencialmente independentes. Nesse sentido, as características examinadas são: níveis educacionais, natureza da experiência prévia e atual com tipos de culturas e experiência como trabalhadores independentes.

Os níveis educacionais são tão baixos quanto possível: 48% dos colonos não sabem ler nem escrever; 50% são analfabetos funcionais e, apenas 2% haviam tido alguma educação primária. Eles são auxiliados, quanto aos aspectos quantitativos de sua atividade produtiva — tamanho da área cultivada, volume de produção, volume das vendas e preços de comercialização —, por suas esposas que fazem o papel de arquivistas. Elas são, freqüentemente, as informantes mais inteligíveis quanto aos aspectos básicos da produção.

A experiência agrícola dos colonos ao tempo de sua chegada não apresentou diferenças entre os Projetos. A tabela 15 apresenta essa informação.

A experiência agrícola passada dos colonos selecionados mostrou que eles estavam muito distantes de serem minifundiários, sendo 1/3 deles, a despeito do projeto, produtores familiares com 25 ou mais hectares sob cultivo, exatamente o que era esperado dele em Rondônia.

O intermediário foi o canal de comercialização mais freqüentemente citado. Isso acontece no Brasil naquelas áreas de maior isolamento do produtor. Este, incapacitado para chegar ao mercado a fim de comercializar a sua produção, sujeita-se aos preços arbitrários impostos pelo intermediário.

Para avaliar o desempenho dos produtores rurais em Rondônia apresentamos nas tabelas 16 e 17 alguns dados a esse respeito. Segundo a pesquisa de 1977, a própria prática agrícola em Ouro Preto era mais diversificada do que em Ji-Paraná. A diversificação se fez presente através de uma maior e mais representativa parcela das pastagens e das culturas permanentes. Esse fator pode ser vinculado a um período relativamente mais curto de operação do Projeto Ji-Paraná. A extração de madeira, contudo, atividade típica dos primeiros anos de um projeto, existiu também numa menor extensão, no Ji-Paraná, mesmo sendo a taxa de ausência de respostas a esse item, extremamente elevada.

Já para o ano agrícola de 1979/80, a produtividade dos colonos parece haver aumentado via uma extensão da área sob cultivo e uma

TABELA 15

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS AO TEMPO DE CHEGADA A RONDÔNIA, POR PROJETO, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA USUAL SOB CULTIVO E OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MAIS FREQUENTEMENTE UTILIZADOS, ANTES DE SUA VINDA PARA RONDÔNIA

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS AO TEMPO DE CHEGADA A RONDÔNIA, POR PROJETO	
	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS		
Grupos de área usual sob cultivo	2 363	2 618
Canais de comercialização da produção mais freqüentemente utilizados antes de sua vinda para Rondônia.....	2 195	2 490
NÚMEROS RELATIVOS (%)		
Grupos de área usual sob cultivo (ha)....	100,00	100,00
Menos de 9.....	18,1	18,6
10 a 14.....	21,4	20,7
15 a 24.....	27,8	28,2
25 e mais.....	32,7	32,5
Canais de comercialização da produção mais freqüentemente utilizados antes de sua vinda para Rondônia.....	100,00	100,00
Intermediário.....	69,5	76,4
Atacadista.....	14,6	12,3
Direto do consumidor.....	3,3	2,7
Intermediário e atacadista.....	3,3	3,8
Outros.....	10,3	4,8

FONTE — Fichas de Inscrição, INCRA.

maior produção para as culturas mais importantes nos dois Projetos. Os dados são do Levantamento Sócio-Demográfico, e estão expostos na tabela 17.

A vantagem que o Ouro Preto parecia ter sobre o Ji-Paraná em 1977 aparentemente desapareceu. Uma gama similar de culturas estava sendo cultivada em ambos os projetos em uma extensão diversificada de hectares. É recompensador ver que as mais importantes culturas comerciais, café e cacau, que começaram em Ouro Preto, estão sendo produzidas também no Ji-Paraná e, aparentemente, com maior eficiência. De forma a avaliar o quadro do ponto de vista da eficiência, foi produzida uma tabela-resumo (Tabela 18).

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR PROJETO, SEGUNDO A FORMA DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E A PRÁTICA DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA — 1977

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR PROJETO	
	Ouro Preto	Ji-Paraná
	NÚMEROS ABSOLUTOS	
TOTAL	701	228
	NÚMEROS RELATIVOS (%)	
Forma de utilização das terras	100,00	100,00
Lavouras		
Temporárias.....	15,5	34,2
Permanentes.....	0,6	—
Temporárias e permanentes.....	13,8	46,9
Pastagens.....	3,0	—
Lavouras temporárias e pastagens.....	33,3	—
Lavouras temporárias e permanentes e pastagens.....	27,0	—
Sem declaração.....	6,8	18,9
Prática de extração de madeira	100,00	100,00
Madeiras.....	20,4	5,7
Seringueiras.....	12,4	0,9
Madeiras e seringueiras.....	8,0	—
Outras.....	3,0	1,8
Sem declaração.....	56,2	91,6

FONTE — Levantamento Sócio-Econômico, INCRA.

Uma descoberta interessante surgiu na tabela-resumo. Apesar de terem uma média similar de hectares para culturas básicas de subsistência — milho, arroz, feijão e mandioca — o quadro é muito diferente para as principais culturas comerciais — café e cacau. Neles, a média de hectares cultivados por produtor é maior no Ji-Paraná, especialmente no caso do cacau, onde a proporção é de 3,5 para 1 em Ouro Preto. Quando se descreve o quadro em função da produção média por saca, a atuação dos colonos do Ji-Paraná é menor para o milho, arroz, feijão e muito menor para o café.

Essa seção nos revela que os antecedentes dos colonos eram similares tanto no Ouro Preto quanto no Ji-Paraná. Ainda que por volta

TABELA 17

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR TIPO DE CULTURA CULTIVADA, SEGUNDO OS PROJETOS, A ÁREA CULTIVADA E A PRODUÇÃO OBTIDA — 1979-80

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR TIPO DE CULTURA CULTIVADA					
	Básica de subsistência				Comercial	
	Milho	Arroz	Feijão	Mandioca	Café	Cacau
NÚMEROS ABSOLUTOS						
Ouro Preto						
Área cultivada.....	242	269	232	81	182	64
Produção obtida.....	217	261	182	9	126	38
Ji-Paraná						
Área cultivada.....	237	270	232	103	244	24
Produção obtida.....	234	277	222	4	147	13
NÚMEROS RELATIVOS (%)						
Ouro Preto						
Área cultivada (ha).....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Menos de 2.....	34,8	22,4	57,7	76,5	20,3	21,9
2 a 3.....	28,9	25,6	19,4	17,3	50,6	40,6
3 a 5.....	23,1	31,4	13,4	2,5	20,8	21,9
5 a 10.....	11,6	14,5	7,8	3,7	7,0	7,8
10 e mais.....	1,6	6,3	1,7	—	1,3	7,8
Produção obtida (sacas)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Menos de 15.....	19,8	8,8	73,6	55,6	44,4	34,2
16 a 30.....	29,5	18,3	17,0	11,1	16,7	29,0
31 a 50.....	23,0	16,0	5,5	22,2	14,3	21,0
51 a 100.....	18,9	30,9	2,8	11,1	15,1	7,9
100 e mais.....	8,8	26,0	1,1	—	9,5	7,9
Ji-Paraná						
Área cultivada (ha).....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Menos de 2.....	40,0	20,0	47,9	85,5	20,1	50,5
2 a 3.....	28,7	28,5	25,0	8,7	16,8	8,3
3 a 5.....	19,0	27,8	18,5	4,8	20,1	4,2
5 a 10.....	11,0	19,6	7,3	1,0	29,1	20,2
10 e mais.....	1,3	4,1	1,3	—	13,9	16,8
Produção obtida (sacas)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Menos de 15.....	25,0	11,5	68,9	50,0	48,3	53,9
16 a 30.....	31,9	15,9	15,8	50,0	10,2	15,4
31 a 50.....	22,0	19,5	10,8	—	11,8	7,6
51 a 100.....	14,7	30,0	3,2	—	20,4	23,1
100 e mais.....	6,4	23,1	1,3	—	9,5	—

TABELA 18

ASPECTOS GERAIS, POR PROJETO, SEGUNDO AS CULTURAS CULTIVADAS — 1980

CULTURAS CULTIVADAS	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (sacas)		MÉDIA POR PRODUTOR			
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná	Área cultivada (ha)		Produção obtida (sacas)	
					Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
	Milho.....	310,4	289,9	4 268,0	3 742,6	1,28	1,22	19,67
Arroz.....	414,4	411,0	6 593,8	6 289,0	1,54	1,52	25,26	22,70
Feijão.....	243,9	258,6	1 687,6	1 888,6	1,05	1,11	9,27	8,51
Mandioca.....	157,5	133,8	2 526,0	1 650,0	1,94	1,30	280,67	412,50
Café.....	302,0	569,2	3 673,0	3 856,0	1,66	2,33	29,15	26,23
Cacau.....	386,5	491,4	3 383,0	2 402,4	6,04	20,48	89,03	184,80

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

de 1977, o perfil do Ouro Preto fosse mais diversificado, três anos mais tarde parece que o Ji-Paraná alcançou e até mesmo ultrapassou as médias dos produtores do Ouro Preto, especialmente nas principais culturas comerciais, constituídas pelo café e pelo cacau.

Enquanto a produção média é uma medida da capacidade do colono de plantar, colher e extrair um determinado produto de uma área definida, o número médio de sacas é uma medida do grau de comercialização enquanto produção líquida de onde são deduzidas as perdas. Como a produção média em Ji-Paraná era maior que a de Ouro Preto e essa relação se inverteu ao ser referida ao número médio de sacas, parece que as perdas são maiores em Ji-Paraná. A idéia de que os colonos são abandonados a sua própria sorte e de que os resultados que eles mostram são uma consequência direta da energia que colocam no processo, vê-se reforçada com esse resultado. As condições institucionais, supostamente melhores, de Ouro Preto não importam se comparadas com as dos colonos de Ji-Paraná contanto que eles houvessem tido tempo suficiente para que suas colheitas crescessem e produzissem resultados.

A falta de recursos financeiros da parte dos colonos e de uma infra-estrutura adequada por parte do INCRA conduziram à subdivisão dos lotes e à emergência dos agregados, sendo esses empregados, basicamente, como parceiros ficando com a metade ou 1/3 do que produzem ou como arrendatários, notando-se sua presença nas culturas comerciais do café e do cacau.

Os agregados são parte da massa itinerante de trabalhadores agrícolas que chegam às áreas de fronteira procurando terras para traba-

lhar. Suas condições de vida, medidas pelo acesso a bens de consumo coletivo e doméstico, são piores do que as dos colonos. A diferença básica entre os dois grupos de produtores — colonos e agregados — está em que os agregados não possuem nenhum título de propriedade da terra. Essa posição de trabalhador sem terra os condiciona a aceitar as condições de trabalho oferecidas pelo proprietário. Além de trabalhar para esse último, sob condições impostas, o agregado tem ainda que produzir o necessário à subsistência própria e a de sua família. Seu número cresceu na segunda metade da década de 70 na medida em que a terra destinada aos lotes tornou-se escassa. O Levantamento Socio-Demográfico revelou uma proporção de 0,3 agregados em Ouro Preto e 0,2 em Ji-Paraná, por colono em cada Projeto. É interessante que a proporção seja mais alta em Ouro Preto do que em Ji-Paraná. Se a velocidade para liberar terras para fins de assentamento decresce à medida que os anos passam e se a corrente migratória permanece volumosa, e de se esperar que o número de agregados aumentasse e que isso acontecesse na área mais antiga de Ouro Preto. Se, por outro lado, os agregados se tornassem colonos com o passar do tempo, ou como ocupantes de novos lotes ou com substitutos dos colonos que emigraram, uma parcela expressiva dos atuais colonos teria sido de agregados. Os dados da tabela 12, entretanto, contradizem essa possibilidade na medida em que apenas 3,5% dos colonos atuais de Ouro Preto e 5,1% dos de Ji-Paraná declararam terem sido anteriormente agregados. Portanto, a condição de agregado que era temporária por definição se está tornando mais difícil de se alterar. Raramente aparecem agregados anteriores entre os colonos; se há uma mudança na sua condição é para colocá-los na situação de posseiros.

Enquanto os agregados permanecem em Rondonia em busca de terra para trabalhar, os próprios colonos combinam o trabalho no seu próprio lote, com o trabalho feito para algum patrão, em troca de um salário. O Levantamento Socio-Demográfico revelou que, por exemplo, no Ji-Paraná 33,5% dos membros das famílias dos colonos trabalhavam como assalariados durante o ano agrícola de 1979/80, inclusive os próprios colonos. A venda da força de trabalho familiar não ocorre apenas na chegada antes da primeira colheita, mas é um recurso ao qual a família recorre nos maus tempos¹⁰. O período de tempo gasto fora do lote na condição de trabalhador assalariado está longe de ser insignificante. A tabela 19 dá uma indicação do fato.

Descobriu-se que no Projeto Ji-Paraná, dos 19% dos colonos que haviam trabalhado como assalariados no ano anterior ao levantamento de 1980, 63% trabalharam por um período de até quatro meses. Quando isso acontecia o lote era deixado aos cuidados dos membros mais velhos da família, basicamente sob a responsabilidade do filho mais velho. É surpreendente que mesmo suportando essas condições de trabalho a grande maioria dos colonos e agregados avaliou sua situação atual como melhor que antes e expressou suas intenções de permanecer. O conteúdo de suas percepções acha-se analisado na seção seguinte.

¹⁰ Ver Bibliografia, 12.

TABELA 19

**DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS E AGREGADOS DO PROJETO
JI-PARANÁ, SEGUNDO O TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO
ASSALARIADO EM 1 ANO — 1980**

TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO	DISTRIBUIÇÃO	
	Colonos	Agregados
NÚMEROS ABSOLUTOS		
TOTAL	75	18
NÚMEROS RELATIVOS (%)		
TOTAL	100,00	100,00
Menos de 1 mês.....	8,0	—
1 a 4 meses.....	54,7	38,9
4 a 8 meses.....	17,3	27,8
8 a 12 meses.....	14,7	11,1
Sem declaração.....	5,3	22,2

FONTE — Pinto, Maria G.O. — Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola — Brasília, Universidade de Brasília, 1981, (dissertação de mestrado), citado por Turchi, Lenita M.op. cit., tabela 11.

8 — AUTO-AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

As dificuldades que foram descritas pelos colonos cobriram um espectro que foi das relacionadas à comercialização da produção até às condições de saúde. A falta de estradas adequadas a servirem como canal básico de comercialização foi apontada como a dificuldade mais importante, tal como mostra a tabela 20.

TABELA 20

**DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR PROJETO, SEGUNDO AS
DIFICULDADES ENFRENTADAS DEPOIS DE RECEBEREM OS
SEUS LOTES — 1980**

DIFICULDADES ENFRENTADAS DEPOIS DE RECEBEREM OS SEUS LOTES	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS, POR PROJETO	
	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS		
TOTAL	280	293
NÚMEROS RELATIVOS (%)		
TOTAL	100,00	100,00
Falta de estradas.....	34,3	28,3
Doenças.....	12,1	7,9
Falta de transportes.....	1,0	7,5
Todas as mencionadas acima.....	13,6	7,5
Outras.....	25,4	26,6
Nenhuma.....	13,6	22,2

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

A percepção das dificuldades era maior em Ouro Preto do que em Ji-Paraná, onde 1/5 dos colonos mencionou não ter quaisquer problemas em suas atuais condições de vida. Para os que admitem a existência de dificuldades, a falta de estradas é considerada a maior delas. Não apenas os colonos expressaram poucas queixas sobre as suas atuais condições de vida, como também avaliaram essas últimas como sendo melhores do que as que haviam experimentado anteriormente. A tabela 21 coloca isso claramente.

TABELA 21

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS E AGREGADOS, POR PROJETO, SEGUNDO UMA COMPARAÇÃO DE SUA SITUAÇÃO ATUAL COM A PRÉVIA — 1980

COMPARAÇÃO DE SUA SITUAÇÃO ATUAL COM A PRÉVIA	DISTRIBUIÇÃO			
	Colonos		Agregados	
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	297	325	99	68
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
Melhor.....	85,9	88,9	65,7	79,4
A mesma.....	7,7	7,7	24,2	17,7
Pior.....	6,4	3,4	10,1	2,9

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

A grande maioria dos colonos nos dois Projetos declarou que eles estão em melhor situação agora do que antes. Ainda que as porcentagens para os agregados seja menor se somarmos os que declararam sua situação como permanecendo igual, pode-se ver que a colonização é percebida pelos produtores como fornecendo-lhes condições adequadas para melhorar sua vida ¹¹.

Finalmente, testou-se se a percepção de estar em melhor situação agora levaria à intenção de permanecer na área. A tabela 22 dá-nos indicações adicionais sobre essa percepção.

¹¹ Os colonos expressaram níveis de satisfação similares ao de outros colonos em projetos de colonização dirigida já extintos. Tavares, em 1971, entrevistou colonos de vários projetos localizados nas Regiões Norte e Centro-Oeste, os que informaram em pelo menos 80% dos casos estarem melhor do que antes. Ver Bibliografia, 4. Tabelas 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3, p. 74, 76 e 78.

TABELA 22

**DISTRIBUIÇÃO DOS COLONOS E AGREGADOS, POR PROJETO,
SEGUNDO SUAS PREFERÊNCIAS — 1980**

PREFERÊNCIAS	DISTRIBUIÇÃO			
	Colonos		Agregados	
	Ouro Preto	Ji-Paraná	Ouro Preto	Ji-Paraná
NÚMEROS ABSOLUTOS				
TOTAL	297	325	100	69
NÚMEROS RELATIVOS (%)				
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
Permanecer em Rondônia.....	90,0	91,1	82,0	76,1
Mudar.....	10,0	8,9	18,0	23,9

FONTE — Levantamento Sócio-Demográfico de Rondônia — 1980, IBGE.

A resposta à questão sobre se permanecer ou mudar de Rondônia foi coerente com a avaliação dos produtores de sua situação atual. As preferências pela permanência na área a despeito das dificuldades concretas surgiram para a maioria dos colonos. Mesmo entre os agregados há uma intenção clara de permanecer em Rondônia enquanto lugar que pode fornecer-lhes as condições necessárias para construir suas vidas.

9 — OBSERVAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo era examinar as condições de vida dos colonos de forma a fornecer uma descrição de seus antecedentes e de sua atuação presente. Três fontes de dados forneceram as informações requeridas para essas tarefas: as Fichas de Inscrição, o Levantamento Sócio-Econômico do INCRA e o Levantamento Sócio-Demográfico. As duas primeiras, coletadas pelo INCRA, foram codificadas por uma equipe sob minha chefia e supervisão, primeiro em 1977, e depois, em 1978. O Levantamento Sócio-Demográfico planejado e organizado por mim em dois Projetos de colonização na área, com a ajuda de 12 entrevistadores foi consequência natural das diversas dúvidas sobre a atuação da política de colonização, levantadas pela análise das fontes precedentes de dados.

As condições de vida da população eram ruins frente a qualquer padrão decente. A construção de 93% das casas foi de madeira não tratada, e mais se pareciam com barracos. Uma proporção similar foi achada para casas que não tinham outra fonte de abastecimento além de um rio próximo ou de um poço não tratado. Faltavam instalações de esgoto também: 73% dos colonos não tinham nada e 22% contavam apenas com fossas rudimentares.

Os padrões de saúde dos colonos e agregados eram bem baixos, sendo um dos componentes básicos da situação as condições ambientais às quais todo o grupo estava submetido. Um outro era sua condição de classe a qual os fez, por toda vida, parte da grande parcela da população brasileira severamente pauperizada. A intensidade do trabalho agrícola e as condições climáticas sob as quais este tem que se realizar garantem as pré-condições desfavoráveis para um *status* de saúde decente.

No que concerne às características demográficas básicas, a estrutura dos colonos e agregados era mais envelhecida do que a dos chefes de família rurais. Como um dos critérios de seleção para se tornar um colono era a idade do chefe da família, onde o grupo de 36 a 42 anos levava o maior peso; a idade média encontrada por volta de 41 anos pode facilmente ser resultado da seleção. Os níveis de crescimento natural representam o achado mais notável no campo da dinâmica demográfica. A Taxa de Fecundidade Total se situa em torno de sete e o nível das mortes fetais, natimortos e mortalidade infantil é o dobro do encontrado no Censo para a população rural. Pode-se ver que 1/3 das crianças de mães com idade 50 estão mortas.

O perfil dos produtores como migrantes caracterizou-os como tendo feito diversos movimentos ao longo de suas vidas. Seu perfil, porém, tanto em termos de Estados de origem e de residência anterior foi bastante concentrado. Minas Gerais, Espírito Santo e os Estados nordestinos representavam 80% dos Estados de nascimento dos colonos. A concentração por Estados de residência anterior foi ainda mais pronunciada: 90% dos migrantes veio dos Estados-fonte tradicionais de Minas Gerais e Espírito Santo ou dos Estados de fronteira recente como Paraná e Mato Grosso. A importância das fronteiras anteriores no fornecimento de migrantes para Rondônia é evidente já que contam com mais de 70% do fluxo migratório.

A carência de suporte institucional foi também uma descoberta conclusiva. A única medida que pareceu haver melhorado ao correr dos anos de funcionamento dos Projetos foi a demarcação e a legalização da terra. O acesso ao crédito e à assistência técnica não alcançou mais que 1/3 dos colonos e beneficiou aqueles que cultivavam culturas comerciais e exploravam extensões maiores de terra.

A despeito de todas essas dificuldades, os colonos mostraram, se medida por sua produção agrícola, uma performance econômica razoável. Os colonos do Ji-Paraná alcançaram os do Ouro Preto e vão indo bem. Não foram encontradas diferenças significativas para essas características bem como para outras entre os Projetos. Destarte, a natureza do Projeto não importou realmente para o que os colonos foram capazes de mostrar como resultado.

Os produtores avaliaram sua situação como sendo melhor do que antes. Eles pareciam não ter consciência das dificuldades que enfrentam e expressaram, em grande maioria, suas intenções de permanecer na área. Espero que o Estado seja capaz de honrar o compromisso assumido com esses trabalhadores que são capazes de suportar o nível de problemas que eles suportam e ainda capazes de produzir.

10 — BIBLIOGRAFIA

- 1 — CENSO AGROPECUÁRIO 1980. Rondônia. Rio de Janeiro, IBGE, v. 2, t. 3, n. 2, 1983.
- 2 — CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rondônia. Dados gerais. Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, t. 4, n. 2, 1983.
- 3 — ———. Famílias e domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, t. 6, n. 2, 1983.
- 4 — COLONIZAÇÃO dirigida no Brasil; suas possibilidades na Região Amazônica. Vania Porto Tavares et alii. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. (Relatórios de Pesquisa, 8).
- 5 — DIAGNÓSTICO e perspectivas para o Território Federal de Rondônia. Maria Helena F. T. Henriques et alii. Brasília, Universidade de Brasília, 1979. mimeo.
- 6 — ESTIMATIVAS populacionais das principais localidades do Território de Rondônia, segundo as zonas urbana e rural. Período 1970/1980. Porto Velho, Comissão de Planejamento Agrícola, 1977. mimeo.
- 7 — GALL, Norman. Caminho para Rondônia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 fev., 5 mar., 12 mar. e 19 mar., 1973.
- 8 — ———. *Letter from Rondônia; a report on the Brazilian frontier*. 1977. mimeo.
- 9 — MARTINE, George. *Colonization in Rondônia and the reproduction of conditions prevailing on older areas*. Geneva, 1979. Trabalho apresentado ao Informal Technical Workshop on Migration Policies. mimeo.
- 10 — MOVIMENTO. Rio de Janeiro, ns. 178, 179, 180 e 193.
- 11 — PACHECO, Lenita M. T. *Colonização dirigida: estratégia de acumulação e legitimação de um estado autoritário*. Brasília. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, 1979. mimeo.
- 12 — ———. *Estratégia de sobrevivência da pequena produção na fronteira agrícola; projetos de colonização Ouro Preto e Ji-Paraná*. Vitória, 1982. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 3.
- 13 — PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1981. Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, IBGE, v. 5, t. 11, 1983.
- 14 — PINTO, Maria G. O. *Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola*. Brasília. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, 1979. mimeo.
- 15 — SANTANA, Jerônimo G. de. *Discursos*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1975.
- 16 — ———. *Em defesa dos pobres em busca de justiça social para Rondônia*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1976.
- 17 — SNEDECOR, George W.; COCHRAN, William G. *Statistical methods*. Ames, Iowa University Press, 1967.

RESUMO

Este artigo faz parte de um conjunto de três que se destinam a avaliar a política de colonização dirigida em Rondônia em algumas de suas dimensões constituintes. No primeiro artigo, examinou-se a sua dimensão de política social; no segundo, o seu impacto na dinâmica demográfica da área; finalmente, aqui, pondera-se a sua eficiência enquanto mecanismo que busca transformar os trabalhadores que chegam a Rondônia em agricultores independentes.

Um levantamento realizado em dois Projetos de colonização na área — Ouro Preto e Ji-Paraná — proporcionou uma boa maneira para se examinar os colonos enquanto população alvo da política de colonização. Suas condições de vida são precárias, posto que a grande maioria deles vive em taipas ou choupanas, 10% têm água encanada e 5%, fossa séptica. Estas percentagens pertencem aos colonos de Ouro Preto, Projeto mais antigo e melhor estruturado que Ji-Paraná, para esse último as percentagens são ainda mais baixas. As condições de vida precárias se associa um *status* de saúde deficiente. Durante o mês anterior à entrevista, 65% dos colonos interromperam a sua atividade normal devido a razões de saúde, sendo a malária e a gripe apontadas como as doenças mais frequentes.

A estrutura etária dos colonos é mais envelhecida do que a dos chefes de família rurais. Ser casado ou viver em união consensual é praticamente universal entre eles, posto que esta condição é um dos critérios qualificatórios para receber o lote a fim de que prevaleça o modelo de agricultura familiar na colonização dirigida. Essas características sugerem a presença de um alto nível de fecundidade, de fato encontrado a partir de estimativas via o Levantamento. A Taxa de Fecundidade Total encontrada foi de 6,93 filhos por mulher; ainda mais revelador que esse valor é o fato de que esta cifra se realiza a partir de um número médio de gestações bem maior (9,84 ao final do período reprodutivo) que se associa a um elevado nível de perdas fetais e mortes infantis, implicando assim um claro risco à saúde da mãe.

A concentração dos colonos com respeito ao lugar de residência anterior é bem acentuada: 90% deles vieram dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Mato Grosso. Enquanto os dois primeiros Estados têm tradicionalmente expulsado população, o Paraná e Mato Grosso eram fronteiras anteriores, tinham recebido consideráveis correntes migratórias mas, tornaram-se incapazes de reter os migrantes em base permanente, como transparece nos dados. Existem indicações de que algo semelhante pode já estar ocorrendo em Rondônia. Se um processo de renovação dos colonos está a caminho, o mesmo não acontece através dos agregados — morador por lote que trabalha para o proprietário enquanto aguarda o momento de receber o seu próprio lote e assim tornar-se um colono — já que 95% dos atuais colonos nunca passaram pela condição de agregados antes.

Os dados sobre a existência de mecanismos institucionais ao alcance dos colonos mostraram que esses operam a graus variados de eficiência. A demarcação e a concessão de lotes são os mais visíveis e eficientes enquanto que o crédito e a assistência técnica ainda não alcançaram 1/3 dos colonos. Não existe impacto diferencial desses mecanismos entre os Projetos Ouro Preto e Ji-Paraná.

Se os mecanismos institucionais são insuficientes para explicar diferenças na produção, parece ser que o trabalho no lote por si só não é suficiente para garantir a subsistência da família. Dos colonos e suas famílias de Ji-Paraná, 33% venderam sua força de trabalho; 10% deles o fizeram por um período maior que quatro meses. Apesar disso, os níveis de satisfação expressados pelos colonos com a sua situação atual são elevados segundo qualquer padrão; mais de 80% deles declararam estar melhor agora do que antes e mais de 90% expressaram seu desejo de permanecer em Rondônia. O desafio do Governo é tornar essa opção viável.

SUMMARY

This article is part of a three-article set aiming to evaluate the directed colonization policy in Rondônia in some of its implicit dimensions. In the first article the policy was examined in its social policy dimension; in the second, in its impact on the demographic dynamics of the area; finally, this article analyzes the policy efficiency in its ability to transform agricultural workers into autonomous farmers.

A survey conducted in two colonization projects in the area — Ouro Preto and Ji-Paraná — provided better insights on the settlers as the target group of the policy. Their living conditions were poor, as the large majority lived in log cabins or adobe houses, 10% had piped water and 5% had covered cesspools. These percentages were for Ouro Preto, older and better-structured than Ji-Paraná, which held lower percentages. Poor living conditions were associated with poor health status. Sixty-five percent of the settlers interrupted their normal activity during the month prior to the interview for health reasons, malaria and flu being the most frequent diseases.

The settlers age structure was older than the one of rural family heads in Rondônia. Being married or living in a marital status is practically universal among them, as this condition represents a qualifying factor in the criteria set established to select a settler and to impose a mode of family agriculture in the directed colonization. From these observations, high fertility levels follows, as estimated via the surveys. Total fertility rate was 6,93 children per woman but more revealing than the number per se was the fact that this figure was set, after a high level of pregnancies (984 at the end of the reproductive period) also coupled with high levels of fetal losses and child deaths, implying a clear risk to the mother's health.

The concentration of settlers with respect to places of previous residence was accentuated: 90% of them came from the states of Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná and Mato Grosso. While the first two States have traditionally expelled population, Paraná and Mato Grosso were former frontiers, received considerable migratory waves, but were unable to retain their migrants on a permanent basis, as apparent from the data. Indications are that something similar may be occurring in Rondônia at this very moment. If a renewal process is on the way, it is not through the means of an "agregado" — a plot resident who works for the plot owner while waiting for his own and thus becoming settler, as 95% of the actual settlers have never been agregados before.

Data on the institutional mechanisms available to settlers showed these to be operating at various degrees of efficiency. Land demarcation and granting of plots is the most visible and most efficient, where credit and technical assistance had not reached one-third of the settlers. However, these less efficient mechanisms seemed to not have any differential impact on Ji-Paraná versus Ouro Preto.

If institutional arrangements are not sufficient to explain differences in production, it is apparent that the work in the plot, on the other hand, is not sufficient to maintain family subsistence. Thirty-three percent of the Ji-Paraná settlers and family members worked as wage workers; 10% of them for periods longer than four months. However, levels of satisfaction with their current situation were high by any standards; more than 80% of them declared to be better-off than before and more than 90% would like to remain in Rondônia and not move out. It is a challenge to the Government to make this feasible.

Este artigo foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 12 de março de 1985.

A CRISE DO ESTADO E A REGIÃO - A ESTRATÉGIA DA DESCENTRALIZAÇÃO EM QUESTÃO*

Bertha K. Becker **

SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *A mundialização da economia, a crise do Estado e a região*
- 3 — *A crise da teoria e da política regional e o debate político sobre a descentralização*
- 4 — *Reflexões sobre a análise. Proposições. O Brasil*
- 5 — *Bibliografia*

1 — INTRODUÇÃO

Neste final do século XX a questão nacional torna-se aguda: em face da crise econômica e política do Estado, sua natureza e seu destino constituem questão básica para o futuro.

A partir de estudos no Brasil, entende-se a crise do Estado como uma manifestação da crise global que possui não só uma dimensão econômica mas, também uma dimensão política e uma dimensão espacial que se manifestam em diferentes escalas. A par da contradição apontada como fundamental entre dominados e dominadores, a partir de 1970, torna-se significativa a contradição no bloco do poder, entre interesses sociais globais e interesses privados, isto é, entre o Estado e as

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na Conferência de Geógrafos Políticos, Oxford, julho de 1983. As pesquisas referentes a esse trabalho vêm sendo financiadas pelo CEPG, CNPq e FINEP.

** Professora Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

corporações transnacionais. Tal conflito está associado à crise do Estado e da região e, ao nível local, relaciona-se à organização de movimentos sociais contra o poder central (Becker, 1982a) indicando a crescente importância das vias específicas, locais e regionais, de formação de crise.

Nem generalizações macroeconômicas nem a análise da crise numa só escala ou área parecem capazes de explicá-la. Estudos que tentem articular as manifestações da crise em diferentes escalas são pois, pertinentes. Acresce que as alternativas hoje propostas para superar a crise do Estado focalizam a questão da centralização ou descentralização do poder de decisão, através da mediação do espaço referenciada também a escalas específicas. Propostas de tendência liberal privilegiam a comunidade local ou a região na escala local (Friedmann and Douglass 1970; Stöhr, 1980 e 1982; Friedmann, 1982a e b). Autores de tendência marxista acreditam que a região está sendo destruída pela internacionalização do capital (Damette, 1980) ou propõem o fortalecimento do poder do Estado através do controle locacional das corporações privadas e públicas (Holland, 1976) e o fortalecimento da região, a nível macro, para adequá-la às demandas da nova era industrial (Aydalot, 1981).

De novo é a região evocada como instrumento de ação política. E mais, desta vez, uma relação se delinea, embora não explicitamente, entre formas de organização da economia e do poder nacionais e escalões por onde passa a cadeia de controle político e, mais especificamente, entre processo de crise do Estado e escala regional. É essa relação que esse trabalho visa analisar numa base exploratória.

Não se tem a pretensão neste texto de esgotar tema tão complexo, mas sim de oferecer subsídios para a discussão de alternativas políticas à questão social dos chamados países do capitalismo periférico, e do Brasil, e, a partir daí, contribuir para direcionar a Geografia para a análise política do espaço. Quais as características e tendências da crise mundial e no Brasil? Como se transformam hoje as regiões e qual seu significado político? Qual o possível impacto da intervenção via região na organização do poder e no processo de decisão? Isto é, qual o significado social da descentralização proposta?

Essas são algumas questões que norteiam a análise da relação crise do Estado-região: na primeira seção analisa-se a crise contemporânea em sua dimensão econômica e política; na segunda discute-se a crise da teoria e política regional e a questão da descentralização. Na terceira, reflexões e proposições são apresentadas.

2 — A MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA, A CRISE DO ESTADO E A REGIÃO

A crise do Estado é a expressão de contradição entre o político e o econômico que se acentuou no bloco do poder nesse final do século XX; a contradição entre o Estado e a corporação, devido ao poder crescente da corporação simultaneamente à fragmentação do Estado.

A crise do Estado é uma faceta da crise econômica e política global contemporânea, vinculada ao novo sistema de acumulação desenvolvido nos países centrais — a acumulação monetária — que, gerando dívida crescente cria um novo tipo de dependência reduzindo a autonomia do Estado em assuntos externos e destruindo sua credibilidade dentro da Nação. Vale dizer que a crise econômica torna-se também uma forma

de manipulação política. E, esse processo tem uma expressão espacial: a estratégia espacial da corporação se altera, reduzindo a um tempo o papel do Estado e da região.

2.1 — Os novos imperativos da acumulação: a estratégia da corporação contra a região

Após a guerra, entre 1950-70, a reconstrução da ordem econômica internacional favoreceu simultaneamente a significância da região e o fortalecimento do aparelho de Estado. A escala macrorregional parece ser a escala espacial ótima para a estratégia político-econômica que visa unificar mercados e o poder político nos territórios nacionais. É a base territorial ótima para operações que levem à acumulação em bases produtivas, concentrando poder econômico e político e favorecendo e organizando o monopólio através de um processo de destruição e/ou cooptação das forças hegemônicas que controlam o conjunto de uma dada região. Nesse momento os interesses da empresa privada e do governo coincidem amplamente; se unifica o mercado nacional, se fortalece o aparelho de Estado e a política regional, importante instrumento para essa transformação, é identificado com a “construção da nação” (Becker, 1982a e b).

Tal processo certamente contribuiu para a formação de um mercado financeiro de âmbito mundial, unificando com o estabelecimento de uma moeda única, o dólar. Mudanças estruturais no sistema econômico mundial tendo como instrumento a corporação transnacional, consolidam na década de 70, a globalização do capital num sistema único que inclui também os países subdesenvolvidos e socialistas; reduz-se a dependência às bases produtivas regionais e emergem os conflitos entre o Estado e a corporação. Num primeiro momento, o desenvolvimento tecnológico da produção e do transporte tornam a grande corporação independente do seu ambiente imediato (Aydalot, 1981), o que é um trunfo que lhe permite tirar partido da diversidade do espaço, buscando uma combinação de recursos em escala planetária (Becker, 1982a e b). Tornam-se obsoletos os princípios convencionais de localização das firmas que buscavam assegurar economias externas, uma vez que a corporação internaliza a maior parte de suas relações técnicas e industriais. As economias nacionais deixam de ser estados isolados (Holland, 1976) e, para sua localização, a corporação seleciona países menos desenvolvidos e, dentro deles, localidades mais apropriadas (Becker, 1982a e b).

A partir do final da década de 70 configura-se mais claramente a globalização e a crise mundial contemporânea; a integração econômica mundial não se faz mais tão somente com a especialização da produção e com trocas, mas também, e principalmente com a manipulação financeira. É que a crise do petróleo provocara recessão geral mas não para os grandes bancos que realizaram grande acumulação, se transnacionalizaram e passam a ter problemas de como e em que investir numa economia recessiva. Têm eles contornado o problema através da manipulação financeira entre os elementos que compõem a firma, e do aumento dos empréstimos aos países subdesenvolvidos que se submetem a um endividamento crescente.

A crise internacional tem, pois, duas faces: a crise de acumulação dos países centrais onde os investimentos ficaram ociosos, e a dívida crescente dos países periféricos, onde os financiamentos e investimentos

dos países centrais foram efetuados com taxas de juro extraordinárias (Altwater, 1983). Em conseqüência, desvaloriza-se o patrimônio produtivo nacional, facilitando sua compra a baixos preços (Tavares, 1983).

Face à hipermobilidade do capital, à escala planetária de sua atuação e à crescente acumulação não produtiva, para a corporação, a região perde significado como base de operações; a nova ordem econômica internacional é posta em operação por um sistema comandado por grandes metrópoles, “as cidades mundiais”, que dão concretude àquela noção abstrata (Shachar, 1983), gerando um novo tipo de região. São regiões urbanizadas em grande escala que têm poder não mais apenas como núcleos de produção, mas como veículo de articulação financeira, núcleo de pesquisa, “marketing” e acumulação de capital, funções mundiais que exercem juntamente com funções integradoras nacionais, administrativas, culturais e produtivas, que conflitam com o seu papel na economia mundial (Shachar, 1983). Simultaneamente, valoriza-se a comunidade local, a “microrregião.”

A difusão mundial desse modelo baseado na tecnologia intensiva de capital e no consumismo não pode se efetuar sem fortes tensões estruturais: pelo fato da corporação internacional se expandir em múltiplos mercados simultaneamente, acentua-se a competição pelo espaço agora não tanto em termos de áreas privativas de influência e áreas eleitas para desenvolvimento regional — a competição monopolista pelo espaço se dá, para as empresas, mais em termos de manter e ampliar o mercado para exportações e de abrir mercados para investimentos diretos em áreas econômicas e locais selecionados segmentando a produção em vários países; a crescente integração funcional, afastando-se das bases espaciais representa perda de contato e de informação; e, mais importante, não se procura solução para atender às necessidades e problemas sociais gerados pelo próprio modelo, especialmente com a mobilidade da população intensificada para acompanhar a mobilidade do capital, e com o atual desemprego urbano.

Nesse contexto, a organização comunitária a nível local oferece elementos positivos para superar problemas das corporações. Ela torna possível mobilizar recursos *in loco* — recursos primários e principalmente reservas de força de trabalho — reduzindo a migração para as grandes cidades e seus custos econômicos e sociais, e transferindo o ônus do desenvolvimento para as comunidades; obter informações para o poder; expandir o mercado para novos produtos da era da microeletrônica e telecomunicações, etc. (Becker, 1982a e b).

É no campo político e social contudo que se tornam mais complexas as manifestações da crise.

2.2 — A esfera do político: a estratégia do Estado, a região e os limites do poder governamental em países do capitalismo periférico

O processo de independização da corporação em relação às regiões, é paralelo a um aguçamento da contradição entre ela e o Estado.

A expansão da empresa moderna nos países periféricos foi viabilizada pelo Estado que, socializando perda através de subsídios e investindo diretamente nos setores onde os investimentos são maiores e os retornos mais lentos, deu continuidade ao processo de modernização. Tratando-se de investimentos produtivos, a região e portanto a política

regional, foram básicas para a expansão das indústrias e serviços do centro na periferia, assegurando ao mesmo tempo a centralização do poder pela cooptação de forças hegemônicas regionais.

A independência da corporação em relação à região associa-se a dois novos fatos na sua aliança com o Estado: 1 — a independência para com a região quanto aos investimentos produtivos enfraquece o poder do governo que perde influência na sua decisão locacional; 2 — a independência decorrente da primazia de investimentos não produtivos manifestos na dívida externa, reforçam a dependência dos países periféricos ao capital global reduzindo sua autonomia.

Nesse processo de mundialização da economia, agudiza-se, portanto, a contradição entre Estado e Capital. A mundialização ao quebrar as fronteiras dos Estados reduz o seu poder; ao mesmo tempo, contudo, a corporação necessita manter os Estados e seus limites territoriais, uma vez que constituem mediadores entre elas e o espaço nacional, e que a diferenciação espacial que representam são vitais à sua sobrevivência e expansão.

Essa contradição se articula a várias outras, entre e no interior de sociedades nacionais. A política regional torna-se praticamente inoperante, o Estado perde poder de barganha, tornando-se muito mais dependente. À medida que a dívida externa cresce, acentua-se a competição entre países, cujos incentivos deixam de dar prioridade a problemas ligados a interesses regionais e passam a se preocupar em atrair o capital para os respectivos países a fim de não sustar o crescimento econômico. Configura-se uma situação de um capitalismo de Estado com medidas liberais para a empresa, a situação de um Estado autoritário fragmentado por poderosas empresas privadas e estatais, crescentemente autônomas. Na aliança Empresa-Estado, emerge então a contradição entre medidas para salvaguardar os interesses nacionais e as necessidades de liberalizar a política comercial e de investimentos (Becker, 1982a e b).

Tal situação repercute em conflitos situados em outras escalas espaciais. Em coerência com o novo contexto econômico, a política espacial passa a abranger o País como um todo; os pólos de desenvolvimento substituem a política macrorregional dos anos 60 e, nos últimos anos, agências e empresas federais financiadas por ou associadas ao capital transnacional desenvolvem em locais selecionados, projetos gigantescos por elas diretamente geridos, desconsiderando limites estaduais e produzindo uma nova regionalização político-econômica, geram conflito entre o Governo Estadual e o Governo Federal.

A localização de unidades das corporações ignorando as regiões-problemas, traz também divergência crescente entre custos sociais e privados: uso inadequado do capital social básico nas regiões-problemas e alto custo de congestão ou de investimento para o Governo (Holland, 1976), respectivamente nas metrópoles e na fronteira. O Estado se torna incapaz de prover toda a infra-estrutura e equipamento necessário para atender todos os setores e áreas; movimentos sociais surgem contra sua capacidade de gestão.

Resulta assim, que, com a inserção do Estado — Nação no capitalismo global, um rápido crescimento econômico é acompanhado da redução do poder de decisão e de coordenação nacionais, declinando a capacidade dos governos nacionais e interpretar as aspirações sociais de seus respectivos países ou e torná-los compatíveis com os objetivos eco-

nômicos. A disparidade entre o econômico e o social acumula problemas estruturais gerando crise econômica e tensão social que é especialmente manifesta na escala local, do espaço vivido.

2.3 — O crescimento capitalista politicamente não controlado e as novas potencialidades de protesto

É ao nível local que aparece uma faceta nova da crise: fenômenos de protesto, expressão do dado concreto de que os partidos tradicionais e a burocracia sindical não estão em condições de canalizar suficientemente os conflitos nem de reduzir a problemas específicos os temas relevantes.

Constituem eles potencialidades de protesto não clássicas, como descritas no marxismo; seu conteúdo social não é homogêneo, sendo difícil analisá-las.

Em países de capitalismo avançado, alguns autores sugerem que o mecanismo da crise social tem origem no sistema econômico, na recessão e no desemprego, e na alta mobilidade do mercado de trabalho (Carney, Hudson & Lewis, 1980); outros, supõem que o *Welfare State* já não permite que a crise apareça de forma imediatamente econômica, manifestando-se no âmbito da integração social. Assim, tais potencialidades de protesto referem-se a problemas que são conseqüências secundárias, disfuncionais de um crescimento capitalista politicamente não controlado, em que formas limitadas de racionalidade econômica e administrativa funcionais ao sistema capitalista se infiltram e reestruturam setores da vida até hoje assegurados pela tradição, onde não dominavam os valores da sociedade capitalista (Habermas, 1979). A consciência dessa infiltração aumenta a sensibilidade da população e as potencialidades de protesto são uma reação contra a forma administrativa que o processo de intervenção adota e não tanto contra o conteúdo da intervenção (Habermas, 1979).

No Brasil, embora sejam também contra a administração do Estado, e não propriamente contra a natureza do Estado, predominam os movimentos de cunho popular, reivindicando necessidades vitais vinculadas à esfera do consumo. Sob esses movimentos jaz a intensa mobilidade da força de trabalho, significando a ruptura da população com seus territórios, manifestando-se contra a administração seja no campo, na luta pela terra, como na cidade, na luta por emprego e moradia, diretamente da base territorial em que vivem, fora do quadro institucional (Becker, 1982a e b).

Aqui, a centralização excessiva cortou os laços de comunicação com a base, tornando a cúpula incapaz de compreender as inquietudes sociais. Por sua vez, a cooptação de forças hegemônicas regionais suprimiu um escalão de negociações que permitiam a um tempo atender a certos interesses regionais e manter a região sob controle, resultando numa extensão da frente de conflitos. O governo não consegue mais controlar os movimentos e tenta cooptá-los ou institucionalizar o poder a nível local de modo a poder articulá-lo ou com ele negociar. Daí, também o interesse do Estado na região local.

Resulta assim que em países periféricos como o Brasil, a crise econômica tornou-se também uma crise política: a crise do Estado não é apenas uma crise de irracionalidade, e sim de legitimidade.

Urge encontrar uma saída política — mas segundo que via? Ação direta contra o Estado ou reformulação e legitimação do Estado considerando que ele é um “mal necessário”?

É nesse contexto que deve ser colocada a estratégia da descentralização.

3 — A CRISE DA TEORIA E DA POLÍTICA REGIONAL E O DEBATE POLÍTICO SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 — Contribuições e limitações da análise liberal e marxista-estruturalista

A política regional foi um poderoso instrumento do Estado para integração dos territórios nacionais e, portanto, para formação da corporação transnacional e para a mundialização. Esta contém em seu bojo contradições que eclodem em crise mundial, da região e do próprio Estado e, por outro lado, geram crise da teoria e política regional, incapazes de explicar e de superar as contradições geradas.

Tal incapacidade acadêmica decorre em parte de concepções pré-concebidas e simplificadoras. O pensamento teórico referente à análise e ao planejamento regional se fragmenta em duas grandes correntes: a — o pensamento neoclássico liberal alternativo, que continua fiel à filosofia liberal mas tenta ir além de seus pressupostos teóricos, buscando um paradigma multidisciplinar para elaboração da teoria e do planejamento regional (Hilhorst, 1981); b — o pensamento materialista, que rejeita a teoria e a filosofia liberal, fundamenta sua análise na “nova questão regional” com ênfase estruturalista na luta de classes, e propõe o desenvolvimento da Economia Política Regional.

Pontos comuns são aceitos pelas duas correntes: 1 — a historicidade da política regional e sua falência para reduzir significativamente as desigualdades regionais em todas as escalas e situações e a necessidade, portanto, de retomar a interpretação histórica; 2 — a impropriedade do conceito monolítico de desenvolvimento considerado como único viável para todos os povos e a necessidade de reestruturar as bases teóricas da análise regional; 3 — a demanda da descentralização. Diferem elas, contudo, quanto a questões básicas: as razões dos males da teoria e da prática regional, o papel do Estado, o caráter do planejamento. Outrossim, ambas apresentam limitações que empobrecem a análise.

a — O grupo neoclássico reconhecendo que os instrumentos de política regional (para macrorregiões e pólos de crescimento) parecem ter acentuado as tendências de mercado provocando crescente insatisfação social, aceita as limitações da teoria neoclássica fundamentada na mobilidade de fatores e equilíbrio espacial, questionando o paradigma de desenvolvimento “de cima para baixo”, (Stöhr, 1980). Esse grupo minimiza o papel das determinações econômicas; o foco dos problemas residiria na crescente integração funcional em sistemas amplos e na concentração espacial das funções decisórias de alto nível, inicialmente as administrativas e hoje as estratégicas, de planejamento e controle. O papel do Estado no modelo e na crise regional não é explicitado, mas, através da política regional, é subentendido como o de conciliar conflitos, e a crise é vista como crise da política de desenvolvimento. Sua

preocupação fundamental é com alternativas para o planejamento regional; propõe então um novo paradigma, de desenvolvimento de “baixo para cima”, associado à descentralização da decisão, elegendo como ótima uma nova escala regional: a microrregião.

b — A contribuição marxista estruturalista representa um grande avanço teórico. Sua preocupação central não é com o planejamento e sim com a postura crítica: teoria e prática regionais são fenômenos históricos mundiais e estão associados à crise do sistema capitalista e do Estado. Em resposta às críticas à doutrina e prática regional orientam-se para a reestruturação teórica crítica da análise regional, buscando o nexo entre organização espacial da sociedade, política e o papel do Estado (Soja, 1982).

Têm sido objeto de importantes contribuições os temas referentes a: os novos imperativos de acumulação das corporações e suas novas estratégias locacionais versus a região (Holland, 1976; Lipietz, 1977 e 1980; Carney, Hudson, Lewis, 1980; Aydalot, 1981); a nova divisão territorial do trabalho que se elabora juntamente com a crise regional (Massey, 1978; Carney, Hudson e Lewis, 1980).

Esforço importante deste grupo vem sendo feito quanto a duas questões vulneráveis, sobre as quais há pouca reflexão e que estão na base da crise do pensamento marxista: o conceito de espaço e de Estado. O papel principal do Estado é entendido como o de coordenar a nova divisão inter-regional do trabalho requerida pelos imperativos da acumulação. A crise atual decorreria assim do fato dele não ser mais capaz de desempenhar esse papel: há uma irracionalidade agregada das relações entre imperativos da acumulação e o Estado, processo que é mais claramente expresso a nível regional (Carney, Hudson, Lewis, 1980).

Não tendo este grupo conseguido ainda superar a crise do pensamento marxista, as duas linhas de abordagem representam posições polarizadas dentro de uma lógica binária que resultam em limitações similares para análise regional contemporânea:

1.º — embora se referindo a termos como estratégia e política, ambas minimizam a dimensão política das propostas; a crise mundial contemporânea quase não é referida no grupo neoclássico, e é vista pela corrente marxista estruturalista, como produto quase exclusivo da determinação da estrutura econômica;

2.º — o papel do Estado é minimizado. Para o grupo neoclássico, o Estado não é explicitado, sendo subentendido como um elemento autônomo na sociedade, e a crise regional decorre de sua política; para o grupo marxista, o Estado, embora tenha seu papel explicitado, é reduzido a um mero instrumento do capital monopolista, e a crise regional se vincula à crise de gestão do Estado. Ambas as linhas de abordagem têm uma visão monolítica do Estado, sem considerar os atores que o constituem e seus conflitos.

3.º — o papel do espaço é minimizado igualmente, drenado de seu conteúdo social. A região é vista como uma divisão espacial imposta; é um mero objeto de intervenção estatal ou de manipulação do capital, sem ser considerada como um produto histórico, isto é, sem considerar a heterogeneidade da população e seu direito ao próprio território.

4.º — a lógica binária deixa pouca margem para flexibilidade na ação política. Ela induz a apenas duas estratégias alternativas, ambas

idealizadas: a manipulação pelo Estado, sem qualquer chance para a ação popular ou a ação popular direta contra o Estado.

Torna-se assim difícil analisar o Estado contemporâneo e sua crise associada à crise regional, o que por sua vez torna impossível avaliar o significado da crescente demanda pela estratégia da descentralização.

3.2 — O debate político sobre a descentralização: conterá a “comunidade territorial local” potencialidade para o poder?

Problemas gerados com a mundialização e a política de integração espacial, resultando na formação de regiões urbanizadas e desorganização das regiões periféricas, manifestam-se em intensos movimentos de protesto organizados em base territorial. Ao mesmo tempo, alternativas de desenvolvimento regional passam a privilegiar não mais a integração funcional e territorial, mas a integridade territorial em âmbito local. E mais, a multiplicidade de organizações interessadas no fortalecimento da comunidade local e na política de descentralização da decisão, sugere um movimento para cooptação e institucionalização desses fenômenos sociais.

A variedade de movimentos de protesto não elimina o elemento que tem em comum: a aspiração à participação e à descentralização. O discurso da participação popular e descentralização parece ser também o novo discurso para legitimação do Estado. A moeda tem, pois duas faces: é manobra legitimada mas também expressão autêntica que amplia a participação e concorre, de fato, para redefinir o Estado contra os manipuladores.

A valorização do poder territorial na escala microrregional local é expressa em termos de desenvolvimento agropolitano, comunidade local, mobilização popular, descentralização da decisão, etc. Motivações e conteúdos ideológicos diversos, contudo jazem sob o mesmo discurso. A organização de comunidades rurais e urbanas tem sido a base da ação da Igreja católica dirigida segundo metas de justiça social. É ele a alternativa de política regional proposta pelo grupo neoclássico liberal inicialmente para áreas rurais pobres da África e da Ásia, e hoje também para a Europa; parece ser a base de experiências concretas de mobilização de cunho efetivamente popular na América Central; é também a política seguida pelo Banco Mundial para liberar financiamentos. A análise do conteúdo diverso contido no mesmo discurso contribui para sua elucidação.

A proposta alternativa de desenvolvimento regional de “baixo para cima” reconhece a incapacidade do planejamento central de se sustentar em bases puramente técnicas porque necessita conhecimento da variedade de condições ecológicas locais e informação acurada e desagregada que escapam dos modelos agregados usados no planejamento central e propõe assim um ajustamento *ad hoc*, através do que chamaremos “auto-determinação controlada” das comunidades, isto é, da delegação de poder de decisões limitadas à definição do que é de domínio público, estabelecer prioridades e congregar recursos para viabilizá-las (Friedmann, 1982). Outros, reconhecendo essa proposta como um reajuste para manutenção do *status quo* propõem, numa perspectiva humanista, uma análise a partir não do território mas da população em seu espaço vivido, e do conflito da comunidade local com o Estado, o que vale dizer introduzir

a dimensão política do processo e efetuar o “planejamento possível” superando a situação em que o Estado é o único dirigente do processo de socialização (Sandner, 1982).

Crítica radical à proposta do desenvolvimento “de baixo para cima” é feita pelo grupo da Economia Política Regional. Segundo esse grupo, a idealização da comunidade territorial, quase fetichizada como o repositório virtualmente exclusivo das tradições culturais, comunidade política e valor social é uma mistificação, e um instrumento ideológico, desviando a atenção da complexidade política do planejamento regional e reduzindo a política a movimentos sociais utópicos (Soja, 1982).

Na verdade, as três posições podem ser questionadas. A primeira proposta de “baixo para cima”, parece sem dúvida favorecer o *status quo*, através da “autodeterminação controlada”, dando continuidade à modernização dentro de um liberalismo de mercado controlado e transferindo o ônus do desenvolvimento para a comunidade. A segunda proposta pode ter efeitos perversos — os benefícios ganhos com a maior estabilidade e exploração menos rápida da população não eliminam o caráter da exploração e podem contribuir para estagnação e relações assimétricas mais rígidas.

Tal concepção apresenta ainda implicações relacionadas a uma concepção de democracia falha: 1 — os projetos só podem ser fragmentários, localizados e pragmáticos porque particularistas. Assim, só se pode atribuir legitimidade a opções de uma unidade política quando estas dizem respeito a si próprias; 2 — como detectar identidades territoriais e, portanto, unidades políticas? Quais serão os critérios internos legítimos de decisão? Ouvir-se-ão apenas as lideranças e as manipulações internas? Ou serão as unidades políticas definidas ex-ante, na suposição de harmonia ou homogeneidade interna ou de métodos legítimos de definição de vontade coletiva?

Ademais, parece ser uma estratégia seletiva que, transferindo o ônus para a própria população, torna a acumulação possível nas regiões periféricas com um mínimo de investimento e circunscreve a mobilidade ao âmbito intra-regional local, mais controlável.

Por sua vez, a crítica da Economia Política Regional, embora pertinente em muitos pontos, é ainda um discurso sob a ótica do Estado. Um Estado onipotente, monolítico, instrumento do capital e ahistórico. A proposta e sua crítica são assim colocadas numa lógica binária que contrapõe a manipulação do Estado (a proposta) à ação popular direta (única saída contra o Estado). Muitos elementos são negados nessa visão empobrecendo a análise.

Contra a lógica binária, cumpre reconhecer: a — que o Estado tem autonomia relativa e importante função social; b — que há uma incapacidade do planejamento se manter em bases técnicas centralizadas, significando, em termos espaciais, um fato qualitativamente novo: a transposição do planejamento para o nível da consciência política através da distribuição espacial; c — tal evidência introduz incertezas na visão do poder territorial — ou da região — como conceito apenas ideológico para exercício do poder e no plano teórico retoma várias questões quanto à região. Existe uma identidade coletiva de base territorial, que pode ser identificada com o regionalismo, de caráter supraclassista e suprapartidário, capaz de resistir à homogeneização das forças dominantes, ou tais alianças são apenas momentâneas? É possível caracterizar a escala local como aquela mais dotada de autonomia numa dada

sociedade, capaz de um comportamento aleatório e contendo assim virtualidade para gerar uma via política alternativa? Tais questões impõem a necessidade de se conhecer o discurso da sociedade local em seu espaço vivido, isto é, o discurso não institucional.

No plano da ação, a lógica binária nega que sob o mesmo discurso de democracia e descentralização exista diversidade de posições e nega o conflito no bloco do poder, o que vale dizer, nega que a proposta liberal pode ser funcional não tanto ao Estado mas à expansão das corporações sobre reservas de domínio do Estado.

Parece assim negar que um neoliberalismo emerge cujo efeito pode ser a “desorganização” do capitalismo organizado e a “desestatização” do capitalismo de Estado, confrontando as brutais forças de mercado contra os interesses de amplos setores da população (Altvater; Maya, 1981).

4 — REFLEXÕES SOBRE A ANÁLISE. PROPOSIÇÕES. O BRASIL

Tomando a realidade brasileira como base, é possível resgatar algumas interpretações sobre a crise do Estado e a região, relacionando-as às estratégias da descentralização.

Para avançar nessa discussão, é necessário colocar a crise, o Estado e a região em situações históricas concretas, o que vale dizer, espacializá-los. Acredita-se que as reflexões devem passar pelo Estado, pelo novo significado da questão nacional e regional. Estudos efetuados com outras preocupações que não o desenvolvimento regional, fundamentados na economia política não ortodoxa podem contribuir para tornar a análise mais rica. Muito embora adotem ainda um discurso do Estado, que é o foco de sua análise, é possível recorrer a eles e, realizando um contraponto às suas afirmativas, estabelecer algumas questões e proposições de cunho teórico e político.

4.1 — A mundialização atribui novo significado à questão nacional e o Estado é ainda a força social mais organizada nos países do capitalismo periférico

A relação hegemônica antiga privilegiava a forma nação definida de modo que o território constituía aspecto a ela inerente: a sujeição à ordem social passava por uma definição da relação dos indivíduos com a comunidade identificada com um território. Esta definição reforçava a noção de fronteira, e da nação como defesa do território contra agressão externa. Hoje, as contradições advindas com a mundialização mudam as relações com o território que se torna “estrangeiro”, transformando a questão nacional num argumento não a favor, mas contra a dominação de classe (Dulong, 1976).

E, o rearranjo das forças no bloco do poder em favor da corporação e em detrimento do Estado significa, face às características paradoxais do capitalismo, que se enfraquece a única força capaz de resistir à crescente dominação do capitalismo global e de assegurar investimentos sociais na escala necessária nos países periféricos.

O Estado não é um mediador neutro, pois que age em favor dos interesses de grupos dominantes e é graças a essa mediação que a cor-

poração transnacional se expande nos países periféricos. Tampouco é ele um mero instrumento do capital; apropriando-se de parte do excedente, o Estado, nesses países e no Brasil, torna-se uma força decisiva em investimentos produtivos e na reprodução da força de trabalho através da legislação social. Como resultado da amplificação e complexidade crescente de seus deveres e da adoção da moderna tecnologia a eles relacionada, o Estado ganha autonomia; ele circunscreve o processo de modernização e desenvolve programas reformistas em áreas estratégicas (Furtado, 1980), exercendo importante função social.

Acresce que ele não intervém apenas na esfera econômica. Ele precisa, através de instituições ideológicas, reproduzir sua própria legitimação, constituindo-se então como mediador entre as classes sociais (Altvater; Maya, 1981). Desenvolve, portanto, uma política de poder e uma política de legitimação (Taylor, 1982) de tal sorte que resultam no fato de ser ele um mediador não neutro, mas que também atende aos diversos segmentos sociais e que constitui a força social mais organizada em muitos países periféricos, atuação que exerce com irracionalidades e ambigüidades.

Tais argumentos apontam para a necessidade de unir o Estado à nação, mantendo uma unidade nacional não como instrumento ideológico que obscurece conflitos internos em nome de um inimigo externo, mas uma unidade contra a fragmentação dessa força social organizada — o Estado.

4.2 — O Estado se materializa em escalas governamentais com função e estrutura diversas e o poder local é a parte vulnerável do aparelho de Estado, oferecendo oportunidades políticas para alcançar e/ou defender ganhos reais

O Estado a nível local é potencialmente o elemento mais democrático do Estado, embora tenha se tornado o elemento menos poderoso devido à dependência financeira e endividamento crescente ao Estado central.

O Estado a nível local é vital para a reprodução da formação social atendendo a duas estratégias básicas: a — a estratégia da diversificação dos conflitos, isto é, da regionalização da crise financeira, de racionalidade e legitimidade do Estado central, deslocando-se a crise estrutural da esfera federal para a comunidade e engajando o Estado (nível local) na sua gênese, num processo que gera demanda para descentralização; b — a estratégia da cooptação que assegura a hegemonia ideológica de duas formas: a cooptação pelo consumo dos serviços, que isola os problemas na escala local desviando-o da formação social ampla; e, se esta cooptação falha, o Estado recorre à política eleitoral ou à participação da comunidade, que legitimiza o poder local. O mais importante mecanismo de cooptação contemporâneo é a burocracia ou servidores civis, isto é, a proliferação de agentes estatais ou quase-estatais; o espaço passa a ser também um “agente” da hegemonia ideológica na medida em que o poder local, através do planejamento, cria um padrão horizontal de desigualdades que também desloca o foco dos problemas reais para o espaço (Dear, 1981).

Esse argumento recai na concepção do Estado manipulador; é possível, contudo, considerando o lado da população, verificar alguns efeitos contraditórios na função do poder local: a — ele garante a reprodução

da força de trabalho através dos serviços, mas isso também representa ganhos para ela; b — ele garante a legitimação do Estado usando a “participação” da comunidade, mas é mais aberto a pressões democráticas que podem influir na política através de lutas competitivas; c — assim, o poder local é parte do aparelho de Estado, mas sua parte vulnerável, seu calcanhar de Aquiles — é a parte que pode ser usada para alcançar ganhos reais e para defender ganhos reais (Short, 1982), isto é, mais capaz de um comportamento aleatório.

O grau de sua autonomia relativa depende do tipo de sociedade e do grau de intervenção do Estado/reação da sociedade, o que induz à necessidade de não se restringir à análise dos escalões governamentais e passar à da sociedade local.

4.3 — A região não é apenas um instrumento ideológico manipulado pelo Estado. A região tem hoje um novo significado político — como sociedade territorialmente organizada tem força potencial cuja concretização depende em grande parte do modo de sua articulação com o Estado

É ao nível do político que a região esclarece e influi no Estado. As práticas regionais do Estado têm sido vistas como elementos de reorganização do aparelho do Estado para dominação mais direta dele e do capital, numa abordagem que encara o Estado como um conjunto estrutural unificado, ocultando as contradições de classe que operam no seu funcionamento. O Estado, contudo, se materializa numa sociedade localizada no espaço. Entendida como condição e produto do regionalismo-relação particular de um grupo com seu território proveniente da organização da produção mas extensiva à sua condição de consumidor, de morador, etc., — a região permite encarar o Estado partindo de relações entre grupos sociais. Ela esclarece os diversos arranjos de que são suscetíveis os ramos dos aparelhos do Estado em função da configuração local das relações sociais. Sua expressão social é a “sociedade local”, conjunto de classes não monopolistas, mas em que os diferentes elementos do conjunto são parcialmente determinados por sua localização no território. Isto é, a localização territorial é uma determinação secundária que introduz diversidades na estrutura da sociedade nacional, diversidade decorrente dos arranjos entre frações locais de classes (Dulong, 1976).

A relação da fração monopolista com a sociedade local é múltipla devido à essa diversidade, existindo grande variedade de modos de agenciamento do Estado em relação à sociedade local; a relação Estado-sociedade local analisada concretamente nas conjunturas regionais explícita geograficamente as contradições do Estado. Essa relação revela o importante papel das frações regionais de classe, frações que instauram sua própria hegemonia assumindo parte do aparelho de Estado. Recebem delegação de poder em troca de assegurar o *status quo*; por outro lado, essa intermediação é possível porque existe uma região, e elas têm contradições com a classe dominante que continuamente a ameaçam.

Ao nível do social a “mundialização” implicando novo tratamento do espaço, altera os arranjos locais, provocando crise regional: a reestruturação da produção induz à mobilidade de segmentos da população e exige novas formas de dominação/direção, substituindo as

antigas frações hegemônicas regionais, incapazes de resolver as novas contradições geradas. A crise regional tem, pois, como base, a crise das relações Estado-sociedade local, é uma crise de hegemonia. Ela se manifesta seja como novas formas de reivindicação ligadas a forças sociais libertas das antigas formas de dominação, seja como política regional visando reestruturar a direção de classe sobre a sociedade local, levando em conta as especificidades de cada região segundo as exigências da estratégia espacial das corporações.

Crises intensas da relação Estado-sociedade local exigem a relação direta entre governo e uma dada zona do território, criam-se organismos que recobrem o conjunto de instituições estatais — principalmente os poderes regionais eleitos — ordenando num conjunto coerente práticas desarticuladas do Estado e intervenções do monopólio, e funcionando como aparelho ideológico, pois que exigem dos diversos setores locais que traduzam seus interesses numa projeção geográfica (Dulong, 1976).

Tal argumentação é ainda um discurso do Estado, mas dá abertura para um discurso da sociedade local, revelador da força social da região. As porções do território não crescem nem se transformam internamente de modo homogêneo; e, a posição relativa dos setores e grupos modernos e sua relação com os não modernos é fundamental no desenvolvimento da luta política: “da relação cidade-campo deve partir o exame das forças motrizes fundamentais da história, cidade-campo entendida não como relação orgânica entre província e sua capital industrial, mas relação entre territórios com culturas e atividades muito diferentes (Gramsci, 1978). A região é, pois, o *locus* da difusão das atividades políticas, da reelaboração das correntes políticas e da opção política nacional — aí se forjam as alianças e se aguçam as contradições. E não se trata apenas das forças hierárquicas e sim também dos interesses e reações coletivas como expressão de um território, que passam pela cultura, pela memória, pela ideologia e que podem constituir resistência coletiva à ruptura das identidades regionais.

Assim, a região é expressão espacial de diferenciação no modo de produção cultural e de relações contraditórias de poder (Duarte, 1980). Como tal, a região expressa uma contradição: estruturalmente é funcional ao capital e ao Estado porque a diferenciação regional assegura sua sobrevivência e por essa razão precisa ser reproduzida; mas a variedade de conjunturas é uma determinação secundária de relações sociais e contradições, constituindo resistência à homogeneização manifesta em diversas formas de crise e de luta, razão pela qual, do ponto de vista da hierarquia precisa ser desorganizada.

Do ângulo da sociedade local, parece que o grau de sua autonomia e resistência variará nas diferentes formações sociais e regiões, em grande parte segundo a articulação que estabeleça com o Estado (a nível regional e local), segundo uma estratégia que combine Estado-sociedade local numa articulação em que o segundo termo da relação seja o determinante ou pelo menos fortalecido, influenciando decisivamente no poder local, aquele através do qual é possível alcançar ganhos reais.

Tal argumentação coloca a necessidade de rever o que vem sendo considerado como “determinações secundárias” dos processos sociais.

4.4 — A “mundialização” implica reorganização do espaço e reordenamento territorial

A nível de conceito, a região não está sendo destruída. Ela se transforma. Hoje, o espaço abstrato global, Estatal, tende a ser reestruturado pelas corporações que a ele estendem sua ação e, em menor escala, pelos movimentos sociais, implicando um processo de transformação e reprodução de regiões.

Ao nível da sua reorganização espacial verifica-se: 1 — a produção de regiões onde o setor produtivo torna-se proporcionalmente menos importante — as regiões urbanizadas — correspondendo às cidades mundiais e suas extensões, as metrópoles regionais, promovendo a integração territorial econômica e política e envolvendo, nas regiões existentes, a homogeneização parcial de processos produtivos; 2 — nova regionalização político-econômica de base produtiva gerada pelas corporações em associação com o Estado, imensas regiões que tiram partido de condições locais selecionadas e implantam um sistema de exploração coordenado quase completo, processo que tende a ser independente das raízes históricas regionais, não respeitando nem os limites estaduais; 3 — esboço de nova organização microrregional, produzida pelos regionalismos a nível local, representada pelos movimentos sociais de base territorial; 4 — indução de organização comunitária através da política espacial, cooptando os movimentos sociais, isto é, tentando regionalizar os regionalismos.

4.5 — Crise do Estado, descentralização e escala regional no Brasil

Ocupando na última década posição internacional proeminente entre oitavo e décimo Produto Nacional Bruto (PNB), o Brasil corre o risco de sofrer um processo acentuado de subdesenvolvimento. É ele uma evidência das contradições entre a pressão para ajustamento à nova ordem internacional e a necessidade de um poder nacional democrático. Haverá viabilidade para ele se constituir como modelo alternativo no mundo contemporâneo?

A renovação do Estado no pós-guerra no Brasil, se entrelaça com a questão nacional e regional. A diferenciação econômica gerada com a industrialização aguça as diferenças de organização social e cultural entre as porções do território, especialmente o Sudeste e o Nordeste, cuja relação constitui expressão e elemento de um conflito de nacionalidade.

A direção política passa a um bloco sob o comando da burguesia industrial/urbana, de capital nacional e estrangeiro, sediada no Sudeste, mas de que participam as frações regionais tradicionais representadas basicamente pelos latifundiários, que tiveram seus privilégios mantidos no exército, na administração e na propriedade da terra.

Se, inicialmente, a supremacia do grupo dominante se exerceu por “direção/domínio”, sob formas liberais de iniciativa “molecular” (Gramsci, 1978), após 1964 passa a prevalecer o “domínio” sob forma de intervenção planejada estatal crescente. Gradativamente se substitui o sistema político federativo apoiado na burguesia regional por um sistema que nega crescentemente ao escalão regional um papel no tratamento das contradições locais transformando o Estado no único lugar de sua resolução. Iniciada por ação setorial, a centralização do poder passou a apoiar-se, também a partir dos anos 60 em organismos espaciais

estatais que recobriram primeiro o Nordeste onde era mais intensa a crise com a “sociedade local” e a seguir a Amazônia e demais regiões. A transformação da “sociedade local” torna-se intensa pela desterritorialização da população, tornada móvel, e pela cooptação das hegemônias regionais através da concessão de postos na administração federal.

Os resultados obtidos pela nova direção política são contraditórios. A crescente centralização do poder no aparelho do Estado afastando o povo do quadro estatal, desvinculou o Estado da Nação. Paralela e paradoxalmente, contudo, a nova direção política criou o Estado moderno no Brasil, lançando virtualmente as bases para a construção da Nação.

As contradições desse modelo centralizador e autoritário minam o Estado por dentro e hoje, influem na sua falta de autonomia no âmbito internacional: no processo de crise/reestruturação contemporâneo, as corporações se fortalecem em detrimento do Estado .

Ávida por ampliar seus espaços, a corporação provoca a transformação da sociedade e do bloco no poder. Competindo com as empresas Estatais, com a burocracia estatal, com as indústrias e bancos nacionais, altera a posição destes no poder e hoje desloca até mesmo os latifundiários modernizados que estão se submetendo ao “agrobusiness”, especialmente à produção de álcool, transformando-se em gerentes, administradores ou fornecedores de cana! Esse processo tende, ainda mais, a reduzir o papel das mediações hegemônicas tradicionais da região na medida em que ampliam sua relação direta com a sociedade local, via novas frações a ela mais diretamente articuladas — gerentes e administradores da indústria, comércio e principalmente bancos, média burguesia vinculada à construção e ao turismo, novos proprietários da terra, etc.

Corporações e/ou instituições transnacionais estendem sua ação a setores e espaços antes reservados ao domínio do Estado, seja governo, seja empresas estatais, buscando atuar diretamente, relegando o Estado a papel secundário, substituindo ou reduzindo seu papel como mediador e assumindo diretamente o financiamento de programas estaduais, instituições de pesquisa governamentais, estabelecendo-se hoje uma luta ferrenha no setor tecnológico, especialmente no campo do controle de informação e processamento de dados e no setor bancário. Tensões emergem dessa competição entre o Estado e as corporações que avançam o mais que podem, mas sem destruir o Estado, porque ele é vital à sua existência.

Se a supremacia por “direção” era fraca, as novas contradições geradas pelo fortalecimento das corporações em relação ao Estado acabam por afetar seu próprio “domínio”, eclodindo numa crise não só de irracionalidade, mas de hegemonia e de legitimação, crise que ameaça as conquistas já efetuadas.

Nessa complexa e contraditória configuração, contudo, torna-se difícil discernir qual a via de reformulação prioritária em termos sociais. Essa dificuldade se manifesta em algumas posições políticas antagônicas no Brasil, como por exemplo: 1 — uma delas vê o Estado como única força capaz de zelar por interesses sociais gerais e considera que a manutenção de um certo grau de centralização tem prioridade a qualquer preço, mesmo à custa da institucionalização de movimentos sociais, posição que é sustentada por parte da esquerda e por grupos financeiros empresariais nacionais; 2 — outra posição, mantida por parte da esquerda, da Igreja, do poder municipal, acredita que o fortalecimento de movimentos sociais é uma possibilidade viável como resistência à ex-

pansão do capital, e considera a descentralização uma questão prioritária mesmo com o risco de cooptação e/ou repressão dos movimentos; 3 — para uma terceira posição, apoiada por grupos transnacionais e parte dos tecnocratas, a descentralização é a solução para a continuidade do processo de modernização tecnológica, mesmo à custa da autonomia do Estado-Nação, etc.

A inexistência de um projeto de defesa nacional e a crise de credibilidade do Governo, torna o País muito mais vulnerável aos credores e à invasão do capital financeiro nas reservas de mercado do Estado, favorecendo a transferência da renda e do patrimônio nacionais. A existência de um Estado coeso, é, pois, decisiva, para assegurar setores produtivos básicos; para renegociar a dívida externa e para efetuar um programa social de emergência e uma ampla reformulação interna, mas não apenas um governo coeso, e sim um governo com o apoio amplo da população (Tavares, 1983).

Quanto à estratégia espacial, não é ela que, elegendo uma ou outra escala, determina a democratização do Estado. A descentralização do poder de decisão é a descentralização através do asseguramento da representação de todos os segmentos sociais em todos os escalões e não deve ser confundida com desagregação. A política regional, porém, é estratégia poderosa que pode favorecer o fortalecimento ou, pelo contrário, a cooptação do movimento para a democratização. Num país continental, e com nível de industrialização e urbanização avançadas como o Brasil, não seria a estratégia espacial baseada na região local mais favorável à corporação? A valorização da “sociedade local” à escala efetivamente local, microrregional, ganha sentido para a corporação na medida em que a fragmentação do poder a nível municipal estimula a rivalidade entre si, esvazia o poder estadual e conseqüentemente do Estado como um todo, favorecendo o controle direto da população; controle político e também econômico, sobre a mobilidade do trabalho que tende a se intensificar *in loco*, intra-regionalmente. Isto é, a hegemonia da corporação se realizaria segundo a lógica do monopólio, numa ação planejada à escala planetária com vigorosa organização corporativa mas sob uma forma aparentemente liberal, “molecular”.

Nesse caso, não seria socialmente útil descentralizar a decisão política e os recursos ao nível dos governos estaduais e ativar as representações regionais como núcleos básicos da nacionalidade? Isto é, a escala macrorregional não seria importante para assegurar que a população alcance poder sobre seu espaço, sem que ocorra a fragmentação do Estado? As coligações macrorregionais, operando num nível intermediário seriam mais capazes não só de controlar mas também de promover transformações do que as alianças a nível nacional e local? A eliminação do escalão regional suprime, sem dúvida, um canal de representação para a população. E, se os blocos regionais perdem poder em decorrência da ação do Estado que se fragmenta como resultado da autonomia crescente das corporações, a crise do Estado está também associada ao processo de esvaziamento regional, pois com ele se torna mais vulnerável à fragmentação e manipulação pelas corporações.

5 — BIBLIOGRAFIA

- ALTVATER, Elmar. *Seminário sobre a crise econômica contemporânea*. Belém, NAEA, 1983.
- . MAYA, Carlos. *Capitalismo monopolista de estado*. México, Ediciones Era, 1981. (Cadernos Políticos, 29).
- AYDALOT, Phillipe. The regional policy and spatial stradedy of large organizations. In: KUKLINLSKI, A., ed. *Polarized development and regional policies*. The Hague, Mouton Publishers, 1981.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território; questões a partir do Terceiro Mundo. In: ABORDAGENS políticas da especialidade. Rio de Janeiro, UFRJ. Departamento de Geografia, 1982. p. 1-21.
- . Strategies for social differentiation and labour mobility in Amazonia; a neglected field in regional development theory and policy. In: REGIONAL development alternatives in the Third World. Belo Horizonte, IGU. Commission on Regional Systems and Policies, 1982. 19 p. mimeo.
- CARNEY, John. Regions in crisis; accumulation, regional problems and crisis formation. In: ———; NUDSON, R.; LEWIS, G. *Regions in crisis*. London, Croom Helm Ed., 1980. p. 28-59.
- DAMETTE, Felix. The regional framework of monopoly exploitation; new problems and trends. In: ———; HUDSON, R.; LEWIS, G. *Regions in crisis*. London, Croom Helm Ed., 1980.
- DEAR, Michael. A theory of the local state. In: BURNETT, A .D.; TAYLOR, P. J., ed. *Political studies from spatial perspectives*. New York, Wiley and Sons, 1981. p. 183-200.
- DUARTE, Aluizio C. Regionalização; considerações metodológicas. *Boletim Geografia Teórica*, Rio Claro, 10(20):5-31, 1980.
- DULONG, Renand. A crise do estado-sociedade local vista através da política regional. In: POULANTZAS, N. *O estado em crise*. 1976. Graal, p. 189-212.
- FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris, P. U. F., 1976.
- FRIEDMANN, John; DOUGLASS, Mike. Agropolitan development: towards a new strategy for regional planning in Asla. In: LO, Fu-Cheu; SALIH, Kamal, ed. *Growth pole strategy and regional development policy*. Oxford, Pergamon Press, 1978.
- . Regional planning for rural mobilization in Africa. In: REGIONAL development alternatives in the Third world. Belo Horizonte, IGU. Commission on Regional Systems and Policies, 1982. 14 p. mimeo.
- . *Political and technical moments in development; agropolitan development revisited*. 1982. mimeo.
- FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento; enfoque interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. *Crisis del capitalismo tardío y posibilidades de la democracia*. México, Ed. Era, 1979. (Cadernos Políticos, 18).
- HILHORST, JOS. On unresolved issues in regional development thinking. In: KUKLINLSKI, A., ed. *Polarized development and regional policies*. The Hague, Mouton Publishers, 1981.
- HOLLAND, Stuart. *The Regional problem*. London, McMillan, 1976.
- LACOSTE, Yves. *La géographie, ça sert a faire la guerre*. Paris, Maspero, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. Les contradictions de l'état moderne. In: ———. *De l'Etat*. 4. Paris, Union Générale d'Éditions, 1978.
- LIPIETZ, A. *Le Capital et son espace*. Paris, Maspero, 1977.

- . The structuration of space, the problem of land and spatial policy. In: CARNEY, John et alii, ed. *Regions in crisis*. London, Croom Helm, 1980.
- MASSEY, Doreen. *Survey on regionalism; some current issues*. London, 1978. (Capital and Closs, 6).
- MARKUSSEN, Ann R. Região e regionalismo; um enfoque marxista. *Espaços e Debates*, São Paulo, 1(2):61-99, 1981.
- SANDNER, G. La planificación regional integrada como agente del estado frente a la comunidade local y la patria chica. In: REGIONAL development alternatives in the Third World. Belo Horizonte, IGU. Commission on Regional Systems and Policies, 1982.
- SHACHAR, Arie. A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global. In: ABORDAGENS políticas da espacialidade. Rio de Janeiro, UFRJ. Departamento de Geografia, 1983. p. 75-97.
- SHORT, John R. *An introduction to political geography*. London, Routledge and Kegan Paul, 1982.
- SOJA, Edward W. The socio-spatial dialectic. In: ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. *Annals ...* 1980, v. 70, n. 2.
- . Uma concepção materialista da espacialidade. In: ABORDAGENS políticas da espacialidade. Rio de Janeiro, UFRJ. Departamento de Geografia, 1982. p. 22-74.
- STÖHR, Walter B. *Development from below; the bottom-up and periphery inward development paradigm*. Wien, IIR, 1980. (Diskussion, 6).
- . The world economic system and the development alternatives. In: *Latin American Regional conference*. Belo Horizonte, IGU. Commission on Regional Systems and Policies, 1982. p. 261-6.
- TAYLOR, Peter. *Accumulation, legitimation and electoral geographies within liberal democracies*. 1983 mimeo.
- TAVARES, Maria da Conceição. *A crise brasileira*. Rio de Janeiro, Rádio Jornal do Brasil, 1983. entrevista.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir o significado político das alternativas de desenvolvimento regional que propõem a participação comunitária e a descentralização do poder de decisão, utilizando um discurso sob o qual fazem motivações e conteúdos ideológicos diversos. Tais propostas, bem como a crise da teoria e do planejamento regional são associadas à "mundialização" contemporânea e contradições a ela inerentes: conflito no bloco do poder entre a corporação e o Estado, a crise do Estado e da região e a intensificação de movimentos de protesto organizados em base territorial. A questão central colocada e a do argumento das contradições do Estado que assegurou o domínio burguês mas que hoje é também, nos países do capitalismo periférico, a única força capaz de assegurar investimentos sociais na escala necessária e de se confrontar com o capitalismo global. Essa questão é negada tanto nas propostas de descentralização como na crítica a elas feita pela Economia Política, o que prejudica a identificação da via política prioritária em termos sociais e da escala regional, isto é, da base territorial — mais adequada para colocá-la em operação.

SUMMARY

The purpose of this paper is to discuss the political significance of the alternatives for regional development which propose community participation and the decentralization of the decision-making power, using a discourse in which they create various ideological motivations and contents. Such proposals, as well as the crisis of regional theory and planning are associated with contemporary "mondialisation" and the contradictions inherent in it: a conflict within the power bloc between the corporation and the State, the crisis of the State and the region and the intensification of protest movements organized on a territorial basis. The central question posed is that of the sharpening of the contradictions of the State which has ensured bourgeois domination but which today is also, in the countries of peripheral capitalism, the only force capable of ensuring social investments on the necessary scale and of confronting global capitalism. The denial of this question both in proposals for decentralization and in the criticism made of them by political economy is detrimental to the identification of the best priority political path in social terms and on a regional scale, i.e. on the territorial basis, to put it into practice.

Este artigo foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 12 de fevereiro de 1985.

CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS: UM ESTUDO DE CASO*

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill**

SUMÁRIO

- 1 — *Produção do espaço urbano e habitação*
- 2 — *"Decomposição — recomposição" do espaço urbano residencial*
- 3 — *Segregação residencial e "condomínios exclusivos"*
- 4 — *A área de estudo*
- 5 — *O "condomínio" Eldorado: sua apresentação*
- 6 — *O significado dos "condomínios exclusivos"*
- 7 — *Notas explicativas*
- 8 — *Bibliografia*

1 — PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E HABITAÇÃO

A sociedade perpetua-se no tempo fixando no espaço, através das fábricas, campos agrícolas, lojas, escolas, habitação etc., os meios de trabalho e vida. Esta fixação permite a realização no tempo não só das atividades produtivas, mas também daquelas ligadas à reprodução das classes sociais (1). No processo de fixação das atividades verifica-se uma diferenciação do espaço que é resultante da natureza específica das atividades que agentes sociais organizam sobre ele no âmbito de um determinado modo de produção, gerando um conjunto de "arranjos espaciais" próprios.

* Este artigo é um resumo da tese "Segregação Residencial: Um estudo de caso" apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

** Analista Especializado da Divisão de Estudos Urbanos do Departamento de Estudos Geográficos do IBGE. A autora agradece as sugestões de Roberto Lobato Corrêa, Olga Maria Buarque de Lima Fredrich e Lourdes M. de M. Strauch.

Esta diferenciação espacial resulta das qualidades locais, naturais ou socialmente produzidas, tais como existência de recursos minerais no subsolo, possibilidade de alta produtividade agrícola, proximidade ao mar, presença de atividades industriais já concentradas etc., vantagens que de uma maneira geral tendem a reforçar a separação espacial das atividades e dos grupos sociais que competem entre si por melhores localizações em diversos lugares de produção e reprodução.

Na grande cidade capitalista espaços complexos e heterogêneos são contínuos e intensamente produzidos e reproduzidos ao longo do tempo pela ação dos agentes sociais que, de acordo com racionalidades próprias, direcionam a produção e reprodução do espaço urbano. Neste processo, a produção habitacional reveste-se de um papel econômico proeminente, constituindo-se em um poderoso meio através do qual o capital se reproduz. Na produção da habitação leva-se em consideração características referentes à sua qualidade (conforto, duração, tipo de construção), forma (individual, coletiva, integrada ou não ao estatuto das outras habitações e ao bairro, e estilo arquitetônico) e, ao estatuto institucional (sem título, de aluguel, em propriedade, em co-propriedade) (Castells, 1976). Sua produção é lenta, cara e artesanal, dependendo ainda da terra urbana, que, como a habitação constitui-se, na sociedade capitalista, em mercadoria. A natureza complexa da habitação faz com que o acesso a ela seja socialmente diferenciado, não só em termos de tipo e qualidade da habitação, mas também em termos de localização. Em realidade o espaço urbano apresenta-se extremamente fragmentado, refletindo o resultado da ação das forças de diferenciação das classes sociais e dos agentes modeladores do solo urbano.

Segundo Harvey (1975), baseado em Marx, Poulantzas e Giddens, pode-se identificar na sociedade capitalista duas forças atuando na diferenciação social das populações: a — uma força primária, que coloca a relação de poder entre capital e trabalho, dicotomizando a população em proprietários dos meios de produção e assalariados e b — em forças secundárias, divididas em dois grupos, forças residuais, que refletem relações sociais anteriores procedentes de um modo de produção diferente do atual e a ele subordinado, e uma variedade de forças derivativas que propiciam a fragmentação dos assalariados e capitalista e no bojo da qual emerge a classe média.

As forças acima identificadas definem não só o lugar que os indivíduos ocupam na escala social como promovem uma maior diferenciação do espaço residencial via acesso ao mercado habitacional, levando cada classe ou fração de classe a resolver diferentemente o problema de como e onde morar. A localização e as características da habitação definem seus habitantes, e os terrenos mais valorizados são, via de regra, destinados pelos agentes imobiliários às classes de mais alta renda. Esta valorização é dada face à acessibilidade e amenidades (2), boa vizinhança e melhores construções, de forma que se estabelece uma diferenciação espacial das residências onde se verifica a tendência correlativa entre bairros aprazíveis e classes ou frações de classes de mais alta renda. Paralelamente, os terrenos piores localizados, distantes e insalubres, serão destinados às camadas de baixa renda, aí se edificando bairros populares com habitações de qualidade e conforto inferiores. Neste sentido o como e onde morar se fundem, gerando uma distribuição desigual na oferta de residências vistas em termos qualitativos.

Quanto aos agentes modeladores suas estratégias, resumidamente, encaminham-se em três direções:

a — valorização de novas áreas através de equipamentos de infra-estrutura, levando aos deslocamentos de grupos que julgam estar sofrendo efeitos da desvalorização em termos de vizinhança;

b — ao estímulo e/ou ampliação do esquema de segunda residência, que se instala principalmente para atender às necessidades de lazer (Hijjar, 1979) e,

c — uma estratégia que é o resultado das duas primeiras sobre o espaço, ou seja, a obsolescência precoce planejada, estabelecendo um processo contínuo de “decomposição — recomposição” de áreas, de produção de novas moradias contendo inovações e representando novos estilos de morar e de vida.

Como resultado, a produção do espaço residencial é, cada vez mais, o resultado das ações dos agentes modeladores, que atuam dando forma e utilização ao solo urbano, e menos um processo de escolha espontânea ou autônoma por parte dos indivíduos. Tais agentes são as incorporadoras e construtoras imobiliárias, os proprietários fundiários, o Estado, os moradores e as instituições financeiras. As formas de atuação a nível de mercado, por parte destes agentes, formas estas que podem estar associadas ou não, definem padrões de uso do solo e modificam esses padrões em função de suas necessidades intrínsecas e da demanda solvável.

2 — “DECOMPOSIÇÃO — RECOMPOSIÇÃO” DO ESPAÇO URBANO RESIDENCIAL

As relações entre a racionalidade e prática dos diversos agentes e o espaço urbano podem assumir um caráter de conflito trazendo em si mudanças, as quais podem ser vistas como sendo de “decomposição-recomposição” do espaço urbano.

O processo de “decomposição — recomposição” do espaço urbano implica tanto um movimento de fora para dentro, como num movimento de dentro para fora, de entrada e saída de pessoas e atividades. Este processo não diz respeito a uma única área, ou bairro urbano, envolvendo diretamente senão todo o espaço urbano, pelo menos uma parte dele, ou um certo conjunto de bairros. Traz em si a noção de articulação espacial, de movimento de pessoas e atividades de um local para outro.

A “decomposição — recomposição” contém, em realidade, o próprio movimento de transformação do espaço urbano capitalista, tendo como fundamento a necessidade do capital de buscar novas formas para sua expansão e conseqüente reprodução. Neste sentido, a cidade capitalista é um ambiente perfeito para novos investimentos habitacionais e todas as estratégias dos agentes modeladores estimulam sobremaneira o processo de “decomposição — recomposição” urbana.

O Estado, como agente, pode afetar desigualmente as diversas áreas de um espaço urbano através de mudanças nos impostos, políticas de zoneamento do uso do solo, implantação de infra-estrutura básica (água e esgoto) e viária, alterando o preço da terra e dos imóveis e/ou afetando

as amenidades destas áreas. A ação dos incorporadores e construtores imobiliários também influencia a alocação e o deslocamento de atividades e pessoas modelando o espaço urbano. A oferta de novos imóveis para grupos sociais de alta renda, pelos incorporadores imobiliários, do tipo dos “condomínios exclusivos”, tende a valorizar novas áreas residenciais, ao mesmo tempo que transforma outras de ocupação mais antiga, desvalorizando-as para grupos de mais alta renda, na medida que esta transformação significa mudança de função e “desvalorização”, como área residencial, no mercado imobiliário. Por exemplo, na Cidade do Rio de Janeiro, em alguns bairros residenciais de alta renda, anteriormente ocupados quase que exclusivamente por residência unifamiliares, o espaço foi decomposto e recomposto através do aparecimento de usos da terra não residenciais e de residências multifamiliares, com isto verificando-se a introdução de novos moradores, senão intromissão, no cotidiano, de pessoas não moradoras do bairro, que para ele se dirigem para compras ou para o trabalho.

Nesses bairros, localizada a maior parte deles na Zona Sul da Cidade, a concentração de atividades de comércio e serviços modifica gradativamente o uso do solo que, não apenas deixa de ser estrita ou predominantemente residencial, como ocorre uma maior diversificação nos diferentes grupos sociais que neles passam a habitar. Assim, Copacabana é hoje o segundo maior centro comercial da Cidade e Ipanema e Leblon passam por transformações profundas em suas fisionomias, com casas e edifícios (em sua maioria de três ou quatro pavimentos) sendo rapidamente substituídos por prédios mais altos. Enquanto Ipanema e Leblon parecem estar terminando um momento deste processo de “decomposição — recomposição”, os bairros da Gávea e Jardim Botânico são paulatina e simultaneamente arrasados para, de um lado, dar passagem àqueles que se deslocam para as áreas residenciais novas localizadas na Barra da Tijuca e Jacarepaguá e, do outro, permitir o mesmo processo de substituição contínua de prédios de gerações anteriores.

Isto tudo levou “ao fim do bairro urbano enquanto realidade material coletiva” (Beringuier, 1980), estabelecendo uma ruptura entre seus moradores e o espaço que se vê funcionalmente desagregado. As relações sócio-espaciais que antes o cidadão, no seu cotidiano, mantinha no bairro e com toda a cidade, são destruídas e novas relações são construídas. Esta “decomposição — recomposição” se verifica, na realidade, em todo o espaço urbano carioca, resultando em algumas áreas no aparecimento de usos da terra que são simultaneamente especializados e programados, como os dos “condomínios exclusivos” e *shopping-centers* na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, entre outros.

3 — SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E “CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS”

No espaço urbano em contínua transformação, entre outros, atua o processo de segregação residencial. Num âmbito mais geral, a segregação residencial e sua dinâmica são fruto de um processo de “decomposição — recomposição”, filtrando “para cima” ou “para baixo” (Simmons, 1968 e Jones, 1978) os diversos grupos sociais que residem nas cidades. A segregação residencial traduz-se, por exemplo, na criação

de novas formas de morar em áreas de expansão urbana, como nos “condomínios exclusivos” criados recentemente.

Os “condomínios exclusivos” começam a surgir nas grandes cidades brasileiras na década de 70. Como tal se entende um conjunto de habitações, quer constituídas de prédios altos, multifamiliares, quer de residências unifamiliares, isoladas por muros ou cercas da área imediatamente em torno, possuindo policiamento próprio, equipamentos de lazer, algumas possuindo ainda outros serviços como, por exemplo, cabeleireiro e restaurante. Tais “condomínios” resultam de investimentos de capital de empresas incorporadoras de imóveis, algumas constituindo-se em poderosas empresas ligadas a grandes grupos financeiros, ou resultam simplesmente da iniciativa de um grupo limitado de pessoas que tem interesses comuns e adquirem um terreno de razoável dimensão, parcelando-o e ali construindo residências unifamiliares. Comum a todos estes “condomínios” está a localização preferencial em áreas “nobres”, e agradáveis do espaço urbano.

Entendidos como nova forma de morar, a finalidade em todos parece ser a mesma: a de produzir um espaço residencial segregado e abrigar nele indivíduos e grupos com a mesma posição social, padrão cultural e hábitos de vida semelhante. Esses hábitos de vida são um quadro referencial de valores, expectativas, padrões de consumo, conscientização que os indivíduos formam em contato uns com os outros, e que são elementos fundamentais para garantir a reprodução de determinados grupos sociais.

Neste sentido, o “condomínio exclusivo”, mas não apenas ele, representa uma forma de segregação residencial, a auto-segregação. A auto-segregação ocorre, de modo geral, no âmbito dos grupos sociais dominantes. Contudo, outros grupos como os assalariados de alto rendimento têm se deslocado para áreas específicas das cidades, criando nelas condições de auto-segregação. Por se constituírem também em parte do setor de demanda solvável do mercado habitacional atraem para si a ação dos agentes modeladores. Mas esta ação só é possível na medida em que estes grupos estão propensos a aceitar os mecanismos criados para moldar suas preferências habitacionais, inclusive morar em “condomínios”, significando isto uma conscientização das condições de sua própria reprodução. Os novos valores de consumo habitacional permitem a reprodução dos grupos de renda mais alta num ambiente criado especialmente para eles, ao mesmo tempo que esta reprodução se constitui em uma garantia para a continuidade da sociedade capitalista, dado o nível de renda que estes grupos possuem, criando condições de consumo, e tendo em vista a reprodução dos quadros profissionais necessários à sociedade.

Em oposição, a segregação imposta dá origem às áreas residenciais dos grupos de renda mais baixa. A formação destas áreas se faz também a partir da decomposição e recomposição do espaço urbano em direção, principalmente, às periferias preteridas pelos grupos de renda mais alta e agentes que atuam neste modelo. Muitas vezes, os grupos sem opção de participação no mercado habitacional utilizam-se de mecanismos “espontâneos” para obterem suas moradias. Tais mecanismos imprimem a estas áreas um ar de informalidade aparente, mas na verdade também aí o uso do solo vem sendo manipulado pelos agentes modeladores do solo. O “caráter informal” é dado através dos loteamentos clandestinos, da autoconstrução, da invasão de terras, das isenções de

impostos e taxas, assim como da ausência de serviços públicos, conferindo a este espaço um aspecto a princípio desordenado, caótico, de ocupação num “padrão salteado” (Racine, 1970), mas que pode se transformar, diminuindo sua informalidade, à medida que estas áreas vão sendo incorporadas à Cidade e adensa-se a utilização do solo passando a filtrar “para cima” sua população, enquanto o mesmo processo passa a atingir áreas mais afastadas das metrópoles. Estas áreas de segregação imposta viabilizam-se, assim, nos conjuntos habitacionais, favelas, cortiços e outras alternativas de moradia, forjando nelas valores, hábitos de consumo, inibindo as chances de mobilidade e criando condições de reprodução dos grupos sociais de menor renda.

Deste modo, verifica-se nos espaços residenciais dos grupos de menor renda a reprodução complementar àquela dos grupos sociais que residem nas áreas de auto-segregação.

Uma questão se coloca então: qual o significado deste modelo habitacional utópico que como forma de residir é pensado como sendo ideal? O “condomínio” como tipo de residência tem sua própria gênese, significado e intencionalidade. O “condomínio” Eldorado, selecionado para o estudo de caso, foi concebido, pelos que o produziram, como uma conceitualização ideal, isto significa que tem especificidades que o transformam em único, mas tem sobretudo, e isto é o que se pretende ressaltar, características que o remetem a outros exemplos, ao tipo. De um “condomínio” a um bairro e a uma cidade passa-se por escalas de um mesmo objeto do conhecimento, o urbano em suas múltiplas manifestações, entre elas aquelas de natureza espacial.

4 — A AREA DE ESTUDO

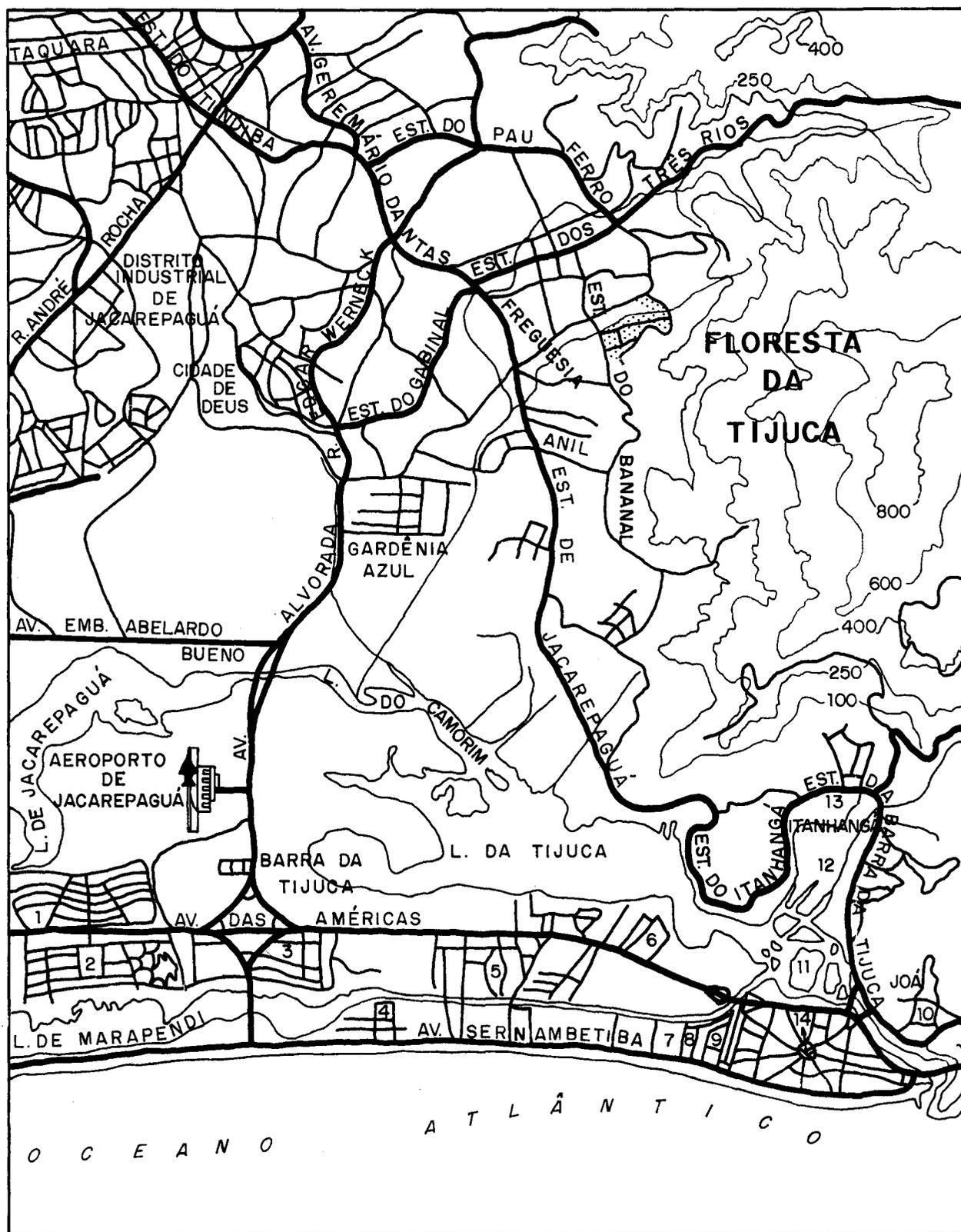
O “condomínio” Eldorado localiza-se na região da Baixada de Jacarepaguá, que engloba Jacarepaguá, São Conrado, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, área que apresenta mudanças intensas no uso do solo, passando de um uso predominantemente agrícola ou de lazer, até períodos recentes, para um uso onde se adensam as construções residenciais (3).

Nesta região encontram-se disseminados vários “condomínios” quer horizontais como Portinho de Massaru, Paraíso ou Aldeia, quer verticais, como Barramares ou Riviera Del Fiori, ou mistos como Nova Ipanema ou Novo Leblon (Mapa 1).

A forma de construção de um “condomínio” exige, no seu aspecto urbanístico, grandes extensões de terra, preservadas da expansão urbana por diversas razões, inclusive má acessibilidade. No caso específico da Barra da Tijuca e adjacências, foi a localização entre os maciços da Pedra Branca e o mar que dificultou a penetração dos eixos de circulação e permitiu a aquisição e estocagem de terras a preços baixos. Ao capital imobiliário, empreendimentos do tipo “condomínio” apresentam-se extremamente lucrativos, uma vez que a produção da habitação em áreas como esta repousa no aproveitamento de vastas glebas de terras compradas a baixo do preço e valorizadas artificialmente através da publicidade, sendo ainda destinadas àqueles que podem pagar.

No processo de valorização da Baixada de Jacarepaguá, cada agente cumpriu um papel específico. O Estado deu suporte para os empreen-

BAIXADA DE JACAREPAGUÁ



- 1 - NOVO LEBLON (GLEBA BAIXA)
- 2 - NOVO LEBLON
- 3 - NOVA IPANEMA
- 4 - JARDIM MARAPENDI
- 5 - RIVIERA DELFIORE
- 6 - LAGOA MAR
- 7 - VIVENDAS DA BARRA
- 8 - TERRAZAS
- 9 - PRAIA DA BARRA
- 10 - VILA HALNEÁRIO
- 11 - ITANHANGÁ HILLS
- 12 - VILLAGE JARDIM DA BARRA
- 13 - GREEN WOOD PARK
- 14 - PRAÇA PROF JOSÉ BERNARDINO

— ESTRADAS PRINCIPAIS

— RUAS E ESTRADAS SECUNDÁRIAS

— CURVAS DE NÍVEL E RIOS

▨ CONDOMÍNIO ELDORADO

0 km 1 km 2 km

dimentos que nela vêm se realizando, de um lado ,através de mecanismos financeiros e legitimadores e, de outro, aplicando maciços investimentos em infra-estrutura, construindo vias de circulação que implicaram na abertura de túneis e vias elevadas, assim como melhoria e duplicação de estradas já existentes.

As principais transformações da região têm origem na década de 60, quando o Departamento de Estradas de Rodagem — Estado da Guanabara (DER-GB) iniciou a implantação da auto-estrada Lagoa-Barra, como continuidade da BR-101, com o objetivo, entre outros, de ligar rapidamente a parte leste da Baixada à Zona Sul da Cidade. Paralelamente, melhorou a entrada da Grota Funda que liga a parte oeste da Baixada às áreas de Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz; mais recentemente, a estrada Grajaú-Jacarepaguá foi toda duplicada em sua extensão. Tais empreendimentos viriam a formar, junto com outras vias, o anel rodoviário da Cidade. A estas melhorias pode-se acrescentar a pavimentação da Avenida Alvorada (Via 11), da Avenida das Américas, construção dos túneis Joá e São Conrado, Elevado das Bandeiras, as pontes Santos Dumont e Plácido de Castro (estas ligando a Barra a Jacarepaguá). A consequência mais imediata dessas obras resultou num aumento da acessibilidade da Baixada ao núcleo central da Cidade bem como em sua valorização, tanto em termos absolutos como relativos; uma vez que os investimentos governamentais passaram a apresentar uma nítida distribuição desigual na Cidade, contribuindo sensivelmente para a segregação residencial (4).

Paralelamente, outros agentes modeladores do uso do solo urbano, como os incorporadores e construtores imobiliários selecionaram as melhores áreas para construções residenciais, aumentando a especulação e reforçando a atração exercida pelas amenidades. Esta política de investimentos e valorização da Baixada de Jacarepaguá beneficia, fundamentalmente, os grupos de mais alta renda; por outro lado, as camadas de renda inferiores tendem a ser expulsas da região ou mesmo nem têm acesso a ela.

Todo este processo de valorização atingiu a orla marítima após o Leblon e o interior da Baixada, na Freguesia e Taquara. Entre 1973 e 1976, o valor da terra cresceu na Baixada de Jacarepaguá 662%, somente em duas outras partes do Município o crescimento ultrapassou 100%, Jacarepaguá 111% e Centro 105% (Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá, 1980).

No direcionamento dado pelos agentes na ocupação da Baixada dois vetores se delinearão. Um, partindo dos bairros da Zona Sul, avançou pela orla marítima de São Conrado, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes e o outro, do norte da planície atingiu seu interior e complementou a ocupação pela estrada de Jacarepaguá atingindo a Freguesia. Neste último vetor, a Freguesia, encontra-se o Eldorado “condomínio” escolhido para este estudo (Mapa 2). Sua localização no sopé da encosta do Maciço da Tijuca, onde se situa uma importante reserva florestal (5), confere-lhe vantagem locacional, valorizando-o “vis-à-vis” a outros “condomínios” de Jacarepaguá em áreas de baixada.

5 — O “CONDOMÍNIO” ELDORADO: SUA APREENSÃO

Algumas áreas residenciais apresentam um conteúdo social que é específico às diversas formas espaciais que assume a segregação. O processo de apreensão da natureza e significado do “condomínio” Eldorado e, a partir dele, o da realidade da produção dessas “novas forma de habitação”, entendidas enquanto espaço socialmente produzido, derivou do questionamento a respeito das práticas que os moradores estabelecem nos diferentes segmentos do tempo (quotidiano, semanal) e do espaço (bairro, cidade) e dos outros agentes sociais aí envolvidos. Assim, o procedimento de se apreender a realidade do “condomínio” Eldorado a partir de tais questionamentos está apoiado, de um lado, na aplicação de um questionário aos seus moradores e, de outro, em entrevistas dirigidas à Associação dos Moradores do Eldorado (AME) e à empresa que incorporou e construiu o “condomínio”. Com as informações obtidas, quer através dos questionários, quer através do discurso dos informantes, se tentará fazer a ponte entre posições teórico-metodológicas assumidas e o objeto de análise.

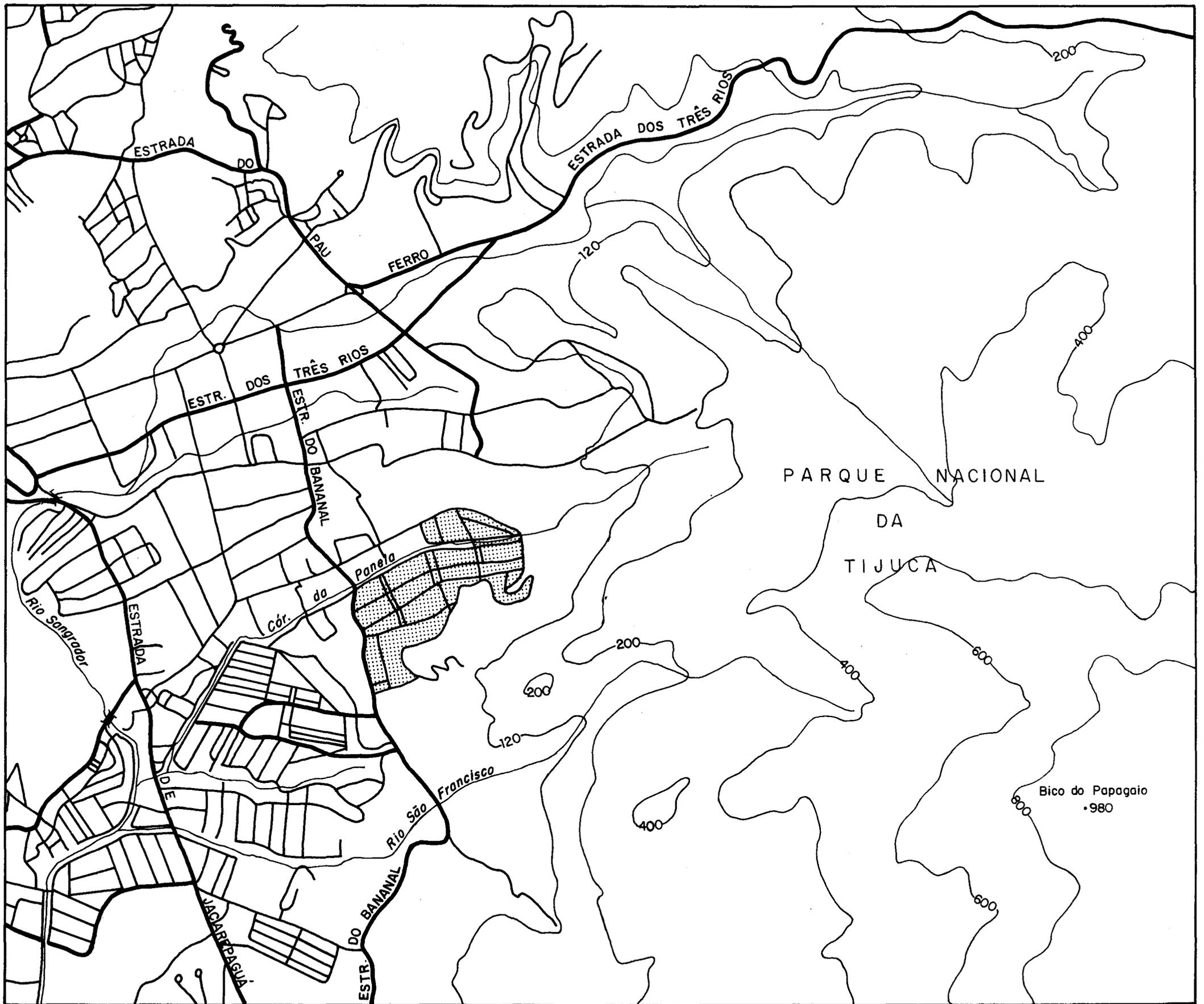
a — O Questionário

A apreensão, através da pesquisa direta, de um determinado contexto nunca é simples. Um local, um “condomínio”, visto como uma unidade espacial de análise permite que nele se perceba articulações complexas, no âmbito das relações sociais de seus moradores, e que se dão também em outras escalas. Mas é necessário que se ultrapasse o espaço menor e se conecte-o a um maior. Determinados espaços têm contradições que pressupõem a existência de articulações a um contexto urbano mais amplo, ao bairro, a cidade. Na tentativa de não se perder este ponto de vista o questionário foi organizado em quatro blocos articulados entre si.

O primeiro bloco denominado A Família e a Casa — levantou informações sobre as características dos imóveis e famílias residentes no Eldorado. Mais especificamente, as perguntas contidas neste bloco permitiram compor um quadro dos moradores em termos de composição familiar, renda e capacidade de consumo. E, ainda mais, possibilitaram também que se compreendesse algumas práticas sociais levadas a efeito por grupos de renda mais alta. O segundo bloco — A Casa e o Lugar — foi a fonte de informações que permitiu se analisar o efeito das estratégias e ações dos agentes modeladores sobre os indivíduos que moram no “condomínio”, os determinantes em suas decisões de mobilidade, no caso resultado das estratégias e ações acima mencionadas, e os fatores que os levaram à saída de suas residências anteriores.

As decisões de deslocamentos residencial e escolha de um “condomínio” para nova residência implicam um processo de tomada de decisões que envolve o abandono de um local de residência anterior por outro, e as influências que este processo sofre devido à ação dos agentes modeladores. Fatores de ordem pessoal, de expectativas e percepção quanto ao ambiente físico, social e externo, influenciados pelas estratégias de agentes modeladores, permitem que se afirme que certos grupos sociais, mais homogêneos em relação a certos atributos (como renda, escolaridade, número de filhos, etc.) tendem a ser atraídos para espaços específicos criando neles áreas sociais seletivas.

LOCALIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO ELDORADO EM JACAREPAGUÁ - 1980



- ESTRADAS PRINCIPAIS
- RUAS
- ~ CURVAS DE NÍVEL E RIOS
- ▤ CONDOMÍNIO ELDORADO

0 500 1000

O terceiro bloco — o Lugar e o Bairro — aborda aspectos da auto-segregação. Pretendeu-se obter informações sobre como os indivíduos avaliam o novo local de moradia, pois a avaliação implica um grau de ambientação ao espaço residencial. A avaliação foi feita em função da expectativa com relação à moradia, ao espaço social e físico (de amenidades) do “condomínio” e ao bairro (Jacarepaguá). O último bloco — Estratégias Comunitárias — continha perguntas sobre mudanças de hábitos, ocasionadas por mudanças de local de moradia, mudanças principalmente nos hábitos de consumo, do indivíduo e sua família, bem como perguntas referentes às estratégias criadas para manutenção do Eldorado como “condomínio”.

A partir das informações obtidas através dos questionários pode-se estabelecer alguns limites para sua utilização. Do universo de 221 residências existentes na ocasião da pesquisa (dez./1982-jan./1983), obteve-se informações, via questionário, relativas a 27% desse total. Uma vez que a proposta inicial era a de quantificar os resultados da pesquisa, este procedimento pareceu impossível dado o volume relativamente pequeno de respostas recebidas. Como opção, procurou-se estabelecer tendências que evidenciassem comportamentos semelhantes ou díspares, estratégias comuns, contradições em opiniões e outras atitudes que permitissem compor um quadro do “condomínio” Eldorado. A compensação pelo número reduzido de questionários preenchidos foi dada em forma de discurso, contendo opiniões bastantes similares entre si e que expressam o pensamento dos moradores sobre o “condomínio”.

b — As Entrevistas

Uma vez aceito ser o espaço objeto de manipulação de diversos agentes sociais, o passo seguinte foi o de realizar duas entrevistas dirigidas a dois agentes locais. A primeira delas foi com a empresa incorporadora do “condomínio”, a Vector Engenharia e Comércio Ltda. Esta entrevista permitiu se conhecer a Vector, reconstruir a história do local anterior à construção do “condomínio”, as formas de atuação da empresa a nível geral e no caso em estudo, e também os motivos que levaram à escolha de tal forma de empreendimento.

Uma segunda entrevista dirigida foi realizada junto à AME, visando obter informações que complementassem as dos questionários no que diz respeito às relações entre a Associação e seus membros e no que se refere às reivindicações dos moradores do “condomínio”. Neste contexto, a AME assume o papel de agente que garantirá os interesses do grupo social a que pertence e que a criou. Seu poder de barganha será o dos moradores do “condomínio” e atuará objetivando sempre o interesse de seu grupo social.

6 — O SIGNIFICADO DOS “CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS”

Os “condomínios exclusivos”, como nova forma de habitação, suscitaram neste trabalho uma discussão teórica e a particularização do tema num estudo de caso. Neste sentido, a interpretação que se vai procurar desenvolver se afasta do caso particular, transcendendo-o, sem contudo deixar de contê-lo. Feito isto se pode proceder ao caminho de volta, ao “condomínio”, agora enriquecido com novos elementos, resul-

tado do confronto entre o seu cotidiano e o quadro teórico que se elaborou.

A realidade do mundo é sobretudo contraditória, coexistindo nele, entre outras coisas, o genocídio e os avanços constantes da medicina, a valorização da natureza e os insistentes esforços para destruí-la; a socialização da sociedade e a segregação generalizada (Lefebvre, 1969). Com relação a esta última contradição é flagrante que, a pretexto de estabelecer um equilíbrio no interior das cidades, diversos agentes sociais têm levado a segregação às suas últimas conseqüências. Um exemplo ilustrativo desta segregação urbana repousa nos “condomínios exclusivos”.

Mas o que significam os “condomínios exclusivos”?

a — Em nossa sociedade os indivíduos nascem dentro de um contexto de determinadas relações de produção e se humanizam e se reproduzem dentro delas. Sendo assim, os “condomínios” tornam-se ambientes perfeitos para que os grupos que nele habitam instaurem um “modo de vida” cujo sentido acabe por ocultar a realidade total que é, em essência, a de uma realidade de classes sociais. A cultura dominante de uma sociedade deve ser capaz de permitir que seus membros percebam “áreas de igualdade” que aproximam aqueles que têm os mesmos interesses. Para isto ela cria, de maneira crescente, e para cada classe social, os espaços programados e a isto se identifica como sendo, em realidade, uma estratégia para separar classes sociais.

De uma maneira geral, para os “condomínios” deslocam-se famílias cujas características básicas apresentam alguns traços marcantes e que o “condomínio” Eldorado exemplifica: em linhas gerais, incluem casais com dois ou três filhos; os casais com idade entre 30 e 45 anos e os filhos, crianças e adolescentes. Os casais possuem elevado nível de instrução e os homens muitas vezes desempenham papel de comando, como executivos, em empresas privadas ou órgãos do Estado.

Como resultado do emprego masculino e pelo fato de muitas mulheres complementarem a renda familiar este grupo social destaca-se por possuir uma renda mensal que o identifica como classe média alta. Além dos rendimentos diretos, como fator de identificação do grupo social, outras informações referentes à propriedade de outros imóveis, e com isso a possibilidade de extrair renda de aluguel e da terra, definem a capacidade de compra deste grupo social. Mais uma característica geral da família residente no Eldorado é ser proprietária da casa onde mora, sendo que, aproximadamente, 70% delas adquiriram suas casas via Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Uma vez residindo nos “condomínios”, os indivíduos tornam-se atentos a seus privilégios, tendendo também a se identificarem cada vez mais aos seus vizinhos, formando, muitas vezes, um grupo social homogêneo em diversos aspectos, e que por isso mesmo passam a ter consciência de seu espaço de residência como espaço de reprodução. Tal conscientização surge sob a forma de regimentos internos, como horários e regras a serem cumpridos, reivindicações por melhores equipamentos coletivos e medidas de segurança exacerbados, levando ao desenvolvimento de estratégias que visam manter os privilégios adquiridos. Entre estas estratégias incluem-se a criação de uma Associação de Moradores, o fechamento do local com muro (6), ou ainda a forte resistência à informação, verificada durante a pesquisa de campo,

quando muitos dos moradores se recusaram a responder as perguntas formuladas nos questionários.

Os "condomínios exclusivos" se apresentam como um espaço residencial inteiramente programado, uma vez que como proposta de habitação foram concebidos originalmente com base nas experiências bem sucedidas dos "*suburbs*" americanos e "*garden cities*" ingleses. Como modelo importado, sua execução em nosso País, se dá de diferentes formas arquitetônicas. Mas aqui, como nos países onde foi idealizado (Estados Unidos e Inglaterra, entre outros), tais empreendimentos são, em geral, resultado da ação do capital particularizado em empresas de diversos portes, desde os grandes conglomerados até a empresa exemplificada neste estudo.

A Vector Engenharia e Comércio Ltda. foi a empresa que planejou e construiu o "condomínio" Eldorado. Trata-se de uma empresa de dimensão média que pode ser definida segundo sua escala de operações, isto é, o volume de construções simultâneas que ela é capaz de gerir e também sua escala espacial de atuação, que é a área onde estão ou estarão localizadas as atuais e futuras obras, respectivamente, lançamentos e estoques de terrenos (Almeida, 1982).

A estrutura interna de empresas deste porte varia em função das diferenças conjunturais econômicas por que passa o setor de incorporação imobiliária. Assim, uma empresa de nível médio deste setor pode ampliar ou reduzir um certo número de funções como a de financiamento, promoção, viabilidade técnica da obra, construções e comercialização, ou ainda passar simplesmente a administrar empreendimentos já realizados e investir seu capital em outros setores onde obtém uma maior taxa de lucro.

A Vector encontra-se em uma fase onde a administração de seus investimentos passados é a tônica dominante, tendo sido relegados, pelo menos temporariamente, seus investimentos no setor imobiliário. Em um passado recente, além da incorporação e construção de "condomínios" em Jacarepaguá, edifícios residenciais na Zona Sul e bairros como Grajaú, casas e edifícios em Nova Iguaçu e Caxias, incorporou e construiu dois *shopping centers* um em Nova Iguaçu e outro na Gávea, o último com função administrativa.

Em relação ao "condomínio" Eldorado, o papel da Vector foi o de utilizar estratégias muito comuns entre proprietários fundiários e incorporadores imobiliários. Este conjunto de estratégias compreende, de um lado, a compra a baixo preço de vasta gleba de terra. Assim, em 1972, a empresa adquiriu uma gleba de 503.920 m² ao preço de Cr\$ 4,00 m², sete meses após, em 1973, a Vector comprou outra gleba, que se apresentava como uma cunha embutida na primeira, com uma área de 73.350 m², ao preço de Cr\$ 7,80 m², ou seja, a um preço praticamente igual ao dobro daquele em que comprou o m² da gleba anterior. Sua estratégia comportou ainda a construção e venda de casas por etapas. No caso do "condomínio" Eldorado foram três etapas: na primeira, ao lado das casas construídas, ao todo 70, foi deixado vago um terreno de dimensão igual ao terreno em que as casas foram construídas. Após a venda da casa ter sido feita por uma empresa do grupo "Vector", o terreno ao lado era oferecido ao proprietário, criando oportunidades de valorização da habitação. Até hoje encontram-se à venda, no Eldorado, lotes para constru-

ção. A venda de lotes por etapas constituiu-se em outra estratégia corrente, propiciando crescente valorização no preço do m².

Este tipo de atuação levado a efeito pela Vector só foi possível porque a empresa tinha conhecimento do mercado potencial para a área. Com efeito, entre 1970 e 1971, incorporou, construiu e vendeu seu primeiro “condomínio”, que foi também o primeiro “condomínio” de Jacarepaguá, o Paraíso.

Num contexto mais geral, a Vector também acompanhou um processo que se repete em outros locais e resumidamente pode ser descrito nas seguintes fases:

- 1 — obtenção de grandes parcelas de terra a preços baixos;
- 2 — construção, na área, de residências para grupos de renda média e alta;
- 3 — conseqüente mudança do “status” do bairro, com aumento da perspectiva de atração sobre os grupos de renda acima citados;
- 4 — valorização e aumento dos preços da terra no local;
- 5 — a entrada e participação de novos agentes durante o processo, agentes estes de diferentes portes;
- 6 — concorrência de diversos agentes para obtenção dos terrenos ainda disponíveis com alteração no tipo da construção (de preferência aquelas que geram lucro alto e rápido), e
- 7 — finalmente, inviabilização na área da ação de algumas empresas, de portes pequenos e médio, como a própria Vector, uma vez que passam a ser necessários grandes investimentos na realização de empreendimentos do tipo “condomínios”.

Tal conjunto de estratégias valorizou o capital da Vector e o espaço imediato e próximo a área do “condomínio” Eldorado, criando para um determinado grupo social uma área residencial segregada. Este tipo de produção habitacional destina-se, assim, a um grupo social específico e que se constituiu, antes de mais nada, em um mercado para determinados investimentos imobiliários. Sem dúvida, a estratégia e intencionalidade de dirigir a produção do espaço residencial para os diferentes segmentos da população está parcialmente indicada no discurso do informante da empresa e que será transcrito abaixo:

“a Vector a partir do lançamento do Paraíso decidiu manter tais empreendimentos (condomínios); mantivemos o tipo de construção, casas unifamiliares, e na Freguesia, já que era para lá que a expansão da cidade se dirigia. Foi dada preferência à Freguesia, ao invés da Barra, porque nesta época além de existir terrenos disponíveis, a preços mais acessíveis, Jacarepaguá já dispunha de uma infra-estrutura montada, com comércio estabelecido e serviços que a Barra não tinha ... Um outro fator que nos manteve neste projeto, que foi todo executado e planejado pela Vector, é que percebemos e acompanhamos as aspirações da população. Percebemos que as pessoas necessitavam de uma volta à casa. Houve uma preocupação ecológica por parte da população e nós procuramos atingir estas aspirações dando oportunidade às famílias que tinham saudosismos pela terra ...”.

Quando foi perguntado às famílias do Eldorado os fatores de atração, que, de forma mais constante, determinaram a tomada de decisão

por um novo local de moradia, as respostas mais constantes foram, primeiramente a oportunidade de residirem em casa, e, em seguida, a procura por um ambiente com boas qualidades físicas e sociais. Tais fatores assim aliados sugerem que os deslocamentos das famílias, de bairros organizados fisicamente de modo tradicional, com composição social e funcional quase sempre heterogêneos, para Jacarepaguá, são fruto da publicidade, por parte de certos agentes sociais, que garante e estimula aos futuros moradores as vantagens de ambiente selecionado e exclusivo, a partir da aquisição de uma casa.

Convém ressaltar que o fator segurança não aparece como sendo significativo na atração exercida pelo "condomínio". Na realidade, a questão de segurança, pessoal e da família, só aparece após a mudança para o "condomínio". Foi a falta de amenidades o fator que mais levou as famílias a abandonarem seus locais de moradia anterior e se deslocarem para o Eldorado.

Estes resultados permitem concluir que as famílias que, de uma maneira geral, são atraídas para um "condomínio" esperam dele vantagens locacionais em termos de amenidades e isolamento. Na campanha de lançamento de um conhecido "condomínio", o "slogan" utilizado oferecia aos possíveis compradores "a nova antiga maneira de viver". Os corretores vendiam a idéia que ali seria igual a residir nas tradicionais vilas do passado (?), acrescentando a elas uma boa dose de conforto e funcionalidade.

b — "Os condomínios" significam uma continuidade, sob "nova forma de morar", de um padrão de localização residencial colocado em evidência por Hoyt (Timms, 1976). Segundo este autor, as áreas residenciais dos grupos de renda média e alta tendem a se localizar em certos setores de expansão urbana das grandes cidades. Ao se analisar a procedência dos moradores do Eldorado constata-se uma mobilidade a longa distância que se caracteriza por uma predominância intra-setorial, ao longo do setor de amenidades e transporte, que engloba a Zona Sul do Rio de Janeiro e as áreas novas da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, além de focos de origem em alguns bairros de classe média da Zona Norte, Tijuca sobretudo.

Este padrão aponta para o deslocamento de grupos ao longo de eixos preferenciais de amenidades e, simultaneamente, de transportes, resultando em mudanças tecnológicas (modernização) destes eixos.

A expansão destes eixos preferenciais se realizará principalmente em função do capital imobiliário que, para atender suas necessidades de reprodução, dirige a produção habitacional de novos espaços residenciais para grupos sociais de mais alta renda, formando setores espacialmente dispostos e socialmente diferenciados; estes setores são aqui entendidos como áreas estruturadas física e socialmente e formam a base social da organização espacial das cidades. No Rio de Janeiro, um desses setores, que se estende da Zona Sul em direção à Baixada de Jacarepaguá, possui características de ser, simultaneamente, espontâneo e programado, isto é, corresponde a um eixo de amenidades naturais (praia e floresta) e, por isso mesmo, escolhido como local de moradia pelos grupos de renda mais alta e para localização de atividades de comércio e serviços para atender a estes grupos, tem uma localização definida no espaço urbano, faz parte de um plano mais geral de organização social deste espaço e é proveniente de ideologias associadas e inculcadas, via publicidade, nos grupos sociais já citados.

Na escala intra-urbana, nos “condomínios” a segregação perfeita se legitima num misto de racionalismo e culturalismo que, como modelos de desenvolvimento urbano, vem dando forma e estrutura às cidades brasileiras. “O condomínio é racionalista porque investe em uma versão totalizante do meio urbano. O espaço é concebido para um homem padrão e pretende responder aos seus requisitos básicos ... A proposição de separar espaços e funções para melhor controlá-los é típica da postura racionalista. O objetivo é a eficiência ... O condomínio é culturalista porque propõe, desde o início um mundo fechado ... Há uma população cuidadosamente prevista ... O número de moradores condiciona a oferta de infra-estrutura ... Completando tudo há um muro, uma cerca com entradas vigiadas” (Santos 1981).

c — Num nível mais geral, os “condomínios” significam um rompimento no tempo e no espaço com a cidade. Uma cidade fruto de uma sociedade que durante muito tempo foi pensada como coesa. Por que coesa? Porque, de um lado a sociedade seria idealizada em torno de bases bióticas, sendo o espaço urbano, por exemplo, visto como um cenário natural onde formas de equilíbrios e desequilíbrios atuam continuamente. E, de outro, seria definida em torno de noções como solidariedade e comunidade; uma maneira de ver as situações e os fenômenos que permite o tratamento da realidade, ou da cidade, como se ela fosse objetivamente dada, coisificada, numa perspectiva a-histórica (Martins, 1980). No plano do real, o que é urbano passa a ser analisado isoladamente, no tempo e no espaço, considerando também separadamente as atividades e funções. Na prática se construirá os “shoppings-centers”, os centros de decisão, as áreas de lazer e os “condomínios exclusivos”. Provoca-se uma fragmentação no espaço que estabelece fronteiras entre áreas, onde a tendência é que cada local seja socialmente unifuncional, no âmbito de sua utilização e consumo, e nele não existam diferenças ou estas sejam minimizadas.

Conseqüentemente, da maneira como vêm sendo idealizados e como se apresentam concretamente, os “condomínios” rompem no tempo com a cidade na medida em que ao projetá-los provoca-se o funcionamento de uma máquina do tempo ao contrário. “Não nos desloca para o futuro, traz-nos o futuro ou aquilo que se supõe ser o futuro” (Vogel, 1981). O rompimento no espaço se dá porque como forma urbana programada os “condomínios” tendem a quebrar uma continuidade física na paisagem urbana, o que não implica quebra de uniformidade, mas sim da diversidade, que é a cidade como a conhecemos, com prédios de diversas idades, comércio, serviços e outras atividades mescladas às residências para diversos grupos sociais.

O rompimento com o espaço é, em realidade, uma intenção, verificada na medida em que, com eles, se pretende estabelecer um “fechamento” em relação ao mundo exterior, que tem sua expressão acabada na construção de muros, mas que ao mesmo tempo, contraditoriamente, mantém articulações com a cidade, que se evidenciam no cotidiano de seus moradores, em suas relações sociais. “A cidade é o local onde os indivíduos, sob determinadas condições criam seus meios de vida e as formas de sua existência social. Nela encontram-se a casa, o lugar do trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos” (Santos, M. 1978). E, se o espaço assim organizado é forma social, ele é local de história e como tal possui o movimento dos processos sociais. Os processos sociais se concretizam via forma espacial pois, em relação às formas espaciais em geral, pode-se afirmar que

elas constituem um fator social, ou seja, “através do espaço, a história se forma, ela própria, estrutura estruturada em formas” (Santos, M. 1978).

Os que vêem a sociedade como coesa acreditam que a fragmentação espacial é a melhor forma de funcionamento da cidade. Isto porque elimina seus “pontos de estrangulamento”. Desta maneira procuram retirar da diversidade dos bairros alguns de seus elementos (o trabalho, o lazer, a moradia), projetando-os através de novas formas, os *shoppings-centers*, os distritos industriais, as áreas de lazer programadas e os “condomínios”. Mas ao criarem, no âmbito da cidade, formas como as dos “condomínios”, acentuam-se a auto-segregação e suas contradições. Põem em evidência, e por isso mesmo ressaltam, múltiplas atividades e funções que se encontram diluídas em outras áreas da cidade. Dois exemplos típicos desse processo repousam no “condomínio” Eldorado e na Cidade de Deus (conjunto habitacional popular), ambos em Jacarepaguá. O “condomínio” é a auto-segregação por opção; a Cidade de Deus é a segregação imposta, uma vez que foi idealizada para abrigar, na década de 60, as populações removidas das favelas a partir de um programa de erradicação das mesmas posto em prática pelo Governo Estadual. A avaliação feita pelos moradores do “condomínio” sobre a Cidade de Deus e favelas próximas revela preocupação quando pensam na área como um todo, Jacarepaguá, e o “condomínio” inserido nela. Esta preocupação se traduz na necessidade dos moradores desenvolverem estratégias de manutenção de seus privilégios, ou seja, estratégias de auto-segregação. Isto porque a maior parte dos moradores entrevistados têm consciência de que vivem em melhores condições que muitos de seus vizinhos da Freguesia de Jacarepaguá. Contudo, tais condições para se manterem parecem exigir um controle sobre o local de residência, ainda que este controle seja parcial. Assim, como já foi colocado anteriormente, no caso concreto do “condomínio” Eldorado, o fator segurança só emerge depois que as pessoas se mudam para ele. Nenhuma família entrevistada declarou ter sido a falta de segurança na última residência o determinante da mudança para o “condomínio” Eldorado. A existência atual de um muro no “condomínio” Eldorado visa, aparentemente, assegurar tranqüilidade aos seus moradores; porém tal iniciativa no fundo atende aos interesses de controle e manutenção do local de moradia com conseqüente isolamento de grupos indesejáveis. Conviver com classes de renda mais baixa contraria o princípio da auto-segregação. No entanto, a socialização das pessoas é feita no dia a dia, no interior da cidade, no contato entre seus moradores, nos seus diversos locais de estudo, trabalho, compras, nas ruas e praças, nos ambientes públicos e privados, entre a família e em grupos, entre os do grupo e os fora dele. A criação de uma Associação de Moradores também é uma estratégia para assegurarem como desejam ou idealizam ser o local onde vivem.

Atitudes desta natureza a partir de estratégias de exclusão e privilegiamento são quase impossíveis de serem colocadas em prática em outros locais da cidade, em bairros multifuncionais, em ruas de domínio público, onde não se pode separar as residências e os que residem à rua daqueles que por ela passam ou usam seu comércio e serviços. Contudo, tais estratégias, de exclusão e privilegiamento, não impedem o surgimento de conflitos entre os moradores do “condomínio” e a persistência das contradições entre eles e os outros, entre os “condomínios” e a cidade, entre o antigo e o novo . . .

7 — NOTAS EXPLICATIVAS

1 — Por reprodução das atividades produtivas e das classes sociais entende-se a criação de condições (de caráter econômico, jurídico-político e ideológico) que permitem que a sociedade se reproduza, garantindo sua perpetuação e de suas atividades e classes e, portanto, do próprio sistema econômico-social.

2 — Por amenidades entende-se a existência de espaço para crianças, áreas verdes e microclima aprazível.

3 — Os bairros cariocas se desenvolveram sobretudo com os bondes, no final do século passado e princípio deste, enquanto os subúrbios devem sua expansão aos trens, já que foi em torno das estações que surgiram alguns dos focos de povoamento da cidade. No caso de Jacarepaguá uma linha de bonde passou a ligar o bairro a Cascadura (1875) e de Cascadura o deslocamento era feito por trem para o restante da cidade. Cabe aqui observar que Jacarepaguá não se desenvolveu convencionalmente como um subúrbio ferroviário, e, apesar de ligado a Cascadura pelo bonde, também não apresentou, de imediato, interesse para as companhias loteadoras da época, como ocorreu em Copacabana, Ipanema e outros bairros da cidade.

Até década de 60, podia-se, em linhas gerais, definir dois padrões de ocupação urbana em Jacarepaguá; o primeiro, ocupando uma área contínua e densamente povoada, com características de bairro suburbano, cujo desenvolvimento deu-se primeiro de forma nucleada, na Taquara, Freguesia, Tanque, Praça Seca e outras localidades, que foram se interligando umas às outras com o tempo, e outro com traços nitidamente rurais, com estabelecimentos hortifrutigranjeiros e sítios de recreio.

4 — Quanto a este aspecto, em sua apresentação o Plano Piloto contém a seguinte declaração do arquiteto Lucio Costa. Diz ele que num país onde “extensas regiões já densamente habitadas ainda continuam carentes não se pode pretender que o poder público se disponha a favorecer áreas vizinhas” ... e mais, que “é perfeitamente natural que a iniciativa privada se antecipe e force com sua presença e demanda a implantação parcelada da infra-estrutura, e é igualmente natural que as terras contíguas ao seu processo se valorizem, resultando então daí, por vias travessas, o almejado processo gradativo de ocupação”. *Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro, 1980, p. 5.

5 — A área de reserva florestal, acima da cota de 100 m é área *non aedificandi*, garantindo uma proteção às residências do “condomínio” das construções indesejáveis como os altos edifícios que se multiplicam em Jacarepaguá e acabam por devassar as áreas vizinhas.

6 — Os moradores do Eldorado cercaram o “condomínio” com um muro, acrescentando ainda um forte esquema de segurança ao local, com guardas equipados com *walkie-talkies*, bicicletas e guaritas.

Do ponto de vista dos moradores, a criação da AME foi a melhor estratégia por eles utilizada para fazer frente a eventuais dificuldades locais. No aspecto de segurança apontam, especificamente, medidas isoladas que vão, desde a contratação de uma firma particular para

policciamento do “condomínio”, até seu “fechamento”, com muros, guaritas, cancelas e outras sofisticações. Recolheu-se os discursos de moradores sobre este fato e alguns serão aqui transcritos:

“a partir da criação da AME contrataram-se firmas particulares para fazer a segurança até chegarmos ao esquema atual que funciona a mais de dois anos. Eventualmente, foi solicitado ao Batalhão da Polícia Militar que patrulhasse o bairro (Eldorado). Fomos atendidos, mas isso não se mostrou eficiente, pois era ocasional. A principal pedida quanto a segurança está em implantação, que é o “fechamento” do bairro, com cancelas e guaritas nas principais entradas, e com porteiro fixo”.

Ou

“chegamos a um sistema de segurança do maior gabarito. A segurança é quase total”,

mas há também aqueles que não se sentem satisfeitos:

“segurança é própria, porém precária para os moradores da Estrada do Bananal, motivo pelo qual deixamos de participar da AME” (a Estrada do Bananal limita parte do “condomínio” Eldorado com a área em torno).

8 — BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. A. Contribuição ao estudo do papel do estado na evolução da estrutura urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 43(4):577-85, out./dez. 1981.
- ALMEIDA, R. S. de. *Atuação recente da incorporação imobiliária no Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.
- BAHIANA, L. C. da C. Agentes modeladores do uso do solo urbano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, (19):53-62, 1978.
- BERINGUIER, C. Se reconnaitre dans l'espace de la ville; à chacun son quartier? *Espaces et Sociétés*, (34-35):75-82, jul./dic. 1980.
- BUCH-HANSON, M.; NIELSEN, B. Marxist geography and the concept of territorial structure. *Antipode*, 9(2):1-11, Sept. 1977.
- CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. 2 ed. México, Siglo Veinteuno, 1976. 517 p.
- COLIN, J. Households movements; filtering and trading up within the owner occupied sector. *Regional Studies*. Oxford, 12:551-61, 1978.
- CORAGGIO, J. L. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina. *Planejamento*, Salvador, 7(1):5-33, jan./mar. 1979.
- HARVEY, D. Class structure in a capital society and the theory of residential differentiation. In: *PROCESS in physical and human geography*. R. Feel et alii, ed. London, Heineman Educational Book. 1975. p. 354-69.
- HIJJAR, E. A. *Conjuntos habitacionais de deslocamentos para trabalho e compras*. Rio de Janeiro, 145 p. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Documentos, 1969. 113 p.
- MARTINS, C. E. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MARTINS, J. S. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo, Hucitec, 1980. 82 p.
- PLANO Piloto da Baixada de Jacarepaguá. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1980. 59 p.
- POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 368 p.
- QUANDO a rua vira casa. A. Vogal et alii. Rio de Janeiro, CPU-IBAM/FINEP, 1981. 152 p.
- RACINE, J. B. L'évolution récente du phénomène périurbain nord américain. *Revue de Géographie de Montreal*, 24(1-2):43-54; 143-63, 1970.
- SANTOS, C. N. F. das. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: *Habitação em questão*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 17-41.
- . *Condomínios exclusivos; o que diria a respeito um arqueólogo?* Rio de Janeiro, 1981. 33 p.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978. 236 p.
- SIMMONS, J. W. Changing residence in the city; a review of intraurban mobility. *The Geographical Review*, 58(4):662-51, 1968.
- TIMMS, O. *El mosaico urbano; hacia una teoría de la diferenciación residencial*. Madrid, 1976. 458 p.
- VETTER, D. M.; MASSENA, R. M. *Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria de causação circular*. Rio de Janeiro, IUPERJ. Grupo de Estudos Urbanos, 1982. 36 p. Apostila para o Seminário de Estudos Urbanos.

RESUMO

Este artigo constituiu-se num estudo de caso, o do "condomínio" Eldorado. O principal objetivo foi o de compreender como se dá o processo de produção de um espaço residencial seletivo. Para tanto, procurou-se identificar os principais agentes modeladores deste espaço programado que são: os incorporadores imobiliários, o Estado e os moradores. Os dois primeiros atuam alterando os padrões de localização residencial de grupos de rendas média e alta, relocando-os em áreas de amenidades, reservadas como um dos vetores de expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro; contudo, as modificações observadas nestas áreas não se limitam as de função residencial, tais modificações afetando a distribuição dos fluxos de investimentos em serviços urbanos, determinam o surgimento de novas áreas de comércio, serviços e negócios e, em última instância, levando a um novo padrão de segregação residencial.

O morador, por sua vez, consolida esta segregação a partir de uma conscientização de sua posição de classe que deve se reproduzir em um espaço social específico.

Este estudo, tenta contribuir assim para o conhecimento do processo geral de produção do espaço nas grandes cidades, e também avançar teoricamente no conceito de segregação residencial, auto-segregação e segregação imposta.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to examine the process of production of a selective residential space, dealing with the Eldorado "condominium" in Rio de Janeiro as a case study. The study shows that realtors, the state and inhabitants are the most important agents in shaping this space. The state and realtors change the residential location patterns by relocating the population in the medium and high income brackets. The new locations, endowed with the amenities have been chosen as vectors for the urban expansion of Rio de Janeiro. The flows of investments in urban services are likewise redirected, giving rise to new commercial service and business centers, as well as to new patterns of residential segregation. The role of the inhabitants, on the other hand, is linked to the establishment of a class consciousness that requires a specific social space of production.

The study thus contributes to the understanding of the general process of production of space in large cities. It also adds to the theoretical elaboration of the concepts of residential segregation, self segregation and imposed segregation.



COLONIZAÇÃO PIONEIRA NO SUL DO BRASIL: O CASO DE TOLEDO, PARANÁ*

Keith Derald Muller**

SUMARIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *Colonizadores e suas fazendas*
- 3 — *Estrutura e forma de ocupação*
- 4 — *Dimensão das propriedades em Toledo: I*
- 5 — *Dimensão das propriedades em Toledo: II*
- 6 — *Funções na colônia: vida econômica em Toledo*
- 7 — *Conclusão*
- 8 — *Bibliografia*

1 — INTRODUÇÃO

Até as últimas décadas, o interior da América do Sul permanecia desabitado. As tentativas de ocupação das regiões mais remotas foram dificultadas devido ao solo e clima, condições higiênicas deficitárias e

* Esta transcrição foi revista pela Professora Maria Magdalena Vieira Pinto da Diretoria de Agropecuária, Geografia e Recursos Naturais (DAG) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No original, o trabalho traz uma introdução do Professor Robert C. Eidt, da Universidade de Wisconsin-Milwaukee.

** A escolha de Toledo como área de estudo em ocupação geográfica foi primeiramente feita em um seminário sobre a América Latina realizado na Universidade de Wisconsin-Milwaukee pelo Professor Robert C. Eidt em 1967. O autor tornou-se particularmente interessado em Toledo, pois representava uma área na "fronteira final" do sul do Brasil, e assim constituía um laboratório vivo dos padrões de desenvolvimento dentro de uma zona pioneira. A tese de Craig Dozier sobre a ocupação de terras no norte do Paraná, área cafeeira, *Norte do Paraná, Brasil: Ocupação e Desenvolvimento de Uma Zona de Fronteira*, Johns Hopkins University, 1954, e Kalervo Oberg em seu estudo *Toledo: Um Município na Fronteira Ocidental do Estado do*

difícil acesso. Hoje, no entanto, estes obstáculos são vencidos pela moderna medicina, melhores transportes e novas técnicas de agricultura e da ocupação das terras. Acrescenta-se a isso a elevação da demanda devido ao crescimento populacional. Por esta razão, grandes extensões de terra no interior da América do Sul estão sendo efetivamente povoadas.

1.1 — Ocupação pioneira no Brasil

O Brasil, que compreende aproximadamente a metade da América do Sul em população e área, passa pelo maior processo de colonização da América. A figura 1 mostra quatro zonas pioneiras principais¹. O maior plano governamental de colonização está sendo tentado no sul do rio Amazonas (Zona 1), principalmente no Estado do Maranhão². A zona pioneira de maior informação é a do Distrito Federal e de Brasília e dos Estados vizinhos de Goiás e Minas Gerais (Zona 2). A mudança da Capital para 700 quilômetros do Rio de Janeiro representa o esforço brasileiro no sentido de colonizar e desenvolver o interior do País (1954). As duas outras zonas de fronteira estão a oeste de Londrina, no noroeste do Paraná e sudoeste do Mato Grosso (Zona 3), e no sul do Brasil, oeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e sudoeste do Paraná (Zona 4). As zonas 3 e 4 formam a “frente pioneira” do oeste do Paraná, e unem-se as regiões pioneiras do nordeste da Argentina, leste do Paraguai e as planícies no leste da Bolívia formando uma nova e extensa região no coração do Continente.

Paraná, Rio de Janeiro, 1957, estimularam na tomada de decisão em seguir com este tópico e área para pesquisa no campo.

Durante minha primeira visita ao Brasil, de maio de 1968 a julho de 1969, aprendi português e viajei para o Paraná. Fui capaz de me manter ensinando inglês no Instituto de Idiomas Yázigi em São Paulo. Em um trabalho de campo mais profundo em Toledo, Rio de Janeiro e Curitiba no verão de 1970, possibilitou-me coletar os materiais necessários para este estudo. Os mapas foram preparados por Miss Marion Zirbel, do Serviço de Cartografia da Universidade de Wisconsin-Milwaukee, sob a direção do Professor James J. Flannery.

Gostaria de expressar meus agradecimentos especiais a Mario Hiraoka, Universidade de Wisconsin-Milwaukee, que conseguiu hospedar-me com seus pais em São Paulo, Sr. e Sra. Michio Hiraoka, e a amigos pessoais no Brasil que muito me auxiliaram: Lydia Menescal, Diretora da Biblioteca do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, e Sr. Nelson Pimenta, do Rio de Janeiro; Dr. Luiz Fernandes Lima e Sr. Renato Mello, de São Paulo; e Sr. Lloyd Strachan de Maringá, Paraná. Sou muito grato à cooperação do Dr. Nilo Bernardes, Presidente do Instituto Pan Americano de Geografia e História. Aos numerosos funcionários e habitantes de Toledo, tantos que me impossibilita citá-los; no entanto os de maior assistência seriam: Dr. Wilson, Vice-Prefeito e diretor do Colégio Luther King; Sr. Antelmo Diei, Secretário do Prefeito; Dr. Fedrinho Furlan, Sadia; Sr. Angelo Costamilan, Companhia de Terras Maripá; e Sr. Antônio Dewes, Escritório Técnico da Maripá.

Agradecimentos especiais ao Professor Robert C. Eidt, Universidade de Wisconsin-Milwaukee, que incentivou-me a escolher Toledo como tema de minha tese e que pacientemente guiou-me na transformação de minhas pesquisas de campo em escrito. Por seus conselhos pessoais e amizade, assim como assistência incalculável através de seu conhecimento de geografia ocupacional e uma área similar nas proximidades (*Colonização Pioneira do Nordeste da Argentina, Madison, 1971*). Agradecimentos também à valiosa ajuda do Dr. César Caviedes, Dr. Myrvin Christopherson e Mr. Robert Wierman.

Finalmente, este trabalho é dedicado a meus pais e minha irmã mais nova.

Agosto, 1973 — Keith Derald Muller.

¹ Ver Chardon, *Bibliografia*, 7, p. 168-71. Chardon identificou as três principais “franjas” pioneiras no Brasil. Ele considerou as *core áreas* 2 e 3 como uma franja contínua.

² Artigo sobre a reforma agrária no Brasil, *Peruvian Times* de 13 de agosto de 1971, p. 7.

1.2 — A área de pesquisa

A área estudada é a do Município³ de Toledo na frente pioneira do interior da América do Sul (Figura 1). Toledo é uma grande área de ocupação com numerosas fazendas individuais isoladas e grupos de co-

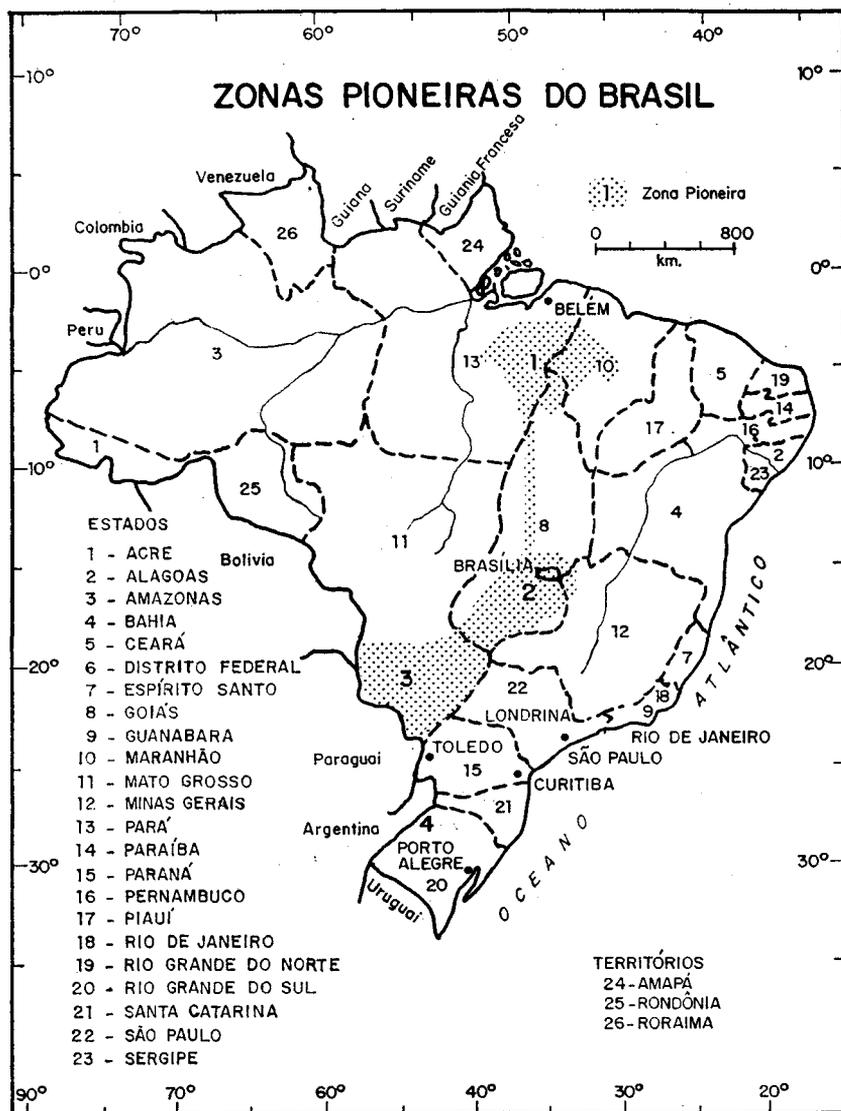


FIGURA 1

³ Toledo tornou-se Município em 1951 quando se separou de Cascável. Um município é a menor unidade administrativa do Brasil. Como centro urbano, alcança significativo crescimento e influência, em sua condição de município. Conseqüentemente, num pioneiro Estado como o Paraná, muitos novos municípios são criados; por exemplo, entre 1950 e 1960 o número cresceu de 80 para 162. Marechal Cândido Rondon e Palotina separaram-se de Toledo em 1960. A despeito disso e de outras mudanças semelhantes, a área de Toledo permaneceu quase a mesma: em 1951 Toledo tinha 2.080 km²; e em 1961, 2.190 km² e em 1967 tinha 2.092 km². Desta forma, análises comparativas dos dados são, pelo menos temporariamente, viáveis. Como o centro (sede) do Município tem o mesmo nome do Município inteiro, referimos ao centro urbano de Toledo como Cidade de Toledo.

lonização, sendo 80% bem planejados. A essência do planejamento em Toledo é mais característica nas regiões de colonização dos arredores de Londrina, no norte do Paraná, que é bem conhecida pela produção de café e pelos numerosos estudos de campo ali realizados⁴. Em contraste, milho e suínos constituem a base econômica de Toledo, e poucos são os estudos sobre a região, e nenhum por geógrafo⁵. Oberg⁶, antropologista, escreveu em 1956 sobre o início da formação de Toledo e enfatizou o desenvolvimento da comunidade no único estudo substancial do projeto. Portanto, 1970 nos pareceu propício para um novo estudo, principalmente porque Toledo parecia passar por um rápido processo de mudanças. Hoje, novos estágios de desenvolvimento, uma série de diferentes tipos de ocupação, e uma crescente integração vertical da economia agrícola da região podem ser observados. O objetivo desta análise geográfica de Toledo é a colonização: posição, distribuição, forma e estrutura, dimensão, segundo a origem, função e desenvolvimento.

A evolução do moderno projeto de colonização de Toledo é examinada em sete capítulos. O primeiro, trata da população e da história da ocupação e do meio físico. O Capítulo 2 descreve os colonizadores e suas fazendas. Os Capítulos 3 a 7 analisam o papel do planejamento inicial, o tipo de estabelecimento, tamanho da fazenda, funções, e as características principais das modernas colônias pioneiras. A análise das ocupações pioneiras planejadas não somente acrescentará alguma coisa ao pouco conhecimento sobre a ocupação nas terras na América Latina, mas permitirá, também, uma análise das tendências impostas pela moderna tecnologia. Além disso, este estudo pode ser comparado com a avaliação anterior de Oberg e a área pode ser examinada em vários estágios de colonização que surgiram durante os 20 anos de existência de Toledo. Assim, como um laboratório vivo de experiências sobre a colonização pioneira é entregue para estudos.

1.3 — Crescimento populacional no Paraná

O crescimento populacional indica a importância da colonização no relativamente desabitado Estado do Paraná. Por exemplo, houve um acréscimo de 5.500.000 habitantes entre 1940 e 1970, uma taxa de crescimento populacional de 445% (Tabela 1). Os acréscimos ocorreram principalmente nas regiões agrícolas no norte e oeste do Paraná (Figura 2). A área do café, da famosa Companhia de Terras do Norte do Paraná, (*North Paraná Land Company*) foi aberta à colonização planejada na década de 30 e sua população desde então cresceu em aproximadamente 2.500.000⁷. Por comparação, a ocupação no oeste do Paraná foi, muito mais, espontânea e desorganizada e calcula-se o crescimento da população em cerca de 2.000.000 habitantes desde 1950⁸.

⁴ Ver na Bibliografia os números 3, 5, 6, 10, 11, 19, 20, 22, 23, 31.

⁵ Toledo está incluído no estudo de oito municípios confinantes, feito por Alberto Elfes (Bibliografia, 15).

⁶ Ver Oberg, Bibliografia, 24.

⁷ Nicholls, Bibliografia, 22, p. 49.

⁸ Idem, p. 53.

TABELA 1

**DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO
PARANÁ — 1940-1970**

ANOS	DESENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO
1940 (1)	1 236 276
1950 (1)	2 115 547
1960 (1)	4 227 763
1965 (2)	5 844 000
1970 (3)	6 737 000

^ Anuário Estatístico do Brasil (Bibliografia, 1). (2) Estimativa Nicholls (Bibliografia, 22), p.36. (3) Estimativa Dickenson (Bibliografia, 9), p.60.

1.4 — Migração no oeste do Paraná

A migração em larga escala para o Paraná teve início no final da década de 30, procedente das regiões cafeeiras adjacentes de São Paulo. Os proprietários paulistas de plantações, verificando a redução da fertilidade do solo, começaram a investir em empresas comerciais e industriais, de modo que trabalhadores experientes foram liberados.

Estas pessoas, luso-brasileiras, isto é, de descendência portuguesa, partiram para o Paraná e estabeleceram arrendamentos familiares em vez de plantações, primeiramente no norte do Estado. Desde 1950, um fluxo excessivo de colonizadores desta região migrou para o Mato Grosso do Sul e oeste do Paraná (Figura 2) onde fazendas e plantações familiares foram estabelecidas.

O fluxo migratório sulino composto principalmente de pessoas descendentes de alemães e italianos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul veio para o oeste do Paraná, estimulado pelas famílias numerosas e pelos solos exauridos. Muitos destes pioneiros estabeleceram-se no sudoeste do Paraná, o que causou muitos problemas com posseiros e minifundiários⁹. Por conseguinte, dois fluxos migratórios da "frente pioneira" do Paraná convergiram para o oeste deste Estado.

Em meio à migração no oeste do Paraná, a colônia de Toledo permanece única nos padrões de colonização e condições econômicas, diferentes das áreas vizinhas que também desenvolvem-se. O projeto de colonização, cuidadosamente planejado e executado em Toledo, contrasta enormemente com os projetos de outras partes do oeste do Paraná, onde a colonização foi minimamente planejada e completamente espontânea. As variações de colonização entre Toledo e outras regiões são verificadas nas paisagens. Mais obviamente em Toledo, assim como em outras regiões com colonização planejada, dominam o tipo de ocupação linear em forma de longos lotes.

⁹ O minifundiário é o responsável pelas pequenas e anti-econômicas fazendas de exploração.

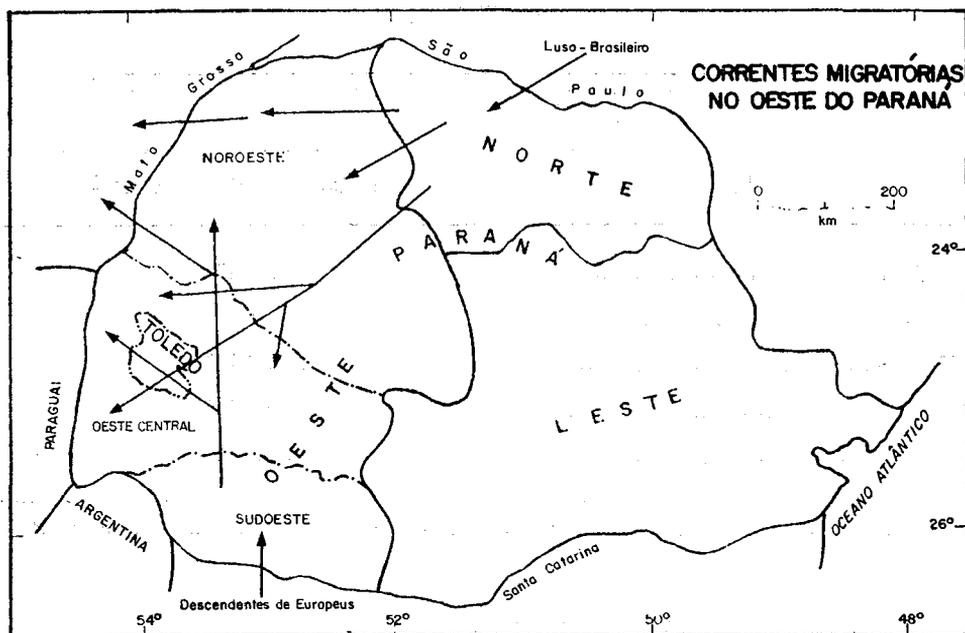


FIGURA 2

1.5 — Introdução dos longos lotes

A organização dos longos lotes como a maior forma de ocupação no Brasil contrasta com o Damero¹⁰ ou quarteirão, forma de ocupação que domina as zonas urbanas e em algumas zonas rurais da paisagem da América Latina Espanhola¹¹. O desenvolvimento colonial português no Brasil resultou em padrões de ocupação menos estruturados. Embora a conquista da terra fosse freqüentemente desorganizada, o sistema de longos lotes foi, em alguns casos, estabelecido inicialmente; é, portanto, uma tradição antiga no Brasil.

Os primeiros ocupantes adotaram esta forma de faixas que permitiu que todos tivessem acesso à água, particularmente ao longo do rio Amazonas, São Francisco, Salitre e outros rios¹². Quando os imigrantes europeus foram oficialmente convidados a se estabelecerem no sul do Brasil em 1824, o sistema de longos lotes foi introduzido pelos colonos alemães¹³. Em 1875, o mesmo sistema foi implantado no nordeste do Brasil ao longo da estrada de ferro de Belém a Bragança, no Estado do Pará¹⁴.

¹⁰ Para a discussão do longo lote no Brasil, ver Eidt, *Bibliografia*, 14, p. 163-5.

¹¹ Na geografia de ocupação a expressão "formas de colonização de longo lote" referem-se ambas as formas de ocupação total bem como as formas individuais de exploração. O mesmo é verdadeiro para a expressão "Damero" ou forma de ocupação em quadrado. Em outras palavras a extensão total das acomodações e da estrutura das moradias que aparecem na paisagem, bem como morfologia da estrutura individual, podem ambas se referir à forma de povoamento. O termo povoamento é assim empregado em vários sentidos para descrever tanto a moradia padronizada, como individual. Somente com a leitura do texto onde a expressão é usada, será apreendido exatamente o seu sentido.

¹² Ver Lynn Smith, *Bibliografia*, 17, p. 259 e *Bibliografia*, 18, p. 50.

¹³ Ver Eidt, *Bibliografia*, 14, p. 8.

¹⁴ Ver Penteado, *Bibliografia*, 25, p. 68-98.

Durante a década de 30, o sistema de longos lotes foi adotado no norte do Paraná¹⁵. Conseqüentemente, o sistema foi aceito como ideal para Toledo.

1.6 — A fundação de Toledo

A ocupação e desenvolvimento de Toledo foi iniciado pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. (*The Paraná River Colonization and Lumber Company*), de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Esta companhia privada de desenvolvimento da terra, popularmente conhecida como *MARIPÁ LAND COMPANY* (MLC), foi formada para obter benefícios através da venda de madeira e terra, bem como partilhar do subsequente desenvolvimento econômico da região. Uma extensão de 2.900 km², conhecida como Fazenda Britânia (Figura 3), foi comprada por uma companhia madeireira britânica com sede em Buenos Aires,

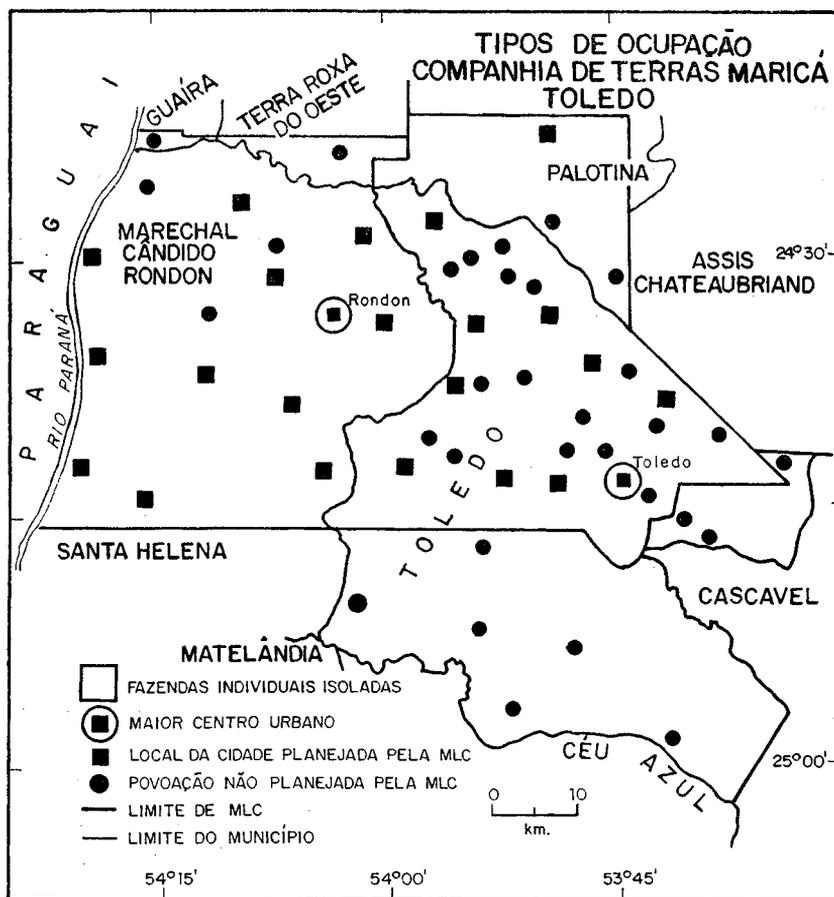


FIGURA 3

¹⁵ Ver Doizer, *Bibliografia*, 10, p. 318-33.

denominada *Maderas del Alto Paraná*. A companhia britânica estabeleceu o Porto Britania para o transporte de madeira e para embarcar erva-mate em um pequeno barco a vapor pelo rio Paraná até Buenos Aires. A legislação restringindo a propriedade estrangeira de terra no Brasil durante o início da década de 40 forçou a venda da Fazenda Britânia. Em 1946, Porto Britania estava abandonado e somente 200 pessoas permaneciam em Porto Mendes para comercializar erva-mate entre Mato Grosso e Argentina. Porto Mendes serviu como o terminal sul de uma ferrovia de 19 milhas ao longo do rio Paraná que passava por Sete Quedas e o desfiladeiro abaixo. Não existiam estradas na Fazenda Britânia, mas havia uma linha telegráfica entre Cascavel e Porto Mendes. O primeiro caminhão de carga da Maripá penetrou na área ao longo desta linha em 1946. Eram necessários nove dias de viagem para ir de Cascavel ao pequeno Arroio Toledo, perfazendo 40 quilômetros. Um acampamento de madeira e uma serraria foram estabelecidos e a atual Cidade de Toledo foi fundada neste local¹⁶. Basicamente o Município de Toledo surgiu em torno deste isocentro. As fronteiras ao norte permanecem dentro das terras de Maripá; ao sul, as antigas terras do Estado. Portanto, duas zonas agrícolas de origens diferentes, função e desenvolvimento, são envolvidas.

1.7 — Posição de Toledo

Toledo foi estabelecido no oeste do Paraná devido ao clima subtropical úmido, solo geralmente fértil, e acesso por estradas a outras bem sucedidas áreas de colonização no sul do Brasil. Outras vantagens físicas foram a topografia levemente inclinada e o sistema de drenagem bem integrado.

O clima subtropical úmido, com altas médias anuais de temperatura (23°C)¹⁷ e a precipitação abundante (11.600 mm)¹⁸, são fatores favoráveis a agricultura. As geadas anuais impedem a produção do café, e isso associado às amplas¹⁹ propriedades, influenciaram o estabelecimento de propriedades de pequeno e médio porte em Toledo. O clima é CWA de acordo com o sistema Koppen²⁰, com uma precipitação significativamente menor em julho e agosto (Tabela 2). No entanto, a chuva pode ser considerada adequada pois a estação mais seca ocorre durante os meses de menos sol quando a evaporação é menor. Este período relativamente mais seco, deve beneficiar as novas tentativas de expandir a produção de trigo, que é plantado como cultivo intermediário²¹.

¹⁶ Ver Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 19.

¹⁷ Ver Elfes, *Bibliografia*, 15, p. 10.

¹⁸ Ver Simões, *Bibliografia*, 29, p. 127.

¹⁹ Ver Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 59.

²⁰ Ver Eidt, *Bibliografia*, 13, p. 71-2.

²¹ Entrevista com o Diretor do Banco do Brasil em Toledo, Nilton A. C. Arruda, em 03-08-1970. Arruda calcula que cerca de 19.000 hectares de trigo que foi plantado em 1970-71 contra 7.000 hectares em 1969-70 nos quatro Municípios de Toledo, Palotina, Marechal Cândido Rondon e Assis Chateaubriand.

TABELA 2

**PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA TOTAL EM PORTO MENDES NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO ¹**

MESES	PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA TOTAL (mm)	MESES	PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA TOTAL (mm)
Janeiro	145	Julho	85
Fevereiro	155	Agosto	65
Março	160	Setembro.....	130
Abril.....	120	Outubro	150
Maió.....	155	Novembro.....	155
Junho	110	Dezembro	155
		Janeiro/Dezembro	1 585

(1) Simões (Bibliografia, 29), p.129.

Dados confiáveis de chuvas são precários. No entanto, os colonizadores afirmam que os “períodos de seca” ocorrem normalmente nos períodos mais úmidos e o rendimento das safras é seriamente afetado. O rigor destes “períodos de seca” seriam maiores se não houvesse fortes orvalhos que adicionam cerca de 12% à precipitação anual ²².

O intemperismo da lava básica do planalto paranaense é constituído de solo profundo, poroso e fértil, denominado terra roxa, que cobre cerca de 60% do Paraná ²³. Leves variações deste tipo de solo ocorrem em Toledo. Embora 2/3 da parte ocidental do Município tenham um subtipo de terra roxa denominado Trapp ²⁴, 1/3 da parte oriental é de certa forma arenosa ²⁵. Apesar da fertilidade relativamente alta do solo de terra roxa, quando as florestas são removidas o solo perde rapidamente sua fertilidade a menos que medidas de prevenção sejam empregadas.

Devido a rede de drenagem uniforme e da topografia levemente ondulada, as distâncias separando os ribeirões raramente ultrapassam 3 quilômetros. O relevo local geralmente não excede a 60 metros. A média do grau de inclinação é de 6%, não excedendo a 12% ²⁶, e muitos interflúvios estão em níveis muito próximos. A leve inclinação permitirá no futuro o uso da mecanização, e tornará fácil a tarefa de construção de estradas. A construção de pontes tem sido mínima, visto que os rios são relativamente estreitos. Por esta razão, o local é adequado ao sistema de longos lotes, pois este método estabelece a cada proprietário o acesso à água e à estrada, bem como, uma justa distribuição de solo e declives.

²² Ver Eidt, Bibliografia, 14, p. 12.

²³ Ver Backer, Bibliografia, 2, p. 75-8.

²⁴ Ver Eidt, Bibliografia, 14, p. 221.

²⁵ Segundo esboço de mapa preparado pelo Governo Municipal de Toledo.

²⁶ Dados compilados pelo autor de um mapa topográfico de Toledo, realizado pela Diretoria do Serviço Geográfico, Ministério da Guerra, Brasil, levantado em 1955 e editado em 1957.

2 — COLONIZADORES E SUAS FAZENDAS

O tipo de ocupação mais numerosa em Toledo é certamente a de fazendas individuais isoladas. A Maripá selecionou, primeiramente, colonizadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram da segunda, terceira ou quarta geração de descendentes de alemães e italianos. A seleção foi um elemento importante nesta colonização pioneira. Grupos menores de descendentes de japoneses e poloneses, também estabeleceram-se em Toledo. Logo após os limites da Maripá e nos municípios vizinhos há luso-brasileiros que se diferenciam grandemente dos colonos da Maripá. As diferenças e influências dos vários grupos de colonizadores refletem-se também nos tipos de colônias. Para ilustrar este ponto, várias fazendas são descritas, comparadas e contrastadas a seguir.

2.1 — Seleção dos colonos

Os descendentes de italianos e alemães, selecionados pela Maripá para colonizar Toledo, tinham tido experiência em pequenas fazendas mistas no sul do Brasil. A Maripá não desejava ter grandes fazendas de monoculturas, nem extremamente pequenas somente para subsistência, como por exemplo, minifúndios ou agricultura camponesa, ambos são sistemas agrícolas tradicionais no Brasil. Este grupo foi a escolha mais lógica para construir uma economia regional forte envolvendo a produção agrícola, serviços e indústrias. A Maripá poderia então esperar lucros a longo prazo assim como a curto prazo, com a venda das terras.

Os planejadores poderiam também ter trazido, diretamente da Europa, pioneiros com experiência em fazendas de médio porte. Os imigrantes europeus freqüentemente têm capital e conhecimento das modernas técnicas de agricultura. Mas foi considerado que a adaptação para aqueles imigrantes seria muito grande e dificilmente os europeus seriam atraídos em uma região pouco familiar, virgem e subtropical, onde o rápido crescimento era a meta principal. Por outro lado, os descendentes de europeus de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul eram pessoas experientes, que poderiam ajustar-se mais facilmente às condições do Paraná e foram prontamente atraídas para Toledo. Suas famílias tinham experiência de até 145 anos no sul do Brasil: estavam acostumadas a fazendas familiares de pequeno porte, e eram conhecidas por seu trabalho árduo e econômico, exercido na lavoura, como meio de vida ²⁷.

Não foi usada publicidade para atrair os colonos, e os aventureiros e especuladores de terra foram evitados. Mais precisamente, a Companhia recrutou os fazendeiros mais eminentes assim como pequenos comerciantes para estabelecer um núcleo estável para troca e transporte de mercadorias. Os primeiros fazendeiros limparam rapidamente a terra e iniciaram a produção agrícola. Esperava-se que os primeiros colonizadores estimulassem outros fazendeiros a fazer o mesmo. O plano da Companhia era de que os bons pioneiros recrutassem outros, seguin-

²⁷ O plano básico de colonização foi inscrito por Ondy Helio Niedarauer, Diretor Comercial, e aprovado por Willy Barth e Egon Werner Bercht, Diretores da MLC. Junho, 1955. Veja também Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 19-30.

do a teoria de que a qualidade atrai qualidade. Os colonizadores subseqüentes confiariam e respeitariam os exemplos fixados pelos pioneiros. Além disso, os erros dos primeiros estágios de colonização poderiam ser identificados e evitados pelos colonizadores seguintes, enquanto que os feitos melhores dos primeiros colonizadores seriam preservados. A técnica de formação de áreas pioneiras com o testemunho da eficiência de colonos de origem semelhante, foi altamente importante para o sucesso de Toledo. Assim, os colonos freqüentemente ajudavam-se na construção das próprias casas e aconselhavam outros pioneiros em questões de empresas cooperativistas.

O fato da Maripá ter restringido a escolha de seus colonos a grupos culturalmente homogêneos é altamente significativo. Muitos problemas podem ocorrer nos projetos de colonização que não fazem seleção de pessoas de origens culturais semelhantes. Embora as diferenças sociais possam não ser visíveis durante a limpeza inicial da terra, o progresso é muito mais rápido em zonas pioneiras onde as pessoas são culturalmente homogêneas do que em locais de grupos mistos. Isso é compreensível, pois as pessoas de mesma origem têm confiança entre si e trabalham juntas mais facilmente. Inicialmente, a cooperação informal acelera a construção de casas, estradas, escolas e hospitais, compra de equipamentos, e venda das colheitas. Posteriormente, as colônias homogêneas formam cooperativas convencionais. Em Toledo, a semelhança cultural uniu-se ao sucesso das cooperativas formadas principalmente por descendentes alemães, assunto que será discutido no Capítulo 6.

A falta de confiança mútua, como verifica-se em colônias culturalmente mistas, pode ser nociva ao desenvolvimento planejado. Eidt²⁸ sugere que 30% de associação cultural pode ser uma taxa muito alta para um crescimento eficiente, e que é mais prudente formar colônias separadas com pessoas de origem semelhante. Isto é mais importante em uma área de mata densa que demanda soluções especializadas de seus problemas. Exemplos de colônias culturalmente mistas na Venezuela mostraram que os pioneiros partem até mesmo para a violência como solução para suas diferenças²⁹.

Embora não existam estatísticas disponíveis que permitam uma análise da composição cultural de Toledo em comparação com outras áreas, alguns dados gerais indicam quais as principais diferenças. Por exemplo, as informações de campo sugerem que a composição étnica dos pioneiros de Toledo e três municípios adjacentes é de mais de 75% de alemães e italianos³⁰. Em Toledo, somente a porcentagem de descendentes de alemães e de italianos é mais alta do que nos quatro municípios combinados; 85% dos colonizadores de Toledo nasceram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como revela a pesquisa feita em 1956³¹. A pesquisa mostrou que 53% dos sobrenomes das famílias eram alemães, 20% italianos, 19,3% portugueses, 5,2% eslavos e 2,5% espanhóis³².

Pioneiros de cultura mais variada são encontrados em municípios vizinhos de Toledo (Tabela 3). São, na maioria, dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e do nordeste semi-árido do Bra-

²⁸ Ver Eidt, *Bibliografia*, 14, p. 115.

²⁹ Ver Gómez, *Bibliografia*, 16, p. 265-7.

³⁰ Ver Elfes, *Bibliografia*, 15, p. 29.

³¹ Ver Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 36.

³² *Idem*.

sil³³. Estes trabalhadores rurais, ou antigos arrendatários de fazendas, viviam na região cafeeira de São Paulo e norte do Paraná, viviam geralmente em estabelecimentos isolados, com pouco ou nenhum capital, praticando agricultura de subsistência, e adquirindo terras pela primeira vez em suas vidas. Conseqüentemente, nestes municípios a agricultura de subsistência e os minifúndios prevaleceram, a cooperação é mínima, e o padrão de vida baixo.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DOS COLONIZADORES DE TOLEDO E MUNICÍPIOS VIZINHOS, SEGUNDO A ORIGEM

ORIGEM	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONIZADORES (%)	ORIGEM	DISTRIBUIÇÃO DOS COLONIZADORES (%)
TOTAL	100,0	Nordeste.....	37,3
Sul (1)	3,6	Descendentes de japoneses	4,2
Paraná (2)	6,5	Descendentes de italianos.....	9,0
Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo	33,0	Descendentes de alemães.....	6,4

NOTA — Os Municípios vizinhos são os de Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Nova Aurora.

(1) Sem origem conhecida. (2) Exceto o Município de Toledo.

A Maripá de fato escolheu colonos de origem até certo modo diferentes, selecionando descendentes, tanto dos alemães como dos italianos. Mas estes grupos já viviam por muito anos em áreas separadas mas complementares no sul do Brasil e ocuparam as terras da Maripá em áreas relativamente separadas de acordo com sua experiência anterior. Além disso, grupos menores de japoneses (33 famílias)³⁴ e colonos poloneses formaram colônias homogêneas separadas, mas sempre em justaposição com os outros grupos. Apesar da existência de vários grupos culturais, as características de unidades individuais, geralmente permaneceram unidas; portanto a confiança e a segurança mútuas, originadas em grupos culturalmente conexos, são mantidas.

Um aspecto de semelhança cultural que estabelece confiança mútua e segurança aos colonos é a presença de parentes próximos. Em Toledo, como demonstra uma amostra casual de duas subdivisões das terras da Maripá, chamadas perímetros, aproximadamente 40% dos proprietários têm parentes vivendo nas proximidades (Tabela 4).

³³ Ver Elfes, Bibliografia, 15, p. 13-4.

³⁴ Entrevista com o fazendeiro Massagi Sato, em 4 de agosto de 1970.

TABELA 4

**DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E SOBRENOME DAS
FAMÍLIAS EM DUAS SUBDIVISÕES DAS TERRAS DO MUNICÍPIO
DE TOLEDO, SEGUNDO O GRAU DE RELACIONAMENTO**

GRAU DE RELACIONAMENTO	DADOS NUMÉRICOS		
	Total	Subdivisões das terras	
		Perímetro 1	Perímetro 30
Proprietário.....	98	63	35
Proprietários aparentados			
Números absolutos.....	38	29	9
Números relativos (%)	38,8	46,0	25,7
Sobrenome das famílias	59	31	28
Sobrenome entre proprietários aparentados	12	8	4

Poder-se-ia suspeitar que este alto grau de relacionamento entre os colonos possa ser resultado de subdivisões das propriedades devido a prática da herança. No entanto, as pesquisas de campo mostram que a subdivisão de propriedades por herança não é comum. Por exemplo, mesmo na colônia mais antiga de Toledo, perímetro 1, tais casos não ocorreram entre os 29 dos 63 proprietários que possuem parentes no perímetro³⁵. É mais comum os filhos comprarem suas próprias terras, geralmente em região diferente, e dar início a sua família e fazenda. Portanto, o alto número de parentescos em Toledo não é resultado de práticas de herança, mas da vinda de pioneiros aparentados do sul do Brasil e que desejavam estabelecer-se perto dos outros.

Apesar da homogeneidade entre os colonos de Toledo, algumas diferenças são sensíveis. A descrição de fazendas individuais mostra a variedade de colonos e ocupações. Para este propósito, dados de nove fazendas representativas foram obtidos (Tabela 5). As fazendas de número 1 a 4 pertencem a descendentes de italianos e um alemão do sul do Brasil, as fazendas de número 5 a 8 pertencem a descendentes de camponeses, e a fazenda número 9 é de propriedade de um imigrante, vindo diretamente da Alemanha, sendo esta a maior e mais progressiva em Toledo³⁶.

³⁵ A venda dos lotes de MLC começou em 1948.

³⁶ A entrevista pessoal com os colonos ocorreu entre 29 de julho a 14 de agosto de 1970.

TABELA 5

**DADOS GERAIS, POR TIPO DE FAZENDAS MODELO DO
MUNICÍPIO DE TOLEDO**

INFORMAÇÕES	DADOS GERAIS, POR TIPO DE FAZENDA								
	Individual isolada								De ocu- pação em grupo (exemplo alemão 9)
	Exemplos italianos			Exemplo alemão	Exemplos japoneses				
	1	2	3		5	6	7	8	
Famílias									
Ano de chegada.....	1 954	1 969	1 967	1 966	1 959	1 960	1 957	1 961	1 956
Número de filhos.....	13	6	—	—	4	4	13	2	2
Idade.....	56	50	32	—	31	33	62	31	—
Área, por utilização das terras (ha)									
Total.....	27,5	13,0	15,0	27,0	96,0	27,5	64,0	62,5	404,0
Mata.....	7,5	0,5	5,0	2,0	21,5	9,5	14,5	17,0	150,0
Clareira.....	12,5	9,0	8,0	10,0	38,5	29,0	29,0	17,0	—
Mecanização.....	—	—	—	—	24,0	—	14,5	13,5	—
Pasto.....	7,5	2,5	2,0	15,0	12,0	—	—	—	—
Produção agrícola (saco de 60 kg)									
Milho.....	400,0	—	8,0	12,0	12,0	4,0	pouco	5,0	20,0
Soja.....	40,0	20,0	3,0	—	2,0	7,0	7,0	5,0	20,0
Trigo.....	30,0	—	pouco	5,0	17,0	—	10,0	10,0	130,0
Arroz.....	15,0	—	—	—	7,0	5,0	6,0	1,0	—
Feijão.....	100,0	—	pouco	—	—	5,0	pouco	1,0	—
Café.....	—	pouco	—	—	—	9,0	17,0	—	—
Mandioca.....	—	—	pouco	—	—	—	—	—	—
Criação de animais (cabeças)									
Suínos.....	100	30	44	40	220	casa	casa	casa	500
Gado.....	25	4	8	28	12	—	—	—	300

2.2 — Tipo de fazenda individual isolada: exemplos italianos

João Sandri (n.º 1) veio para Toledo em 1949, viveu em outra fazenda até 1954, e então mudou-se para a propriedade atual, que está localizada no perímetro 1, a área de colonização mais antiga do Município. A fazenda com sua estrutura domiciliar triangular está localizada na nascente de um rio. O vinhedo reflete a herança italiana do sul do Brasil. A quantidade de pasto e o número de cabeças de gado estão ambos acima da média de Toledo. Dois hectares do lote original foram vendidos, pois Sandri “considerava o lote maior do que necessário” para sua família, e também porque precisava de algum dinheiro. Esta atitude com relação a lotes de 25 hectares é típica de muitos colonizadores em Toledo. Entretanto, o aparentemente baixo padrão de vida, e o fato de que as fazendas de pequeno porte limita o uso de modernas técnicas em Toledo sugere que fazendas como a de Sandri são muito pequenas ao invés de muito grandes.

A produção agrícola de Sandri é verificada na tabela 5. O gado inclui cinco bois, oito vacas leiteiras, quatro bezerros e oito cabeças de gado de corte. A maior parte do leite é consumida em casa, embora pequenas quantidades sejam vendidas em vilas a 2 quilômetros de distância. Cerca de 120 frangos são vendidos anualmente, e alguns são consumidos em casa. O milho e a soja são utilizados na alimentação de

porcos, enquanto a mandioca é dada aos porcos ou transformada em farinha para o consumo próprio. O feijão e o arroz são consumidos em sua casa.

Embora os filhos de muitas famílias em Toledo dêem grande valor à educação, os filhos de Sandri completaram somente os quatro anos necessários de escolaridade. A família é constituída de 13 filhos, quatro rapazes e nove moças, a mais velha com 30 e a mais nova com três anos. Uma família grande, mesmo em Toledo, onde a média é de seis a oito filhos.

Carlos Bassos (n.º 2) veio para Toledo em 1969. A família vive em uma casa de madeira de quatro quartos localizada perto de um rio. Das seis crianças, dois rapazes partiram para a zona pioneira do Mato Grosso para trabalhar como mecânicos. Dos 13 hectares (que é a metade do lote original da Maripá) somente 0,5 hectare continuam com mata, o resto é plantado ou usado como pasto. A produção total da fazenda reflete a ocupação recente: 30 porcos, quatro cabeças de gado, um saco de semente de trigo plantado, 20 sacos de soja produzidos, milho somente para porcos, um pouco de arroz e feijão para consumo próprio, assim como uvas e mandioca.

A ocupação da fazenda Galute (n.º 3) é singular, pois dois irmãos, Angelo e Antonio, vieram para Toledo em 1967, para se estabelecer em um lote que foi comprado dez anos antes por seu pai. José, o mais velho dos Galute, morava no Rio Grande do Sul quando comprou as terras e mudou-se para Santa Catarina, mas nunca veio ao Paraná. Embora isto não seja típico, não é incomum entre os fazendeiros alemães e italianos do sul do Brasil comprarem terras para seus filhos em diferentes partes do Brasil. A terra é disponível e relativamente barata, como tem sido o caso de Toledo até os últimos anos.

Após chegarem em Toledo, os irmãos Galute subdividiram a terra em duas fazendas separadas. O sistema de longo lote foi mantido, subdividindo o lote original longitudinalmente, e cada fazenda mantendo o acesso ao rio. Além disso, as fazendas estão somente separadas cerca de 50 metros, pois os longos lotes formam ápices que se encontram nos rios.

Em 1970, os Galute estavam em suas fazendas apenas há três anos. A casa é típica dos primeiros colonos: uma estrutura simples de madeira com dois compartimentos, com telhado pontudo, com entrada para a água. A fazenda Galute tem características que denotam avançados estágios de desenvolvimento. Por exemplo: um depósito alimentador rudimentar para ração do gado, construído nos primeiros meses da ocupação e que agora está destruído. Foi construído um telhado de madeira corrediço, unido a postes roliços. Por outro lado, foi construído, recentemente, um grande chiqueiro de madeira lisa, com telhas, e pintado. O fato do chiqueiro estar pintado, e não a casa da família, não significa que os porcos sejam "reis" em Toledo. Os campos também demonstram o estágio de desenvolvimento: 5 dos 15 hectares de terra permanecem com mata; troncos e tocos permanecem em áreas ainda por limpar e quase não há cercas. Os dados acima indicam que a fazenda Galute ainda se encontra no estágio inicial de ocupação.

2.3 — Tipo de fazenda individual isolada: exemplo alemão

Emílio Sauner (n.º 4) veio para Toledo em 1951, com seu pai, e em 1966 mudou-se para o lote atual, para começar sua própria família. Uma casa de madeira com telhado pontudo foi construída perto do rio. Somente 2 dos 27 hectares iniciais continuam com mata. Sauner chegou a ter mais de 200 porcos em um ano, embora em 1970 ele tivesse apenas 40, devido aos preços desfavoráveis. Cinco hectares produzem 600 sacas de milho. Somente um pouco de leite é produzido das 26 cabeças de gado, e é consumido em casa. Sauner comprou, “para o futuro”, na cidade, quatro lotes urbanos para seus filhos. Isto demonstra que os pais têm aspirações específicas para seus filhos e os mesmos não objetivam atividades agrícolas. Muitos fazendeiros acreditam que suas fazendas são pequenas demais para prover seus filhos.

2.4 — Tipos de fazenda individual isolada: exemplos japoneses

Os descendentes de imigrantes japoneses são encontrados em todo o Brasil, embora se localizem principalmente em São Paulo e no norte do Paraná. Existem 33 famílias japonesas em Toledo, o que constitui menos de 1% do total da população. Com exceção de um grupo de quatro famílias, cada família veio a Toledo, separadamente. Quatro fazendeiros não aparentados foram entrevistados (Tabela 5, famílias de números 5 a 8). É significativo o fato de que três deles tenham tomado a iniciativa de mecanização, assunto muito discutido em Toledo, mas que realmente poucos fazendeiros tinham iniciado.

Massagi Sato (n.º 5) é conhecido como um dos fazendeiros mais progressistas da região. Sua propriedade constitui-se de três lotes originais da Maripá, totalizando 96 hectares. A família de Sato constitui-se da esposa, quatro filhos, o avô, e dois irmãos solteiros de 22 e 24 anos que trabalham em tempo integral na fazenda e comparecem, à noite, à escola de segundo grau.

Na tentativa de aplicar os modernos métodos de agricultura, Sato limpou 24 hectares para mecanização e planeja limpar outros 60 hectares nos próximos cinco anos, para ter uma fazenda totalmente mecanizada. Atualmente ele possui um trator, uma *pick-up*, uma pequena ceifadeira e debulhadeira para trigo e soja, um arado de duplo-disco, e uma grade de 24 discos. Seus planos para o futuro são de comprar uma grade de 12 discos.

Durante os primeiros três anos de colonização, os Satos moravam em uma simples casa de madeira, com teto pontudo, localizada no centro de sua propriedade, um lugar pouco comum para a construção de um poço. A atual casa de cinco quartos também foi construída de madeira, mas é muito mais sólida. Esta, contrasta com as casas dos municípios próximos de Toledo, onde quase todas as moradias rurais são feitas de madeira; tijolos e pedras são raramente encontrados³⁷.

As construções fora de casa também indicam o progresso da atividade agrícola e uma relativa prosperidade. Há uma grande casa de má-

³⁷ Ver Elfes, *Bibliografia*, 15, p. 20.

quinas com duas garagens anexas para o *pick-up* e o trator. Os suínos são mantidos em dois modernos e grandes chiqueiros; o milho é estocado em construções. Um pomar com laranjeiras e pessegueiros também existe na colônia.

A fazenda Sato é abastecida de água por um poço. Uma bomba a gasolina conduz a água para um tanque elevado. Esta água é usada pela família e fornecida aos suínos; o gado bebe água diretamente no rio.

Visto que a fazenda não possui um gerador e serviço elétrico, Sato planeja produzir eletricidade do rio. Uma das fazendas japonesas tentou produzir energia elétrica através de um moinho de vento, porém o processo mostrou-se ineficiente e foi abandonado. Há um projeto para eletrificação rural de aproximadamente 15% das propriedades rurais no Município vizinho de Marechal Cândido Rondon, mas os planos para Toledo são para um futuro mais distante³⁸.

O chefe da família Sumizawa (n.º 6), Chodi, tem 30 anos, é casado e tem quatro filhos. Seus pais também moram na fazenda, assim como três irmãos solteiros de 21, 24 e 27 anos. Estes irmãos provavelmente deixarão a fazenda quando se casarem. Sumizawa sente que a fazenda de 27,5 hectares é muito pequena para subdivisões entre os irmãos ou para mecanização.

A família Kinzo Ishida (n.º 7) foi uma das duas primeiras famílias japonesas a se estabelecer na zona rural de Toledo, em 1957. Os 13 filhos da família têm idade que variam de 36 a 10 anos. A fazenda Ishida encontra-se em processo de completa mecanização. Em 1968, os 50 hectares iniciais foram aumentados para 64 hectares a fim de facilitar a mecanização. A fazenda tem um trator e um jipe. A casa também foi aumentada, para abrigar a grande família. Embora hoje tenham um poço, nos primeiros anos da ocupação a água era retirada do rio, perto de onde se localizava a casa.

Os japoneses de Toledo demonstraram a exequibilidade de mecanização e a importância do tamanho da fazenda. Por várias razões, a mecanização não é encarada seriamente pela maioria dos colonos da área, portanto a tendência é para as pequenas propriedades³⁹. A análise acima, de duas das três famílias japonesas, mostra a importância de se ter uma propriedade grande, maior do que os 25 hectares iniciais dos lotes da Maripá, se a mecanização for implantada.

Como se verifica acima, Sumizawa (n.º 6) considera a mecanização impossível, pois sua fazenda de 27,5 hectares é pequena demais.

Takeshi Takano (n.º 8) pensa em mecanização e sua fazenda de 62,5 hectares é suficientemente grande. Mas não se sente capaz para tal empreendimento. O pai de Takano, que morreu recentemente, fez uma compra inicial de dois lotes para seus filhos. Isto mostra a preocupação em assegurar terra suficiente para uso futuro de seus filhos e descendentes e permitir uma possível mecanização. Takano divide sua fazenda com seu irmão solteiro de 25 anos e, devido ao senso de previsão

³⁸ Idem, p. 19.

³⁹ Ver seções 3 e 4 deste trabalho.

de seu pai, poderá dividir a fazenda com o irmão quando este casar. No entanto, após a subdivisão a mecanização se tornará impraticável.

Sato (n.º 5) e Ishida (n.º 7) estão no processo de mecanização, e ambos possuem mais de 50 hectares, Sato quase 100 hectares. Ishida admite que sem uma adição de terra aos seus atuais 64,5 hectares, não terá suporte suficiente para seus filhos quando estes casarem.

Além dos vários tamanhos da fazenda, os japoneses têm uma série de tipos e tamanhos de casas que são únicos em Toledo. Por exemplo: as casas japonesas têm teto de ponta, mas com variações próprias. Uma casa mais nova tem um telhado sobreposto, ou "*koshi-oremune*". A casa mais velha tem um telhado de duas águas com uma varanda aberta. Uma casa tem um "espigão sobre espigão", ou "*futamune dzukuri*"; um telhado de quatro águas, ou "*genkan*"; ou uma choupana sobreposta com telhado de pico, ou "*sashikake yane*". Todas estas formas são bem conhecidas no moderno Japão. Além do mais, todas as casas possuem uma variedade de construções anexas, alguns construídos sobre a casa anterior e outros em estruturas separadas. No caso dos Ishida (n.º 7), a casa velha é usada como cozinha e quarto, enquanto que a nova serve de sala de estar e quartos.

A maioria das fazendas isoladas que servem como exemplo situam-se nas beiras do rio, ou de estradas ou onde os poços forem disponíveis. Em ambos os casos, as casas estão a uma média de 100 metros uma da outra, e tomam a forma linear que é característica na maioria dos municípios.

Em alguns casos onde os sítios são construídos mais próximos devido aos agrupamentos nos arredores do rio, onde há a subdivisão dos lotes, a forma de ocupação modifica e torna-se do tipo de pequenos grupos. Não há, no entanto, nenhuma função administrativa entre estas ocupações, o que as tornariam diferentes das fazendas do tipo individual isoladas.

Em qualquer caso, ocorre "autêntico" grupo de colonização.

2.5 — Tipo de fazenda de ocupação em grupo: exemplo de um imigrante alemão

Esenberg (n.º 9), o fazendeiro de maior sucesso em Toledo, é um imigrante alemão. Alguns imigrantes do Velho Mundo estabeleceram-se na região, e quando Esenberg chegou em 1956, as pessoas nascidas na Alemanha constituíam menos de 3% da população total de Toledo e todos os nascidos em outros países⁴⁰ constituíam menos de 4%. Muitos deles moravam no sul do Brasil, vindo posteriormente para Toledo.

Esenberg adquiriu inicialmente 11 lotes anexos da Maripá, totalizando 282 hectares. A propriedade foi aumentada para 404 hectares com compras adicionais de terras anexas. Isto foi possível, pois muitos fazendeiros vizinhos abandonaram o plantio de café, depois das primeiras tentativas, e assim precisavam de menos terras.

Esenberg mecanizou sua fazenda oito anos antes de todos os outros colonizadores. Seu maquinário inclui um trator, um arado de disco, uma plantadeira, e uma ceifadeira-debulhadeira importada da Tchecoslováquia.

⁴⁰ Ver Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 36.

Outro fato notável na fazenda Esenberg é que a área de floresta restante está localizada perto do rio. Esenberg construiu um poço e instalou uma bomba elétrica; portanto, o rio não é importante para a localização de sua fazenda. As construções estão localizadas no centro da propriedade para facilitar o transporte e a comunicação na fazenda. Os 112 hectares comprados, posteriormente, são separados da propriedade inicial, somente por uma estrada. Nesta terra é plantado pasto ou a floresta é conservada devido a distância da casa da fazenda, e também devido ao pequeno porte do campo para uma mecanização de larga escala, como é praticada por Esenberg.

A fazenda de Esenberg é única em Toledo. Representa somente uma fazenda como as outras, porém constitui um grupo auto-suficiente de colonização. As características mais notáveis são as casas para 15 famílias de trabalhadores, alinhadas a aproximadamente 150 metros da casa do proprietário. A cada família é dado 0,5 hectare para o plantio de culturas de subsistência e espera-se o trabalho, em troca. Anexas às casas dos trabalhadores existem as casas de máquinas, raramente vistas em Toledo; uma casa para hóspedes e uma piscina, características excepcionais nas fazendas do Município.

Também, fora do comum em Toledo, na fazenda de Esenberg, é de certa forma uma tradicional fazenda brasileira, isto é, a propriedade é grande e as famílias moram e trabalham na propriedade. No entanto, a fazenda difere da brasileira, antes de tudo por sua monumental economia diversificada. Por esta razão, Esenberg opera uma fazenda quase européia ou norte americana, com exceção do fato da família morar e trabalhar na propriedade.

A produção de gado da colheita da fazenda Esenberg é, também, atípica. O trigo para semente é a sua especialidade, o milho é produzido para alimentar de 400 a 500 porcos criados anualmente; a soja também é produzida; há também 300 cabeças de gado alimentados com o pasto e milho. Os planos de expansão incluem a duplicação da área de plantio. A maior parte da terra para isso virá das áreas ainda cobertas de mata, e não da compra de mais terras. A área ainda coberta com mata é de aproximadamente 150 hectares.

Além de dirigir sua fazenda, Esenberg é muito ativo na organização de uma cooperativa. Ele só não se tornou o líder porque sente que os outros membros venham a depender excessivamente de sua liderança e assim não adquiram confiança e independência própria. Além disso, Esenberg participa ativamente na política estadual e viaja muitíssimo, indo à Europa a cada dois anos. A nova cooperativa recebeu um empréstimo do governo na Alemanha Ocidental, graças principalmente à sua influência. Esenberg apóia as escolas locais, pois considera a educação a chave do desenvolvimento futuro. Seu exemplo será mais benéfico quando alguns fazendeiros, de grandes habilidades pessoais, se unirem em grandes grupos homogêneos na formação da colônia além fronteira.

2.6 — Conclusão

Estas observações sobre alguns fazendeiros e suas propriedades mostram que a política de seleção dos colonizadores pode afetar a evolução de certos tipos de colonização.

A política da Maripá foi de atrair pessoas de descendência alemã e italiana do sul do Brasil. Estas pessoas tinham a reputação de laboriosos e perseverantes trabalhadores, e poderiam se adaptar às difíceis condições do pioneirismo. A seleção de colonos culturalmente homogêneos, proporcionou uma atmosfera de confiança e segurança mútuas de estímulo ao rápido e harmonioso desenvolvimento de Toledo. Mais além, descendentes japoneses e imigrantes alemães tiveram permissão para se estabelecerem em Toledo, e isto permitiu a permuta de tecnologias agrícolas com os outros.

Fazendas de uma só família, cada um, proprietário individual da terra, são os tipos predominantes de colônias que têm se desenvolvido. São separadas por intervalos de 50 a 300 metros ao longo do rio ou de estradas, e com isso as construções criam um padrão linear. Mais de 90% das ocupações em Toledo são deste tipo. Ocasionalmente, pequenos grupos de colonos ou vilas de cinco a 15 fazendas também ocorrem, dispersas por toda a colônia. Estas vilas resultam da subdivisão longitudinal das propriedades normais de 25 hectares pela venda ou para localização da fazenda perto do rio para que todos tenham água disponível. Somente uma autêntica ocupação de grupo ocorre em Toledo, na qual um grande proprietário de terras, Esenberg, tem sua própria casa na fazenda junto com um grupo de colônias para trabalhadores.

As análises de campo dos núcleos coloniais, discutidas acima, revelam que seus vários estágios de desenvolvimento são visíveis em Toledo. Durante os primeiros cinco anos de ocupação, o maior tempo é gasto com a limpeza da terra, plantio de milho e mandioca, com a criação de alguns porcos, vacas e frangos. Há algumas hortas com legumes. O Estágio Inicial é também representado pelo tipo de moradia: primeiro um barracão, depois uma casa vertical de madeira natural e de telhado pontudo. Esta primeira fase de pioneirismo pode ser designada de Estágio Inicial (zero — seis meses).

Estágio Original (seis meses — três anos), tem além da casa rústica de madeira do primeiro estágio, anexos temporários, como um tosco chiqueiro, um alimentador de gado e proteção para milho. Arroz, feijão e batatas são plantadas, e uvas, se o colono é de origem italiana. Cerca de 50% da terra já foi preparada. Laranjas, pêssegos e bananas começam a nascer. Cercas de estacas são construídas.

Quando cerca de 75% da área está limpa, o Estágio Intermediário (dois — dez anos) é alcançado. Durante este ano são melhoradas as edificações na casa velha ou é construída uma nova. Um grande chiqueiro novo e bem construído, substitui o anterior. As cercas são melhoradas e freqüentemente se usa o arame farpado. As colheitas comerciais e o gado tornam-se de importância crescente, substituindo a inicial e quase agricultura de subsistência.

No Estágio Avançado (dez — vinte anos) a casa e os anexos alcançaram o nível máximo de crescimento. A área está completamente limpa, com exceção de pequenas áreas que são mantidas, como lenha, madeira e combustível. Somente alguns troncos decompostos permanecem nos campos. A fazenda Esenberg é a única que poderia ser classificada neste estágio, e mesmo assim, lá existe terra que ainda não está limpa. O movimento rápido de um estágio para outro tem sido possível, por-

que Esenberg tem o capital para o maquinário e pode contratar trabalhadores assalariados.

Quando um fazendeiro não avança de um estágio para outro nos períodos de tempo designados, pode ser considerado em Estágio de Estagnação. O processo de pioneirismo poderia ser alterado caso um novo elemento fosse introduzido, como o esgotamento do solo ou se as fazendas fossem designadas, exclusivamente, para a criação de gado. É notável que os colonos passem para estágios mais avançados mais rapidamente em Toledo, do que os colonos de outros municípios vizinhos. Uma indicação de que, em média, melhores colonos estão envolvidos. De fato, as fazendas fora de Toledo frequentemente passam pela estagnação no Estágio Inicial ou Intermediário.

Os tipos dominantes de ocupação em Toledo, ocupações em linha com fazendas individuais e ocupação de pequenos grupos, devem persistir. No entanto, as mudanças na utilização da terra estão ocorrendo, o que trará características mistas de ocupação de regiões agrícolas mais avançadas. A elevação do preço das terras induzirá os colonos menos bem sucedidos a venderem suas terras, e mudarem-se para outras zonas pioneiras. Este fenômeno resultará em um desenvolvimento futuro, quanto ao tamanho das fazendas. O tipo de ocupação em grupo, provavelmente substituirá alguns tipos individuais de ocupação, porque os trabalhadores viverão nas fazendas dos grandes proprietários.

3 — ESTRUTURA E FORMA DE OCUPAÇÃO

Estudos de ocupações pioneiras, geralmente, requerem o exame das características das aberturas de terra, planejadas e não planejadas, e seus efeitos sobre a forma e estrutura da ocupação. Neste capítulo, o termo “ocupação pioneira” se referirá genericamente ao processo completo de uma nova abertura de terra. Dois subtipos ocorrem em Toledo e na área vizinha: não planejado (espontâneo) e planejado (de colonização). Neste capítulo, será dado ênfase aos efeitos da colonização na forma de ocupação e estrutura, embora a ocupação espontânea também seja examinada, pois ela ocorre em Toledo, e é muito importante no oeste do Paraná, tanto, que a morfologia e abertura de terra nesta região podem ser dominadas por ela.

3.1 — A ocupação não planejada

Ela está dispersa nas áreas vizinhas de Toledo, no sul do Município e por quase toda América Latina. Pode-se pensar que a ocupação pioneira tem a vantagem de ser implantada mais rapidamente, e com custos mínimos. Mas esta compensação é contrabalançada pelas sérias desvantagens nas disputas de terras, nos minifúndios e na inadequada administração das terras.

Um exemplo de ocupação pioneira espontânea, ocorre numa área de 24 municípios no sudoeste do Paraná, estendendo-se desde a fronteira de Santa Catarina em direção ao norte do rio Iguazu, aproximadamente 75 quilômetros de Toledo (Figura 2). Ali, numerosas disputas de terra resultam em conflitos armados, o que levou o Governo brasileiro a criar em 1962, para estes casos, o Grupo Executivo para as Terras do Sudo-

este do Paraná (GETSOP). Foi necessário ao GETSOP estudar e mapear a área, através de cuidadosas consultas a cada fazendeiro e seus vizinhos; e desde então, aquele órgão federal, ali permanece. Assim, a legalização correta das terras foi alcançada com custos muito superiores aos necessários, se isto tivesse sido feito antes da vinda dos colonos. Além disso, as pesquisas tiveram que ser excessivamente detalhadas, devido ao padrão existente nas pequenas propriedades.

Quarenta e um por cento das propriedades no sudoeste do Paraná têm menos de 10 hectares, um alto índice de propriedades minifundiárias, o que ganha maior importância, visto que a topografia da região é montanhosa, onde se limitam a maioria das terras cultivadas. Uma outra conseqüência negativa da ocupação não planejada, é a administração inadequada das fazendas, predominante no sudoeste do Paraná, assim como em outras partes do Paraná e Brasil. Os colonos constroem cabanas baratas, para morar, e raramente fazem algum melhoramento; praticam uma cultura de subsistência pobre, e freqüentemente só aspiram o mínimo em matéria de padrão de vida. Como o solo se esgota rapidamente, mudam-se para outras regiões onde repetem o processo.

A magnitude destes problemas é aumentada pela população atual de 300.000 pessoas. Se a ocupação tivesse sido feita pelo menos após um mínimo de planejamento, muitas das disputas de terra, das fazendas minifundiárias, e da administração inadequada poderiam ter sido evitadas. Dificuldades menos óbvias, mas igualmente sérias, surgiram ao fim dos estudos, como por exemplo: repressão aos posseiros, estagnação econômica e a formação de favelas rurais.

Após a terra ser ocupada, muitas reclamações e conflitos surgem da parte dos primeiros ocupantes. A imposição de um sistema governamental de divisão de terras nas terras previamente ocupadas pode resultar em novas linhas de demarcações dividindo propriedades antigas, criando fazendas sem água exterior, caminhos e estradas através de casas e pântanos, e conflitos entre antigos colonizadores pacifistas.

O controle de posseiros pode incluir uma ação vigilante, se, as leis governamentais mostraram-se fracas e inviáveis. Infelizmente, quase todas as ações contra os posseiros são relativamente ineficientes em áreas de mata densa, devido aos altos custos e a dificuldade de acesso. A estagnação econômica ocorre, pois os posseiros geralmente tratam mau a terra e não aceitam responsabilidades legais de propriedade. Como conseqüência, eles, muito freqüentemente, não se estabelecem de forma permanente. Obviamente, a instabilidade é geral: o posseiro usa métodos agrícolas primitivos, tem dificuldade para obtenção de crédito, e induz os colonizadores de boa fé a abandonarem a região, pois há pouca esperança de progresso econômico.

Apesar do envolvimento governamental na distribuição de terras, as disputas ainda acontecem. Por exemplo, as vendas de terra reconhecidas pelo Governo anterior podem não ser sancionadas pelo regime atual. Isto tem ocorrido na fronteira sul do Município de Toledo, a cerca de 15 quilômetros das terras da Maripá, no Distrito⁴¹ de São Pedro. Lá, a terra pertencente ao Estado, que não foi desenvolvida, é vendida pelo Governo atual, na forma de pequenas fazendas familiares. Esta terra fora vendida anteriormente a um pequeno grupo de indivíduos,

⁴¹ O distrito é uma subdivisão administrativa do município, algo comparável ao "township", distrito rural nos Estados Unidos.

mas a propriedade não foi reconhecida pelo Governo atual. Para proteger sua propriedade, o grupo apelou para a força armada a fim de intimidar os pequenos fazendeiros⁴². Conflitos semelhantes a este e a outros tornam o progresso econômico impossível, enquanto não forem resolvidos.

3.2 — Ocupação planejada

Quando a ocupação pioneira é planejada, muitos dos problemas da colonização espontânea podem ser evitados, e a garantia de títulos de terra e o progresso econômico serão mais prováveis de acontecer. O básico, para a ocupação planejada, é a forma e estrutura de ocupação empregadas. As características de ocupação são influenciadas por dois sistemas de divisão de terra viáveis aos planejadores: Quadrado ou Damero, e Longos Lotes.

Acessibilidade imediata à água é crítica, em áreas onde as bombas e os moinhos de vento são impraticáveis. Em um Sistema Damero, alguns fazendeiros podem não ter acesso à água, enquanto outros podem ter mais que o necessário. Quando não há disponibilidade suficiente de água, não se pode criar animais; sem animais os arados não podem ser empregados, não há leite para as crianças, e a agricultura de subsistência com uso de enxadas não só é adotada, mas torna-se uma constante.

O Sistema Damero tende a isolar os fazendeiros — um fator negativo na moral dos colonizadores, principalmente nos estágios iniciais de pioneirismo. A experiência mostra que os colonizadores tendem a estabelecer-se ao acaso, dependendo da água, do solo, declives, e outros fatores. Assim, mesmo em uma propriedade de 25 hectares (500×500 metros), os colonos poderiam normalmente não ter contato próximo com os outros, e se encontrarem especialmente separados em áreas de mata densa. As maiores distâncias, e a resultante deficiência de comunicação retardam o desenvolvimento, pois limitam a formação e operação de programas de cooperativas, manutenção de estradas e pontes, e de combate a doenças e incêndios. Também, na tentativa de cortar despesas, freqüentemente uma rede de estradas não é construída, e com isso algumas famílias encontram-se a vários quilômetros distantes das estradas. Isto implica um longo percurso através das matas.

Outra fraqueza do Sistema Damero é a necessidade de revisão das estradas, uma vez que elas são teoricamente planejadas em linhas retas, mas atualmente, a construção é freqüentemente desviada em virtude de barreiras naturais, como as corredeiras. Isto resulta na necessidade de novas pesquisas, na elevação de custos, na demanda adicional de mão-de-obra. Em comparação, o Sistema de Longos Lotes, não limita assim, tão rigorosamente a construção de estradas, e elas podem seguir o contorno das terras.

A razão principal do sucesso do Sistema Damero é que foi empregado em áreas niveladas e sem árvores no Pampa Argentino e nas Grandes Planícies dos Estados Unidos. Os agrimensores estão mais

⁴² Entrevista com José Borges dos Reis, Vice-Prefeito de Ouro Verde, Distrito de Toledo; 8 de agosto de 1970.

acostumados ao Sistema Quadrado, e podem achá-lo mais fácil, por isso não planejam mudar. Linhas retas são menos complicadas do que ângulos variados e limites de algumas fazendas de Longos Lotes.

Reconhecidamente uma divisão de terras Damero pode ser razoavelmente praticada em terras planas, se forem construídos poços pouco profundos. Mesmo assim, numa planície relativamente uniforme, um Sistema Quadrado pode trazer maiores benefícios no uso da terra se mudado para o Sistema de Longos Lotes.

Barnes⁴³ analisa o caso com o sistema de Medida de Terras Públicas dos Estados Unidos, comparando duas áreas de 16 seções (74 fazendas) cada uma.

Cada seção tem quatro fazendas de 160 acres (65 ha). As duas áreas diferem, pois uma possui propriedades padrões de 1/4 de milha (0,65 km²), enquanto a outra possui longos lotes de 1 milha (1,65 km) de comprimento por 1/4 de milha (0,41 km) de largura. As estradas que servem os longos lotes distanciam-se uma da outra em duas seções, em vez de uma, como predomina no Sistema Quadrado. A ocupação nos longos lotes tende a ser em forma de linha, e dispersa, no Sistema Quadrado. A área de plantio é de 128 acres (52 hectares) ou 2 acres (1,2 hectare) por fazenda, e as despesas para construção e manutenção das estradas são mais baixas. Serviços adicionais, como eletricidade, requerem 23,5 milhas (39 km) de linha no Sistema Quadrado e somente 8 milhas (13 km) no de Longos Lotes. A economia pode diminuir os preços como pode voltar a encorajar a grande utilização, e comandar ainda mais a baixa dos preços.

Muito superior ao simples Sistema de ocupação Quadrado, é uma forma resultante da divisão de terras, que respeita cuidadosamente a paisagem natural de uma área. O Sistema adapta-se à topografia e hidrografia, e tem influência direta sobre os declives, viabilidade de água, tamanho e forma dos lotes, distância e alinhamento de ocupações, grau de isolamento dos colonizadores, distância dos serviços urbanos e construção e manutenção das estradas.

Longos Lotes que sobem do rio para a parte mais alta da região em alinhamento com a drenagem natural, podem dar a cada propriedade acesso imediato a ambos, rio e estradas. Mais além, um Sistema de Longos Lotes possibilita uma distribuição equivalente de vários tipos de solo e declives para cada propriedade. Estas são as razões principais para a escolha do Sistema de Longos Lotes pelos planejadores da Maripá.

O Sistema de Longos Lotes foi trazido a Toledo do sul do Brasil, e para lá foi levado pelos colonos vindos da Alemanha. Quando os primeiros agrimensores e planejadores emigraram para o sul do Brasil, imediatamente reconheceram as semelhanças das paisagens montanhosas e de florestas densas daqui com as da Europa, e reconheceram a conveniência do sistema *Waldhufen* para esta paisagem⁴⁴.

⁴³ Ver Barnes, Bibliografia, 4, p. 298-301.

⁴⁴ Ver Eldt, Bibliografia, 14, p. 122-5 e p. 128.

Eidt explica melhor o termo *Waldhufendorf*:

“o *Waldhufendorf*, resumidamente, é uma ocupação em linha planejada de florestas (*Wald*), nas quais os colonos vivem em suas próprias faixas de terra paralelas (*Hofstreifen*), estas terras estendem-se de um vale particular com direção a um interflúvio adjacente, ou vice-versa. Uma dificuldade de interpretação aparece, pois o termo *Waldhufendorf* inclui a presença de uma vila, por causa do sufixo *dorf*. Infelizmente a palavra *Dorf* pode ser usada em alemão, para descrever ocupações aglomeradas (incluindo *Waldhufendorfer*) com ou sem função central ou comércio interno, e as funções dos serviços sócio-religiosos desenvolvidas. Pode-se traduzir o termo como vila ou povoado, mas somente um trabalho de campo ou estudo de mapas revelarão o que realmente existe, se não houver disponibilidade de informações mais detalhadas”⁴⁵.

Eidt acrescenta que *Walhufendorf* é empregado em seu livro “... somente para ocupações em fazendas de longos lotes nas florestas nas quais as funções lineares de vilas foram desenvolvidas ...” para evitar ambigüidade. O termo *Waldhufenweiler* é “... usado especificamente para as ocupações em fazendas de longos lotes do estilo alemão, em florestas, onde não foram desenvolvidas funções centrais”⁴⁶.

Em Toledo, as verdadeiras *Waldhufendorfers* não foram formadas, pois áreas especiais foram destinadas para urbanização pelo sistema de construção com grelhas. Portanto, não há *Dorf* na área rural. *Waldhufenweiler* aglomerados são encontrados ocasionalmente nas nascentes dos rios, como resultado da divisão de terras em vértices para acesso à água, e não pelo desejo dos colonizadores em se aglomerarem. Conseqüentemente, a forma dominante de ocupação em Toledo é designada simplesmente como do tipo *Waldhufen*.

3.3 — Comparação dos sistemas de ocupação em quadrados e em longos lotes

Para ilustrar as diferenças entre os dois sistemas de divisão de terra, dois tipos de grades quadradas e um Sistema de Longos Lotes topograficamente orientados foram sobrepostos em uma área escolhida casualmente em Toledo, abrangendo 16 milhas quadradas. As grades do Sistema Americano de Medida de Terra Pública têm 1 milha quadrada (2,6 km²) divididas em quatro propriedades de 160 acres (65 ha). As grades, aqui, teriam 1 milha, mas seriam divididas em nove propriedades de 71 acres (29 ha), quase o mesmo tamanho dos lotes da Maripá. A tabela 6 resume as descobertas nestes três Sistemas, revelando o grau de acessibilidade à água e a extensão das estradas

A tabela 6 mostra que em 63 e 36% das propriedades do Sistema Damero há falta d'água, embora todas as propriedades no Sistema de Longos Lotes tenham água. Notou-se também, por outro lado, que propriedades do Sistema Damero sem acesso imediato à água fizeram com que os colonos ignorassem completamente estas áreas, ou estas foram ocupadas por colonos menos qualificados⁴⁷.

⁴⁵ Idem, p. 99 e 101.

⁴⁶ Idem, p. 101.

⁴⁷ Idem, p. 130.

Admite-se que os rios não sejam tão importantes hoje como no passado, devido à maior facilidade de se abrirem poços. No entanto, mesmo sendo possível a abertura de um poço, após a ocupação inicial, as construções das fazendas permanecem onde estavam. Pode-se argumentar que, embora os custos iniciais de manutenção e construção de poços com motor fossem muito altos para muitos colonos, os moinhos de vento poderiam ser usados. No entanto estes não são suficientemente confiáveis, em Toledo.

TABELA 6

COMPARAÇÃO DOS SISTEMAS DE LONGOS LOTES E QUADRADOS EM ÁREA ALEATÓRIA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESPECIFICAÇÃO	COMPARAÇÃO DOS SISTEMAS		
	Medida norte-americana	Quadrado esquemático (1)	Longos lotes MLC
Área			
Em km ²	41	41	41
Em ml ²	16	16	16
Tamanho médio de propriedade			
Em ha.....	66	29	31
Em acres.....	160	71	75
Propriedades sem água			
Números absolutos.....	40	52	0
Números relativos.....	63	36	0
Estradas			
Em km.....	53	53	40
Em milhas.....	32	32	24

(1) Dezesseis (16) propriedades poderiam ficar sem acesso direto às estradas (as propriedades centrais de cada nove lotes quadrados), o que causaria a necessidade de longas jornadas através das propriedades dos vizinhos.

Para que todas as propriedades tenham acesso às estradas, e portanto a um mercado, menos estradas são necessárias nos Sistemas de Longos Lotes, do que nos Sistemas Damero. Por exemplo, existem aproximadamente 24 milhas (40 km) de estradas entre os Longos Lotes da área amostral, e são necessários 53 quilômetros nos Sistemas Quadrados. Dois métodos são possíveis para situar as estradas para dar acesso a todas as propriedades. Aproximadamente 12 milhas (20 km) de estradas quando localizadas na linha divisória de águas. Quando as estradas estão perto dos rios, um máximo de 25 milhas (41 km) são necessários. O melhor para a área seria a adaptação à topografia local, e drenagem, alinhando-as mais perto dos rios, quando esses não forem muito distantes entre si, e ao longo das divisões, quando os rios são muito próximos. Para isso, seriam necessárias de 15 (25 km) a 20 milhas (33 km) de estradas nesta área de 16 milhas quadradas (41 km²). Além disso, seriam necessárias cerca de dez pontes se as

estradas fossem construídas ao longo de seções de linhas retas. Somente de três a seis pontes seriam necessárias nos Longos Lotes.

As instalações das fazendas em Toledo, geralmente distanciam-se de 50 a 300 metros. Um lote de 25 hectares tem geralmente 250×1.000 metros. No entanto, as dimensões variam, especialmente quando os lotes são subdivididos. Por outro lado, a distância média entre as instalações das fazendas no Sistema Dameró é de aproximadamente 450 metros em fazendas de 25 hectares — distância enorme para superar o isolamento. Além do mais, as ocupações são mais distanciadas devido à extensão das estradas e, também, porque as instalações das fazendas, freqüentemente, não se localizam nos lados opostos de uma estrada. Quando estradas são construídas ao longo de cada linha da seção de um Sistema Quadrado, todos os colonos têm acesso direto às estradas, mas isto não acontece com freqüência, e assim, alguns colonos ficam completamente isolados, e extensas estradas são necessárias. Inversamente, as propriedades em Sistemas de Longos Lotes quase sempre têm acesso direto à estrada.

3.4 — O caso de Toledo

O aparente sucesso de Toledo, uma colônia jovem, pode ser atribuído, em parte, à excelente escolha da forma de ocupação e estrutura, ao bom mapeamento, e à segurança de propriedade dos títulos. Nos primeiros estágios de abertura de terras, a Maripá contratou todas as fases de agrimensura, mapeamento e intitulação. Entretanto, isso tornou-se insatisfatório e a Maripá organizou seu próprio serviço de cartografia e concessões de títulos, contratando somente os serviços de agrimensura.

Os projetistas da Maripá, empregando o método de agrimensura planimétrica, usaram pontos de referência estabelecidos astronômicamente, e limites muito superiores aos pontos indefinidos, como as pedras e árvores, que podem ser alterados, removidos ou destruídos, ou rios como é feito pelos posseiros. A Maripá não foi ao extremo de usar um Sistema de medida Dameró, astronômicamente baseado em meridianos paralelos leste-oeste, e meridianos norte-sul. Tal Sistema é desnecessariamente rígido em seu uso de quadrados uniformes. Um sistema mais satisfatório emprega linhas de base estabelecidas astronômicamente (transversais), mas permitindo o ajuste das linhas de propriedade às barreiras do meio natural.

Em Toledo, os rios são as únicas características naturais utilizadas diretamente como limites. Linhas retas, fixadas astronômicamente, correm diretamente para a linha divisória de águas. Em Toledo, isto é fácil, pois a linha divisória de águas está localizada em terras relativamente planas. As duas linhas demarcatórias que estendem-se da linha divisória de águas aos rios, também são linhas retas. Isto resulta em propriedades de quatro lados, com três lados retos e o quarto limitado pelo rio. Portanto, a medida para os Sistemas de Longos Lotes pode ser tão correta e permanente quanto no Sistema de Quadrados, apesar do uso de algumas características naturais como pontos de referência e limites.

Um mapeamento excelente completou o trabalho em Toledo⁴⁸. Felizmente, os freqüentes problemas de mensuração, mapeamento e títulos de propriedades não ocorreram em Toledo, pois a abertura sistemática das terras foi completada antes da ocupação. A Maripá também forneceu instalações para novos negócios enquanto os prédios não estivessem prontos. Tudo isso colaborou para estabilizar e facilitar, desde o início, os primeiros estágios de pioneirismo, geralmente cheios de dificuldades.

As disputas de terras têm sido evitadas em Toledo, por várias razões. Primeiro, a área da Fazenda Britânia era de propriedade de um único grupo. Segundo, a região era totalmente desocupada com exceção de alguns quilômetros ao longo do rio Paraná, que incluíam esparsos estabelecimentos associados, que produziram erva-mate e extraíam madeira. Quando a Maripá construiu uma trilha e posteriormente uma estrada para Toledo, foram tomadas medidas para evitar a entrada de posseiros.

Apesar das vantagens da forma de propriedade em Longos Lotes, há necessidade de incluir áreas especiais para o desenvolvimento urbano futuro, empregando uma forma diferente de ocupação. Se as áreas urbanas não são planejadas, os padrões de ocupação urbana na forma de vilas lineares tendem a desenvolver-se ao longo das estradas. As vilas lineares não são satisfatórias, pois os negócios são freqüentemente repetidos em intervalos, ao longo das estradas. Conseqüentemente, os negócios permanecem pequenos, e a qualidade da mercadoria e dos serviços fica limitada. A substituição posterior das ineficientes ruas lineares de comércio, com um distrito comercial centralizado, é virtualmente impossível, pois os comerciantes resistem às mudanças necessárias, e os fazendeiros demandam preços maiores por suas terras⁴⁹.

Como se pode ver, em Toledo, prefere-se uma forma rural com uma vila central do que as tradicionais vilas lineares, o que resulta em um distrito comercial compacto. A centralização dos negócios reduz o dispêndio de tempo e energia para as compras. Além disso, as lojas são maiores, pois não são repetidas como acontece nas vilas lineares, e pode-se fornecer mercadorias e serviços de qualidade superior com custos menores.

Os dois principais centros urbanos planejados pela Maripá foram Toledo e Marechal Cândido Rondon. Pequenas vilas também foram criadas; nota-se, portanto, que com os tipos rurais de estabelecimento, um complexo padrão de ocupação regional é revelado. Nos quadros padronizados de ocupação em grupo de 1 hectare cada, 100 × 100 metros, são divididas em dez lotes residenciais. As cidades, vilas e povoados bem planejadas têm ruas largas, em padrões Damero e grandes e espaçosos lotes residenciais. Isto contrasta com as ruas estreitas e des-simétricas, e os pequenos lotes, nas tradicionais ocupações do grupo luso-brasileiro.

Um problema na Cidade de Toledo é que muitas quadras têm somente umas poucas casas. Isto ocorre pois muitos lotes urbanos não ocupados são mantidos como investimentos de especulação. Para re-

⁴⁸ Os mapas estão disponíveis no Escritório Técnico da Maripá, com o Cartógrafo Antonio Dewes, antigo empregado da MLC.

⁴⁹ Ver Eidt, Bibliografia, 14, p. 119 e p. 132.

mediar tal situação, o governo municipal planeja impor impostos discriminatórios.

Outro passo importante no planejamento urbano foi circundar cada cidade com lotes quadrados de 2,5 hectares cada. Estas propriedades, chamadas chácaras, são ocupadas por pessoas em funções não agrícolas que praticam a lavoura durante parte do tempo. As chácaras podem ser subdivididas em lotes urbanos com a expansão das vilas, um dispositivo importante que permite o desejável crescimento urbano. Deste modo, a necessidade de comprar terras agrícolas desenvolvidas e de altos custos para a expansão futura foi reduzida.

O exterior das casas urbanas, geralmente têm telhados pontudos de madeira e laterais de tábuas e estuque. O interior consiste de assoalhos de tábuas de pinho estreitas, embora as paredes e tetos sejam de tábuas sulcadas. As melhores casas têm uma pia de cozinha, toalete com descarga e esgoto que correm para um tanque séptico. Frequentemente, uma casinha cobre a bomba elétrica que leva a água para um tanque fora da casa ou no sótão. O pátio de trás pode ter pilhas de madeira, um barracão para armazenagem, e ocasionalmente um galinheiro. Muitas casas têm jardim com flores e hortas, e algumas árvores frutíferas de pêssigo, ameixa e mamão. As varandas são comuns, e são cercadas com arame, estacas ou concreto. Os colonos alemães preferem lotes planos, enquanto os italianos, frequentemente, se estabelecem em locais montanhosos, talvez por ser mais fácil a construção de pequenos porões. Os habitantes urbanos mais pobres e proprietários de chácaras têm geralmente casas de tábuas verticais com tiras estreitas de madeira para cobrir frestas; madeiras substituem as telhas; a água é tirada com balde de poços descobertos⁵⁰.

Toledo é o centro educacional do oeste do Paraná. Há mais de 7.000 estudantes de todas as idades no Município. Quatro escolas de 2.º grau têm um total de 39 professores e 453 alunos⁵¹. Pretende-se a construção no início da década de 70 de uma universidade estadual, eliminando a necessidade de se viajar 600 quilômetros para a universidade de Curitiba⁵².

Uma estação rodoviária ativa, um grande número de táxis, muitos caminhões de todos os tamanhos, e um total de 1.285 veículos registrados indicam como a atividade pioneira da comunidade de Toledo se desenvolve. A construção de ruas e estradas é realizada sete dias por semana e frequentemente até altas horas da noite. Os adolescentes vão à escola após um dia inteiro de trabalho. Muitas atividades, anteriormente associadas com a chegada dos pioneiros, são hoje substituídas por atividades relacionadas à economia urbana em expansão.

As pequenas vilas funcionam como centros locais de serviço, com uma população indo de algumas dezenas de famílias a várias centenas, mas não ultrapassando 1.000. A maioria tornou-se estagnada, pois os veículos motorizados tornaram-se mais importantes e os colonos podem fazer viagens mais facilmente para as Cidades de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

⁵⁰ Ver Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 32.

⁵¹ Quadro estatístico do Município de Toledo, organizado pela União Toledense dos Estudantes Secundários em dezembro de 1968.

⁵² Entrevista com Dr. Wilson, Vice-Prefeito, 5 de agosto de 1970.

A Cidade de Marechal Cândido Rondon é também uma ativa comunidade pioneira. Sua população é de 10.000 habitantes, menos da metade da população de Toledo. Os descendentes alemães formam a maioria, e como em Toledo, os suínos e o milho lideram a produção agrícola.

De fato, a Maripá possui um novo estabelecimento de embalagem de carne com 50 empregados, em Marechal Cândido Rondon, que em 1970 abateu 100 suínos por dia. Planeja-se expandir as operações para 300 suínos, diariamente⁵³. Embora Toledo tenha a vantagem de ser o centro de operações da Maripá, Marechal Cândido Rondon compete pela liderança regional do centro-oeste do Paraná e mesmo oeste do Paraná.

Um resumo dos tipos de ocupação nas terras da Maripá é visto na tabela 7 e figura 3. Os tipos mistos de ocupação, combinados com o sistema de estradas bem integradas da área são distribuídos para dar a cada fazenda acesso às vilas locais e aos dois grandes centros urbanos.

TABELA 7

TIPOS DE OCUPAÇÕES
OCUPAÇÕES, FAMÍLIAS E POPULAÇÃO, POR TIPOS DE OCUPAÇÕES
DA CIA. DE TERRAS MARIPÁ

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS, POR TIPOS DE OCUPAÇÕES			
	Isolados individuais	Povoação	Vilas e pequenas cidades	Cidades
Ocupações.....	18 000	30	15	2
Famílias.....	18 000	300	900	6 000
População.....	110 000	2 000	4 500	33 500

NOTAS — 1. A área da Cia. de Terras Maripá (MLC) inclui todo o Município de Marechal Cândido Rondon, aproximadamente a metade de Toledo e uma pequena parte de Terra Roxa do Oeste e Palotina.

2. Estimativas baseadas em dados de Elfes (Bibliografia, 15), p.16 e no Mapa do Município de Toledo, Sistema Viário, 1970.

3. Os tipos de ocupações estão de acordo com a classificação de Eidt (Bibliografia, 12), p.132, onde a função central e não o tamanho é o principal critério. Assim, as pequenas cidades e vilas são localidades centrais, enquanto as aldeias não são.

3.5 — Conclusão

Existe ainda, muito a se aprender sobre a América Latina através do estudo dos padrões regionais de ocupação altamente mistos. Isto é especialmente verdadeiro nos sistemas de colonização implantados antes do desenvolvimento dos tipos de serviços lineares, que tendem a obscurecer os padrões originais, mas são fortemente influenciados por eles. Hoje algumas formas de ocupação, podem estar antiquadas, embora outras nunca tivessem sido as melhores. Por exemplo, pode-se argu-

⁵³ Entrevista com Angelo C. Costamilan, Diretor da MLC, em 3 de agosto de 1970.

mentar que a forma quadrada tão comum nos Estados Unidos da América (EUA) não se aplica à situação da América Latina. No entanto, alguns países latino-americanos, Argentina por exemplo, seguiram o sistema dos EUA. Por esta razão, quando as nações em desenvolvimento são confrontadas com a abertura de novas terras para o desenvolvimento agrícola, é necessário que os planejadores considerem cuidadosamente as formas de ocupação anteriores, que podem estar ultrapassadas ou que eram incorretas mesmo na época de implementação. Tais análises são especialmente importantes em vista do grande uso de tecnologia agrícola nos dias de hoje, mesmo em uma área pequena como é o caso de Toledo. Acrescente a isto, a possibilidade de uma rápida modernização da agricultura, e vê-se que a previsão e a escolha de ocupação são de suprema importância.

4 — DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES EM TOLEDO: I

A intenção inicial dos criadores da Maripá foi estabelecer propriedades de terra, pela divisão da área total, em lotes de 25 hectares. Cada lote pertenceria e seria operado por uma única família. No entanto, com o desenvolvimento da área, vendas particulares fizeram que as propriedades tivessem as dimensões muito alteradas, tornando os lotes menores ou maiores de 25 hectares. De fato, com o passar dos anos, mais de 65% das propriedades diminuíram em tamanho⁵⁴. Esta tendência, em direção ao sistema de minifúndio, é examinada com detalhes, abaixo.

4.1 — Coleta de dados

Os dados para análise da dimensão das propriedades foram obtidos dos registros iniciais⁵⁵ de vendas de terra da Maripá, e dos registros oficiais do Município⁵⁶. Os funcionários locais informaram que são comuns as transações ilegais de propriedades de terras, nas proximidades das terras da Maripá, e por isso os registros podem estar incorretos. No entanto, durante os estudos de campo tais casos não foram encontrados nas terras da Maripá.

Embora os registros da Maripá e do Município não revelem erros, eles indicam somente as propriedades iniciais e atuais. Os registros de escrituras foram examinados na tentativa de encontrar proprietários intermediários. No entanto, estes registros são incompletos, e os funcionários locais estimam que somente 40% das transações de propriedades peggam pelo cartório⁵⁷. Uma amostra de registros de 67 lotes dos Registros de Escrituras revela que apenas 30 lotes (45%) são registrados, e cinco destes foram feitos pelo proprietário inicial. Somente

⁵⁴ Ver tabela 8: as Classes II e III incluem 69,8% das propriedades modelos.

⁵⁵ Esses registros foram fornecidos por Angelo C. Costamilan, Diretor da MLC, 3 de agosto de 1970.

⁵⁶ Os registros da posse das propriedades foram obtidos da Prefeitura Municipal de Toledo (Egon Pudell, Prefeito).

⁵⁷ Entrevista com Norci dos Santos, assistente do Diretor do Registro de Imóveis, Dr. Haroldo L. Hamilton, Toledo, 5 de agosto de 1970.

parte dos sete lotes originais da Mariná estão registrados. Os fatores que explicam o baixo índice de registros oficiais são: 1 — o costume de transferência verbal de propriedades; 2 — a recente reforma agrária que estipula a dimensão mínima legal das fazendas em 25 hectares, estimulando desta forma algumas pessoas a comprar e vender terras verbalmente a fim de burlar a lei; e 3 — os proprietários podem deixar de fazer o registro, por causa das excelentes peculiaridades de seus títulos.

4.2 — Amostragem

Oito subdivisões de ocupações dentro da colônia foram aleatoriamente escolhidas, para a análise. As subdivisões, ou perímetros, como são chamados pela Maripá, variam de 825 a 4.150 hectares. Inicialmente havia 756 lotes, formados dentro destes perímetros. As subsequentes vendas particulares resultaram num total atual de 1.099 propriedades, e um decréscimo na dimensão média das propriedades de 25 para 17,2 hectares.

4.3 — A classificação

Embora a média atual dos lotes seja de 17,2 hectares, nas análises de campo não foram encontrados, com frequência, lotes destas dimensões. Infelizmente, as estatísticas oficiais que permitiriam um mapeamento das dimensões exatas dos lotes não são disponíveis. No entanto, os exemplos estudados indicam que as dimensões das propriedades podem ter a seguinte classificação geral:

CLASSE	CATEGORIA	DIMENSÃO (ha) *
I	Lote original intacto	25
II	Lote original subdividido uma vez	12,5
III	Lote original subdividido mais de uma vez	8,3
IV	Propriedade de mais de um lote original	25 vezes o número de lotes originais.

* Estes dados podem ser imprecisos para os casos específicos dos lotes de Classe II ou III.

Os lotes da Classe I constituem somente 1/3 do número total e cobrem menos da metade da área total. Os proprietários da Classe IV possuem uma média de 2,7 lotes originais e suas propriedades têm em média 73,7 hectares.

4.4 — Tendências dos padrões de propriedade

As tendências das propriedades e da dimensão das mesmas podem ser discernidas, comparando as posses de propriedades originais e atuais, bem como comparando as áreas que foram colonizadas em períodos de diferente duração de tempo.

O Perímetro 1 é usado para comprar as primeiras iniciais e atuais propriedades uma vez que ele está ligado à área de colonização mais antiga (1948). As Classes dos lotes no Perímetro 1 são descritas na tabela 8, que mostram uma notável elevação de lotes de Classes I, II e III. O número de propriedades aumentou de 16 para 23, uma elevação de 293,8%. Por outro lado, no Perímetro 30, uma área de colonização recente (1965), a Classe I permanece quase a mesma, mas as Classes II e III elevaram-se e a Classe IV diminuiu (Tabela 9). Sem dúvida, a Classe I teria mostrado uma tendência semelhante em ambos os Perímetros, exceto no Perímetro 1 onde havia um número maior de compras iniciais múltiplas, que foram rapidamente vendidas como lotes simples de 25 hectares o lote. O número de propriedades no Perímetro 30 elevou-se em somente sete (28 para 35), uma elevação de 25%. Por esta razão parece haver uma relação direta entre a subdivisão dos lotes e a época das ocupações nestas áreas.

TABELA 8

COMPARAÇÃO DAS PROPRIEDADES INICIAIS EM RELAÇÃO AS PROPRIEDADES ATUAIS, NO PERÍMETRO 1, POR CATEGORIA DO LOTE ORIGINAL

ESPECIFICAÇÃO	COMPARAÇÃO DAS PROPRIEDADES				
	Total	Categoria do lote original			
		Classe I intacto	Classe II subdividido uma vez	Classe III subdividido mais de uma vez	Classe IV propriedade de mais de um lote
Propriedades iniciais					
Número.....	16	4	2	—	10
Área (ha).....	975	100	25	—	850
Propriedades atuais					
Número.....	63	17	34	11	1
Área (ha).....	975	425	425	75	50
Variação das propriedades					
Absoluta.....	47	13	32	11	—9
Relativa (%).....	293,8	325,0	1 600,0	—	—90,0

Na ausência de outros dados, pode-se chegar a um padrão de propriedade intermediário, fazendo-se a média dos Perímetros 1 e 30. Tal média, isto é, para aproximadamente 15 anos de idade vê-se que o

número de propriedades foi elevado de 44 para 98, uma elevação de 54 (122,7%).

Uma análise cuidadosa das propriedades originais do Perímetro 1, revela que as propriedades da Classe IV eram três vezes maiores, em média, que as de Classe I: 75 e 25 hectares, respectivamente. Hoje, propriedades relativamente menores são encontradas nestes lotes anteriores de Classe IV. Quarenta e nove propriedades restaram de dez propriedades originais de Classe IV e têm uma média somente de 15 hectares. Por outro lado, as oito propriedades originais de Classe I se constituem, agora, em 11 propriedades, com uma média aproximada de 18 hectares cada.

TABELA 9

COMPARAÇÃO DAS PROPRIEDADES INICIAIS EM RELAÇÃO ÀS PROPRIEDADES ATUAIS, NO PERÍMETRO 30, POR CATEGORIA DO LOTE ORIGINAL

ESPECIFICAÇÃO	COMPARAÇÃO DAS PROPRIEDADES				
	Total	Categoria do lote original			
		Classe I intacto	Classe II subdividido uma vez	Classe III subdividido mais de uma vez	Classe IV propriedade de mais de um lote
Propriedades iniciais					
Número.....	28	19	4	—	5
Área (ha).....	825	475	50	—	300
Propriedades atuais					
Número.....	35	19	8	4	4
Área (ha).....	825	475	100	25	225
Variação das propriedades					
Absoluta.....	7	0	4	4	-1
Relativa (%).....	25,0	—	100,0	—	-25,0

O fato de a maioria das propriedades iniciais de Classe IV serem subdivididas em propriedades menores, sugere que: 1 — as propriedades maiores são compradas por investidores mais ricos que planejam vender a propriedade total em unidades subdivididas; ou 2 — os proprietários originais pretendiam, ou decidiram mais tarde, cultivar somente parte da propriedade, e vender o restante. De qualquer maneira, as grandes propriedades são geralmente pouco habitadas; são subdivididas e de diferentes donos. Inversamente, os lotes iniciais de 25 hectares tendem a permanecer intactos e a posse, geralmente, permanece a mesma. Não há evidências da compra de terras, por fazendeiros ricos, para formar grandes propriedades. No entanto, isto pode ocorrer no futuro, quando a colonização estiver mais organizada.

4.5 — Estágios de ocupação

Desde que começaram, gradualmente, a ocorrer as subdivisões de propriedades, ao longo de um período de 20 anos, vários estágios de colonização pioneira podem ser analisados, na área de Toledo. Como ficou demonstrado acima, diferentes estágios podem ser identificados de acordo com o grau de subdivisões. As subdivisões incipientes indicam um pioneirismo mais recente, relativamente moderadas que revelam estágios intermediários de ocupação; e quando o processo de subdivisão se nivelar ou declinar “a subdivisão máxima” é alcançada com referência ao estágio de pioneirismo e estabilização da posse da propriedade.

Infelizmente, só são disponíveis os dados iniciais de compra de propriedades para os Perímetros 1 e 30. No entanto, a Maripá numerou cada Perímetro sucessivamente, quando foram abertos para a colonização; portanto, o tempo relativo de ocupação é mostrado na lista numérica de Perímetros, dos mais antigos aos mais recentes (Tabela 10).

TABELA 10

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES, POR SUBDIVISÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES								
	Total	Subdivisão das terras							
		Grupo A					Grupo B		
		Perímetro 1	Perímetro 4	Perímetro 8	Perímetro 15	Perímetro 29	Perímetro 30	Perímetro 44	Perímetro 47
Propriedade original — MLC.....	756	39	89	124	166	116	33	54	135
Propriedade atual.....	1 099	63	152	217	241	199	35	45	147
Tamanho médio atual (ha).....	17,2	16,3	14,7	14,8	17,2	14,6	24,3	30,0	23,0
Classe I — Lote original intacto									
Absoluto.....	354	17	37	59	85	57	19	25	55
Relativo (%).....	32,2	27,0	24,3	27,2	35,3	28,6	54,3	55,6	37,4
Classe II — Lote original subdividido uma vez									
Absoluto.....	414	34	62	76	104	72	8	16	42
Relativo (%).....	37,7	54,0	40,8	35,0	43,2	36,2	22,9	35,6	28,6
Classe III — Lote original subdividido mais de uma vez									
Absoluto.....	294	11	50	81	45	68	4	—	35
Relativo (%).....	26,7	17,4	32,9	37,3	18,7	34,2	11,4	—	23,9
Classe IV — Propriedade de mais de um lote original									
Absoluto.....	37	1	3	1	7	2	4	4	15
Relativo (%).....	3,4	1,6	2,0	0,5	2,8	1,0	11,4	8,8	10,2

Dois grupos definidos surgem de uma listagem cronológica dos Perímetros, como revelado pelo grau de subdivisão (Tabela 10). Os dois grupos são compostos dos Perímetros 1, 4, 8, 15 e 29, aqui chamado Grupo A e Perímetros 30, 44, 47, aqui chamado Grupo B. O Perímetro 1 do Grupo A, que possui os dados iniciais de compra, mostra que

somente dois dos 39 lotes foram vendidos pela Maripá, em 1948-49. Trinta e dois lotes foram vendidos entre 1956 e 1960 no Perímetro 30 do Grupo B. A tabela 11 mostra a percentagem de área e propriedades para os Grupos A e B, respectivamente.

TABELA 11

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA ÁREA E DA PROPRIEDADE,
SEGUNDO AS CLASSES DE PROPRIEDADE NO
MUNICÍPIO DE TOLEDO**

CLASSES DE PROPRIEDADE	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL			
	Da área		Da propriedade	
	Grupo A (1)	Grupo B (2)	Grupo A (1)	Grupo B (2)
Classe I — Lote original intacto.....	49,9	47,2	29,1	4,3
Classe II — Lote original subdividido uma vez.....	33,6	15,2	39,8	29,8
Classe III — Lote original subdividido mais de uma vez.....	14,1	3,5	29,3	17,1
Classe IV — Propriedade de mais de um lote original.....	4,4	34,1	1,8	10,1

(1) Perímetros 1, 4, 8, 15 e 29. (2) Perímetros 30, 44 e 47.

O resumo dos padrões de propriedades dos Grupos A e B na tabela é o seguinte:

1 — O Grupo A, embora tenha 14% menos propriedades, mostra que a percentagem de área na Classe I é quase idêntica.

2 — Quando as Classes II e III são combinadas, o Grupo A mostra ter 23% mais propriedades e 30% mais área.

3 — O Grupo B tem quase 30% mais área e quase 10% mais propriedades para as da Classe IV.

Portanto, através do tempo pode se conjecturar que a área na Classe I mude levemente, embora a percentagem de suas propriedades totais diminua. As Classes II e III elevam-se em número e percentagem, enquanto as propriedades da Classe IV aumentam. Finalmente, o número total de propriedades aumenta, devido as subdivisões, embora a dimensão média das propriedades diminua.

Cuidadosos estudos de campo, revelam que a “subdivisão máxima” aconteceu em todos os Perímetros do Grupo A. Não se sabe se todas alcançaram a “subdivisão máxima” ao mesmo tempo, mas, logicamente,

os Perímetros de menores números, devem ser os de colonização mais antiga, visto que a Maripá numerou consecutivamente os Perímetros, seguindo a ordem de abertura para a colonização. A ocupação é mais recente no Grupo B e a “subdivisão máxima” ainda não ocorreu, ou provavelmente a nova lei agrária brasileira, que estipula minifúndios mínimos de 25 hectares (este tema será discutido no Capítulo 5) evite mais subdivisões.

As amostragens de Toledo não revelam os estágios de ocupação intermediária entre os Grupos A e B. Tais estágios podem ser determinados pela média dos dois grupos, mas, os estudos dos registros da Maripá e do Governo Municipal mostram que estes não ocorrem em Toledo. Ao contrário, as pesquisas de campo evidenciam que os estágios intermediários ocorrem no Município vizinho de Marechal Cândido Rondon.

4.6 — Conclusão

Os padrões de posse da propriedade em Toledo sugerem que a abertura de terras ocorreu relativamente rápida, um fator importante no desenvolvimento de regiões pioneiras. Quando os “estágios pioneiros de colonização” são abreviados, o sucesso é bem mais viável, pois, uma economia agrícola-comercial exequível tem maiores chances de desenvolvimento. De outro lado, o desenvolvimento não tem sido tão rápido em Toledo a ponto de elementos negativos influenciarem. A rápida abertura de terras pode ser acompanhada por um planejamento insuficiente ou falta de planejamento, mas este não é o caso de Toledo.

Onde há um pioneirismo prolongado, (como mencionamos no Capítulo 3), aumenta a probabilidade de uma agricultura de subsistência. Logo após ter sido estabelecido alguns dos primeiros Perímetros em Toledo eles avançaram rapidamente, além dos “estágios pioneiros”. Portanto, um claro exemplo foi estabelecido, seguido então pelos Perímetros subsequentes. Os segundos, tiveram oportunidade de aprender com os erros anteriores. Conseqüentemente, a velocidade de abertura de terras em Toledo pode ser considerada ótima, considerando o relativo sucesso deste projeto de colonização.

Os processos de pioneirismo podem ser vistos como ocorrência de “continuidade de maturação”. O grau de sucesso dos primeiros estágios afeta enormemente o “nível máximo de maturação da economia”. Por exemplo, se a colonização pioneira é muito prolongada, a maturidade máxima pode ser muito lenta. A velocidade preferível é aquela que promove mais rapidamente uma máxima maturidade econômica. O caso de Toledo mostra que a taxa ideal de progresso deve manter os objetivos iniciais de colonização. Como afirma Eidt⁵⁸ “... quando um sistema de uso da terra é estabelecido ... todo o desenvolvimento subsequente é influenciado por linhas semelhantes, desde que as tendências de expansão ajustem-se ao modelo original”. Quando se nota que o progresso e desenvolvimento rápido não estão ocorrendo, medidas de correção devem ser tomadas para estimulá-los.

⁵⁸ Ver Eidt, Bibliografia, 14, p. 206.

5 — DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES EM TOLEDO: II

A dimensão das fazendas, como sua morfologia são elementos básicos para análise da colonização. Desde que as dimensões das fazendas começaram a se modificar notavelmente em Toledo, pode-se fazer um estudo mais profundo deste importante elemento. Normalmente, a dimensão das fazendas depende de dois fatores básicos: as alternativas de trabalho, capital e terra, e os objetivos de desenvolvimento agrícola de uma dada região. Este capítulo tenta analisar estes fatores de uma forma que possa sugerir uma dimensão adequada para as propriedades em Toledo.

5.1 — Alternativas

Um fator que afeta a dimensão das fazendas é a escolha de alternativas na aplicação de trabalho e capital à terra. Em alguns lugares, a dimensão das fazendas pode ser estável. Assim, somente através do maior uso de trabalho e capital pode-se aumentar a renda agrícola. As dimensões estáveis ocorrem onde há insuficiência de capital e terra, ou quando não há oportunidade ou desejo de vender as terras.

Quando a dimensão das fazendas não é flexível, como acontece na maioria dos casos nas Américas, o emprego de trabalho e capital apresentam diferentes alternativas. Por exemplo, nos Estados Unidos o desenvolvimento agrícola resulta de despesas crescentes para mecanização e métodos aprimorados, enquanto a força de trabalho diminui. O capital é melhor aplicado no aumento da dimensão das fazendas. Isto é possível, pois os fazendeiros desejosos em adquirir mais terras podem obter capital, e os outros geralmente estão desejosos em vender suas propriedades pois encontram novas oportunidades de emprego.

No Brasil, as alternativas de emprego de trabalho, capital e terra que afetam a dimensão das fazendas são influenciadas pelos seguintes fatores: 1 — terras novas são encontradas em alguns locais a preços relativamente baixos; 2 — o País atravessa um grande desenvolvimento econômico; 3 — é tentada a modernização agrícola; e 4 — a mão-de-obra é abundante e barata.

A propensão dos fazendeiros brasileiros em mudarem-se para terras de menor custo, em vez de colonizarem permanentemente, justifica o *slogan* "Marcha para o Oeste". Historicamente, a população brasileira permanecia na costa atlântica. Somente nos últimos anos a penetração agrícola em larga escala foi tentada no interior. Assim, devido à viabilidade de terras baratas no interior do Brasil, os fazendeiros brasileiros raramente compram terras adicionais para si ou para seus filhos, para uso futuro, e a ocupação é semipermanente, assim, predominam propriedades de menos de 10 hectares.

A dimensão das fazendas é também afetada pelo grande crescimento econômico do Brasil. As pessoas estão geralmente desejosas de vender suas propriedades, quando oportunidades de obtenção de renda em atividades não agrícolas são apresentadas. Isto não ocorre no Nordeste do Brasil onde os empregos não agrícolas são muito limitados. No entanto, em lugares progressistas, como São Paulo e no norte do Paraná, a média do tamanho das fazendas aumenta, pois os fazendeiros mais

prósperos comprem terras daqueles que deixam a agricultura, para aderir a outros trabalhos e mudam-se para novas áreas agrícolas⁵⁹.

As condições favoráveis para a modernização agrícola são fornecidas por uma boa situação econômica e terras baratas para expansão agrícola. A modernização agrícola no Brasil está nos primeiros estágios de desenvolvimento, mas a dimensão das fazendas já foi afetada, como se verifica em São Paulo e no norte do Paraná. O Governo Federal promove tentativas de modernização agrícola e apóia a pesquisa, o crédito e a educação. Por exemplo, o Governo está apoiando a produção de trigo, na tentativa de tornar o Brasil auto-suficiente nesta produção, que adapta-se facilmente à mecanização e às fazendas de grande porte⁶⁰.

Finalmente, a mão-de-obra rural, abundante e barata no Brasil, é um fator de especial importância sobre as alternativas de trabalho, capital e terra. Isto ficou demonstrado no Censo de 1970 que apresentou uma população de 95.000.000, com um crescimento de 21.000.000 no Censo de 1960, ou um aumento de 30% na última década⁶¹. As tentativas de melhorar o padrão de vida rural são difíceis, visto que a mão-de-obra barata é abundante. Os esforços para melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais são também pouco animadores, seja pelo baixo nível educacional, seja pela pouca oferta de empregos nos setores urbanos.

5.2 — Objetivos

Uma série de pontos de vista existem, referentes aos objetivos do desenvolvimento agrícola, afetam diretamente o tamanho das fazendas. Os objetivos principais dos Governos Federal e Estadual são desenvolver uma economia moderna e diversificada, e promover uma comunidade mais viável, socialmente. Para auxiliar na promoção destes objetivos nas áreas rurais, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) tem a meta de "... extinção gradual do minifúndio ..."⁶². O IBRA considera como minifúndio, as propriedades abaixo da dimensão fixada para uma tal área, ou o denominado "módulo"; para Toledo este é de 25 hectares⁶³.

O Governo Municipal de Toledo considera as pequenas fazendas como melhores para o desenvolvimento econômico da região. Um plano municipal recente, propõe que uma agência especial seja formada a nível de Governo local para reexaminar os módulos de 25 hectares, e colocá-los sob jurisdição municipal⁶⁴. O projeto salienta que uma dimensão mínima inferior é aconselhável para Toledo, pois uma renda média alta já existe entre muitos fazendeiros menores do que o mínimo aceitável atualmente. Salienta, ainda, que os 25 hectares são excessivos para uma agricultura de enxada e arado puxado a boi; que a limpeza da terra requer muito tempo e energia em uma fazenda deste

⁵⁹ Ver Strachan, *Bibliografia*, 31, p. 4.

⁶⁰ Ver, por exemplo, Souza, *Bibliografia*, 30, v. 1, p. 300.

⁶¹ Ver Dickenson, *Bibliografia*, 9, p. 60.

⁶² Ver Souza, *Bibliografia*, 30, v. 2, p. 152.

⁶³ Ver Souza, *Bibliografia*, 30, v. 2, p. 151-80, é debatido o módulo como está descrito no Decreto n.º 55.891, de março de 1965, regulado pelo Capítulo 1.º do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

⁶⁴ Ver *Bibliografia*, 26, p. 26-7.

tamanho; sendo a dimensão das fazendas menor nos municípios vizinhos, por que um mínimo tão alto é imposto a Toledo?; que os fazendeiros estão ansiosos em vender suas porções não utilizadas das propriedades; e que aqueles desejosos de aumentar a dimensão de suas fazendas para a mecanização seriam capazes de comprar terras adicionais dos fazendeiros desejosos de propriedades menores. Estes argumentos indicam que os representantes locais defendem as propriedades menores e a alta densidade rural para promover lucros econômicos imediatos, em vez de esperar programas governamentais de assistência que possam ou não ser implantados ⁶⁵.

A preferência dos pioneiros por um sistema agrícola particular e dimensão das propriedades não paraleliza-se, necessariamente, com os objetivos dos diferentes níveis de Governo e outros grupos interessados. Os fazendeiros individuais querem combinações variadas de criação-plantação, segundo suas próprias experiências, fator que afeta diretamente a dimensão das fazendas. Alguns fazendeiros estão satisfeitos com a prática de agricultura de quase subsistência, o que lhes dá um padrão mínimo de vida nas propriedades menores. Outros, ainda, desejam a mecanização a fim de praticar tecnologia moderna, e assim dar uma vida melhor a seus filhos — ambos requerem propriedades de dimensão relativamente grande. Apesar da proposta governamental, e de vários grupos interessados nos objetivos e programas, cuidadosamente pensados, os pioneiros, freqüentemente resistem às mudanças, não aceitam as possibilidades de melhoria, ou voltam-se naturalmente para seus hábitos anteriores. Por exemplo, embora a Maripá considere os lotes de 25 hectares ideais para o desenvolvimento de uma sólida economia regional, e o Governo Federal a aprove, as dimensões estão decrescendo abaixo do mínimo e aproximando-se às encontradas no sul do Brasil, local anterior de residência da maioria dos pioneiros de Toledo.

5.3 — Problemas relacionados às fazendas de pequeno porte

Uma séria conseqüência das propriedades pequenas é que estas inibem o sucesso permanente de uma colônia, devido ao aparecimento de indesejáveis ramificações de povoamento, como o crescimento dos filhos que desejam se estabelecer em suas próprias fazendas; o que não significa necessariamente, mudar de suas colônias-mães; aquisições de terras são feitas em distâncias consideráveis, quando não é vantajoso comprá-las nas proximidades. Isto não implica uma preferência, mas devido ao pequeno porte das propriedades na colônia-mãe. Quando os filhos deixam suas casas, eles têm três escolhas: constituir fazendas em outros projetos de ocupações; constituir fazendas em suas próprias ocupações novas; ou procurar emprego na cidade. Se desejam constituir suas próprias ocupações, provavelmente serão como em sua colônia-mãe, e o resultado final pode ser uma série de colônias, com fazendas ineficientes. Uma propriedade inicial de maior porte poderia evitar este problema, a julgar pela tendência dos pioneiros em respeitar o que aprenderam nas colônias-mães.

Surgem outros problemas, devido à posição oficial em vigor, referente ao tamanho dos lotes. Dois fatores são popularmente creditados

⁶⁵ Idem.

como importantes: as fazendas não deveriam ter mais terra do que aquela que pode ser cultivada; e há um mínimo de dimensão econômica, para as fazendas. As agências de planejamento freqüentemente restringem seu procedimento, alocando somente a quantidade de terra, suficiente para uma família viver; e freqüentemente dá pouca importância à possibilidade de mudanças que necessitariam de uma área maior para seus filhos, ou para a adaptação de técnicas agrícolas mais avançadas. Como foi visto no Capítulo 3, as pequenas propriedades provocam o uso ineficiente da terra, pelo uso de primitivos métodos agrícolas, a erosão e perda de fertilidade do solo, e, geralmente, a uma economia agrícola e social indesejável. O medo de que uma excessiva quantidade inicial de terra, por fazendeiros, seja esbanjadora, pode não ter fundamento, especialmente se a colônia se desenvolver rapidamente, durante os estágios iniciais. De fato, terras extras podem adaptar-se melhor às necessidades de expansão de uma área como Toledo, onde o gado de corte e leite, tão necessários, mas raramente visto, poderia contribuir para um melhor equilíbrio econômico. A fertilidade do solo poderia ser mantida da melhor forma, e haveria terra disponível para os filhos dos fazendeiros.

A medida de 25 hectares não é realística; isto é baseado nas mudanças que ocorrem atualmente em Toledo, como subdivisões de lotes em unidades muito pequenas em detrimento das necessidades futuras. A conclusão é que as fazendas de 25 hectares são muito pequenas para a mecanização a longo prazo e que aproximadamente a medida de 50 hectares seria mais realística hoje, em Toledo, assim como foi durante o planejamento inicial da Maripá. Além disso, as experiências autoridades da Argentina e da Venezuela afirmam que as fazendas de pequeno porte limitam o desenvolvimento da agricultura comercial⁶⁶.

5.4 — Problemas relacionados às fazendas de grande porte

A tradição mais acentuada de fazendas de grande porte no Brasil, assim como em toda a América Latina, é o sistema de latifúndio, um sistema de posse onde alguns proprietários ricos mantêm controle sobre a massa rural. O controle é feito mantendo o trabalhador rural sem terra, privado de educação básica e com baixo padrão de vida. A mão-de-obra rural não se apega nem a terra nem ao trabalho, pois, ambos pertencem a mais alguém. A terra significa, para seu proprietário, posição social e prestígio, e ele considera os trabalhadores como uma inexpressiva força de trabalho. Conseqüentemente, a produção agrícola é ineficiente e baixa. No Brasil, o latifúndio é mais dominante no Nordeste, onde predominam a criação de gado, as plantações de açúcar e a agricultura de subsistência.

Uma forma diferente de latifúndio é encontrada no centro do Brasil. Ali, onde as fazendas comerciais de café são importantes, o trabalhador é freqüentemente semi-independente, recebe salário, e sua ligação com o proprietário da fazenda não é tão forte como no Nordeste. Devido a esta independência relativa, alguns trabalhadores conseguem economizar dinheiro para comprar terras, apesar das depri-

⁶⁶ Ver Bibliografia, 8, p. 34-6 e Eidt, Bibliografia, 14, p. 211-2.

mentes condições econômicas. Estes assalariados rurais compreendem os núcleos de fazendas familiares no norte do Paraná⁶⁷.

Outra forma de propriedade de grande porte, a fazenda familiar para a criação de gado, está se desenvolvendo no norte do Paraná. As criações de gado demandam grandes extensões de terra e, portanto, são necessárias unidades maiores. A consolidação ocorre porque os fazendeiros desejam vender suas terras quando os solos são exauridos, e os proprietários mais prósperos oferecem preços atrativos. Alguns fazendeiros vendem suas terras para comprar outras em áreas novas, somente para continuar o mesmo ciclo: abertura de novas terras, estabelecimento de fazendas familiares, e então vender as fazendas para os criadores de gado quando os solos estão esgotados. Outros, procuram novamente emprego como trabalhadores rurais, ou mudam-se para as grandes cidades; em ambos os casos, as oportunidades são limitadas e para a maioria o padrão de vida não melhora. As muitas famílias desempregadas circulando pelas estradas em todo o Paraná evidenciam o estabelecimento recente de fazendas no norte do Paraná.

As fazendas de grande porte no Brasil, relacionadas a recente consolidação no Paraná, ou latifúndio em outras partes do Brasil, beneficiam somente uma minoria da sociedade agrária. Além disso, a produção de alimentos não é elevada, e toda a economia permanece estagnada. Assim, parece que uma estrutura baseada na agricultura de fazendas de grande porte não é apropriada para o Brasil. As fazendas de médio porte forneceriam uma produção agrícola maior, e um padrão de vida melhor para uma grande proporção da população rural seria então alcançado.

5.5 — Passos para o estabelecimento de fazenda de médio porte

Se Toledo pretende ter fazendas de médio porte, devem ser providenciados pelo Governo, pelas cooperativas, e pelo comércio privado, serviços especiais para promover a tecnologia moderna. O fazendeiro individual não tem os recursos nem conhecimentos para a implantação da mecanização, das melhores combinações de plantação e criação, das práticas de conservação, e o uso de fertilizantes, nem quais são os melhores inseticidas e sementes. Os serviços especiais incluem educação, crédito e pesquisa agrícola.

A Educação é necessária para aumentar o conhecimento, a aceitação, e a aplicação das inovações. O Governo deve ter um papel importante na educação geral e nos programas de extensão rural. A educação nos programas cooperativistas é importante pois os níveis de tecnologia e de vida podem ser elevados substancialmente, se os colonos estiverem envolvidos. Os programas agrícolas que não envolvem os fazendeiros estão fadados ao insucesso, logo que o apoio inicialmente dado, por uma agência externa, é utilizado. As fazendas de médio porte têm pouca chance de sucesso, se a população não estiver educada, e se não forem criados canais para a divulgação de informações.

As fazendas de médio porte também não podem obter sucesso sem crédito suficiente para os fazendeiros individuais, mesmo sendo eles educados e ativamente envolvidos no aprimoramento das condições.

⁶⁷ Ver Strachan, *Bibliografia*, 31, p. 2.

O crédito é necessário para comprar terras e empregar novos métodos, nos estágios iniciais ou seguintes de desenvolvimento. Se não há crédito disponível, o fazendeiro deve voltar-se a métodos agrícolas primitivos. Por esta razão, é fácil verificar porque as propriedades são subdivididas, resultando em padrões de difícil dissolução no futuro. No caso de Toledo, os lotes planejados inicialmente de 25 hectares eram considerados suficientemente grandes para estimular uma tecnologia moderna. No entanto, surgiram as propriedades menores, o que em parte, pode ser atribuído a falta de crédito. Assim, Toledo é um exemplo de efetiva redução de um cuidadoso planejamento inicial, causado pela posterior falta de estímulo. De fato, as afirmativas de Eidt sobre *Misiones* são agora aplicáveis a Toledo:

“... a velocidade é essencial ao sucesso da ocupação pioneira; assim, métodos apropriados de estímulo, devem ser sempre empregados, assim que se percebe, que a velocidade inicial de desenvolvimento começa a diminuir”⁶⁸.

Uns podem acrescentar que a forma direta inicial de estímulo, deve ser o crédito amplo, a fim de que os pioneiros possam adaptar-se rapidamente, a nova região, com um lote médio produzindo os melhores resultados a longo prazo.

Adequadamente estimuladas, talvez as fazendas de médio porte e a moderna tecnologia possam ainda ser estabelecidas em Toledo. Isto requer, entre outras coisas, a consolidação imediata — uma tarefa difícil. Muitos fazendeiros estão contentes com seus atuais padrões de vida, e consideram os modernos métodos de agricultura acima de suas condições. Outros não acreditam nos passos cooperativistas, necessários para o avanço tecnológico. Os indivíduos que desejam expandir sua propriedade e seus investimentos de capitais, podem obter terras de outros que acham a competição muito difícil, ou que são tentados com ofertas altas para vender e deixar Toledo em busca de terras novas, e mais baratas. O problema com este tipo de consolidação é que isto só acontece depois que o solo está depredado e erodido, e começam as grandes operações de gado. Se houvesse uma tentativa de consolidação imediata, as fazendas de porte médio poderiam ser estabelecidas, antes desta ocorrência. No entanto, o Governo brasileiro tem uma política geral de “*laissez-faire*” na economia agrícola, tornando improvável a possibilidade de tal mudança através do controle oficial. A consolidação imediata, que necessitaria da mudança de algumas pessoas para diferentes áreas, poderia ser conseguida, se controles governamentais mais fortes, fossem iniciados — uma atitude razoável, visto que o Brasil tem áreas imensas para a colonização. Tal atitude certamente seria melhor do que esperar até que as pessoas fossem forçadas a se deslocar devido a exaustão e erosão do solo. De qualquer forma, o Brasil deve fazer frente ao fato de que novas terras não estarão disponíveis para sempre e que a destruição contínua do solo em pequenas propriedades deve ter um fim.

5.6 — Conclusão

Este capítulo mostra a existência de amplas e viáveis escolhas alternativas para o desenvolvimento agrícola de Toledo, e que grupos

⁶⁸ Ver Eidt, *Bibliografia*, 14, p. 206.

e pessoas de diferentes interesses, têm objetivos e preferências variadas — fatores que afetam diretamente a dimensão das propriedades. A questão é, que dimensão predominará no futuro, nesta jovem colônia?

São três as possibilidades: minifúndio: propriedades de pequeno porte, semelhantes às do sul do Brasil; consolidação das fazendas em unidades de grande porte, como é tradicional em São Paulo e Minas Gerais e já agora começando no norte do Paraná; ou o predomínio de fazendas de médio porte. As tendências atuais sugerem que Toledo está seguindo o modelo do minifúndio, estabelecido no sul do Brasil. Isto é compreensível, pois há predomínio de colonos do sul do Brasil que herdaram métodos e práticas agrícolas que induzem às unidades de pequeno porte. Embora, até o momento, a tendência esteja dirigida ao minifúndio, há uma possibilidade de consolidação futura de grandes fazendas, pois Toledo é cercada de pioneiros do norte do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Eles, por tradição, estabelecem pequenas propriedades, e portanto mudam-se, quando os solos estão exauridos. As antigas pequenas propriedades são então consolidadas para operações de larga escala de ricos compradores de terras.

A atual tendência, quanto a dimensão das fazendas, deve ser interrompida em Toledo, assim como em muitas outras partes do Brasil, se as condições econômicas forem substancialmente aprimoradas. As economias agrícolas, baseadas primariamente tanto em propriedades de pequeno ou grande porte, freqüentemente não contribuem muito para a economia do Brasil. Somente um número limitado de pessoas, em tais sistemas agrícolas, são beneficiadas economicamente, e isto é devido, freqüentemente, à exploração dos trabalhadores rurais. O segmento industrial não pode desenvolver-se sem um grande setor consumidor. Se o componente rural deste setor não estiver em boas condições econômicas, o setor urbano não será beneficiado e se o contrário acontecer, o setor urbano será grandemente beneficiado e, em troca, os produtos agrícolas terão mercado e a situação econômica global estará aperfeiçoada. No entanto, em ambos os casos, fazendas extremamente grandes ou extremamente pequenas, uma alta porcentagem da população está efetivamente à parte da economia, e a estagnação econômica prevalece para a grande maioria.

6 — FUNÇÕES NA COLÔNIA: VIDA ECONÔMICA EM TOLEDO

Os métodos de cultura empregados em Toledo, são o plantio de substância primitiva com uso de enxada ao uso dos mais modernos tratores, mas o predomínio é o gado e o arado, nesta economia orientada para o milho. Como Toledo está em um estágio máximo de pioneirismo (com uma grande variedade de métodos agrícolas) deve-se apresentar uma questão: a economia se tornará estagnante ou se desenvolverá em um modelo de colonização agrícola completo, com integração vertical. Se Toledo desejar alcançar um alto nível de tecnologia agrícola, a ajuda externa é necessária. Este capítulo examina os níveis atuais da agricultura e os passos necessários para aumentar substancialmente o padrão de vida dos colonos que ainda não alcançaram níveis operacionais, além dos estágios pioneiros.

6.1 — Equipamentos agrícolas

O arado puxado a gado e a enxada são os instrumentos agrícolas básicos, em Toledo. Só recentemente, foram introduzidos o trator e o maquinário associado. Em todo o oeste do Paraná, calcula-se haver 200 tratores em 52.000 propriedades. O uso do arado e do gado é restrito aos estágios iniciais de limpeza da terra, devido ao grande número de estacas, raízes e toras nos campos. Frequentemente, há um espaço de quatro anos entre o início da limpeza e o uso de arado. Este espaço, e o fato de que a média que um homem pode trabalhar com arado é somente de 5 hectares, e com a enxada, de 3 hectares, significa que alguns colonos preferem a enxada⁶⁹. O arado tem a desvantagem de acelerar a erosão do solo, além da necessidade de pastos, numa já pequena propriedade.

A limpeza é feita pelo próprio colono, ou um paraguaio contratado. Primeiro, os arbustos e os galhos são cortados com uma foice. As árvores são talhadas com um machado, para controlar a direção da queda das árvores, e só então são serradas por uma serra manejada por dois homens. Algumas vezes as árvores maiores são deixadas para uso futuro. A madeira fica secando por vários meses, e só então é queimada. Após uma queima comumente incompleta, os ramos restantes são cortados. Então, as primeiras plantações são feitas entre os troncos e ramos enegrecidos. Os colonos acreditam que as árvores apodrecidas enriquecem o solo, mas o cultivo de 10 a 15% da área do campo pode ser retardado por vários anos até que os troncos e ramos se decomponham⁷⁰.

Um outro equipamento é a carroça manual ou de boi para o transporte dentro da fazenda. Cerca da metade dos colonos tem pequenas debulhadeiras de trigo e soja. A colheita é feita exclusivamente à mão; arroz, trigo, alfafa e gramíneas são cortadas com foicinhas; o milho é tirado manualmente; e uma enxada é usada para tirar a mandioca⁷¹.

6.2 — Economia agrícola: a comercialização da suinocultura

A economia agrícola em Toledo baseia-se, primeiramente, na suinocultura e nas colheitas de milho, mandioca e soja. Os criadores de suínos só produzem 2/3 do milho necessário, e compram o resto de outros produtores, assim, o milho é uma colheita importante para os outros fazendeiros em Toledo e nos municípios vizinhos⁷². Mais de 90% dos fazendeiros criam suínos, mas somente 70% os criam comercialmente⁷³. Num dado momento, uma típica fazenda de suínos, para fins comerciais, tem cerca de sete porcas, 30 leitões, 26 porcos e um barrão, para um total de 90 a 100 porcos durante um período de um ano. Em média, 52 porcos são comercializados por ano. O tipo predominante é o Duroc (71%), em seguida vem o Landrace (19%), e os

⁶⁹ Ver Elfes, *Bibliografia*, 15, p. 26 e 28.

⁷⁰ Ver Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 51-2.

⁷¹ Ver Elfes, *Bibliografia*, 15, p. 29.

⁷² Ver Levantamento Estatístico da Produção Agropecuária do Oeste Paranaense — Toledo, realizado pelo Frigorífico Pioneiro S.A., p. 67.

⁷³ Idem, p. 71.

mistos (10%)⁷⁴. A maioria dos fazendeiros tomam precauções contra doenças como tifoide, pneumonia-enteriti, e cólera⁷⁵. Cerca de 50% dos criadores de suínos usam sobras e 70% compram milho como suplemento ao que plantam em suas fazendas⁷⁶. Os suínos alcançam o peso de mercado em cerca de 11 meses, quando são transportados para abate em caminhão.

O milho é freqüentemente interplantado com a mandioca e algumas vezes com a soja, nas fazendas suinícolas. A mandioca é plantada em intervalos de aproximadamente 1 metro, enquanto o milho é plantado entre as filas de mandioca em intervalos de 0,5 metro⁷⁷. Em média, uma fazenda produz aproximadamente 2.500 quilogramas por hectare de milho em 7 ou 8 hectares, o que dá um rendimento anual de aproximadamente 300 sacas (uma saca igual a 60 kg). Normalmente são colhidas em 3 hectares de 35 a 40 sacas de soja, ou um rendimento de 720 quilogramas por hectare. Em média, 150 sacas de milho são compradas, para completar a produção dos próprios criadores de suínos⁷⁸. A complementação alimentar vem de fora da região de Toledo, o que soma aos custos dos proprietários médios, assim, somente alguns colonos conseguem pagar a alimentação recomendada para os suínos. Isto é um exemplo do quanto é necessário uma maior integração vertical da economia agrícola de Toledo. Se os fazendeiros plantassem a maioria das colheitas necessárias à alimentação de suínos, e se as indústrias de processamento agrícola fossem expandidas, então o colono poderia comprar rações especiais com custos menores, a produção de suínos seria melhorada, e mais lucros seriam alcançados.

Pode-se verificar pela tabela 12 que a mão-de-obra familiar predomina nas fazendas. Entre as famílias de descendência alemã e italiana, as mulheres e crianças trabalham junto com os homens. Os salários relativamente mais altos dos trabalhadores nas construções, nos moinhos, os mecânicos e trabalhadores das serrarias, limitam os empregos de braços na lavoura, que consistem principalmente de braços migrantes e um pequeno número de paraguaiois.

TABELA 12

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NAS FAZENDAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
Fontes de forças de trabalho	
Famílias de fazendeiros.....	90
Trabalhadores temporários	5
Trabalhadores permanentes	5
Divisão da mão-de-obra	
Homens adultos.....	52
Mulheres adultas.....	32
Menores de 15 anos de idade.....	16

⁷⁴ Idem, 65.

⁷⁵ Ver Oberg, Bibliografia, 24, p. 60-1.

⁷⁶ Ver Levantamento Estatístico, p. 65.

⁷⁷ A carpa, p. 16.

⁷⁸ Ver Levantamento Estatístico, p. 67.

6.3 — Indústrias de processamento agrícola

A maioria das indústrias de processamento agrícola em Toledo atende somente às necessidades locais. Muitos produtos que saem da região não são processados. Por exemplo, o arroz é processado para a área imediata, mas os excessos são embarcados com casca. A mandioca e o milho servem como ração para os porcos, ou são transformados em farinha para uso local. A produção regional de soja cresce a cada ano. Por exemplo, entre 1967 e 1969, a área plantada de soja numa área de quatro Municípios, incluindo Toledo, aumentou em aproximadamente 400% ou seja de 6.500 para 35.700 hectares. A prática de embarcar soja não processada de Toledo, e receber então produtos de outras regiões, como ração processada para suínos, implica em custos adicionais aos produtores. Além disso, cerca de 20% da soja produzida em Toledo é dada diretamente aos porcos, um antieconômico uso da soja. Portanto, uma das grandes desvantagens é a ausência de uma fábrica de processamento de óleo de soja. A construção de uma foi quase completada no Município vizinho de Marechal Cândido Rondon, mas foi abandonada devido a atritos entre os membros da cooperativa⁷⁹.

O desenvolvimento limitado das indústrias de processamento agrícola em Toledo resulta em baixo preço dos produtos agrícolas mandados para outras regiões, altos preços para os produtos adquiridos, e falta de oportunidades de empregos não agrícolas.

Os produtos agrícolas de Toledo são freqüentemente vendidos a preços mais baixos do que em outras partes do Paraná. Os custos de transporte são mais elevados devido às maiores distâncias dos consumidores e dos mercados industriais. Por exemplo, em 1967, os preços recebidos pelas colheitas como uma percentagem da média do Estado do Paraná foram os seguintes: arroz, 91%; feijão, 89%; milho, 82%; soja, 97%; e trigo, 92%⁸⁰. Inversamente, os preços são freqüentemente maiores para as mercadorias trazidas para Toledo, novamente devido aos altos custos de transporte. Isto acontece na maioria das vezes com produtos que são daqui mandados para outras regiões somente para serem processados, e depois retornarem a Toledo. Estas injustiças seriam reduzidas e em alguns casos eliminadas, se Toledo tivesse mais indústrias de processamento. Além disso, os subprodutos agrícolas e materiais residuais de porcos, trigo e soja permaneceriam em Toledo em vez de serem perdidos para outra região ou voltarem com custos adicionais na forma de produtos processados. A falta de indústrias de processamento agrícola resulta também em limitadas oportunidades de emprego não agrícolas. Deve haver viabilidade ou as pessoas são forçadas a deixar a região e procurar emprego fora. As indústrias de processamento podem fornecer os empregos necessários, assim como estimular uma economia mais equilibrada.

A indústria de processamento agrícola mais importante em Toledo é uma fábrica de embalagem de carne, denominada Frigorífico Pioneiro, filial da Sadia, uma grande companhia nacional. Aproximadamente 20% dos porcos produzidos no local são abatidos nesta indústria⁸¹. Seu

⁷⁹ Ver Elfes, Bibliografia, 15, p. 21 e Anexo 7.

⁸⁰ Idem, p. 22.

⁸¹ Entrevista com o Dr. Pedrinho Furlan, Diretor do Frigorífico Pioneiro — Sadia, Toledo, 31 de julho de 1970.

impacto é mostrado através de um mercado estável para os porcos produzidos no local, pelos empregos não agrícolas, pessoas educadas e treinadas e pelas inovações introduzidas, e ainda pelo dinheiro mantido em Toledo, e que em caso contrário, iria para outros lugares. A indústria emprega 426 pessoas e os projetos imediatos são de aumentar este número em cerca de 20%. Adicionalmente, motoristas e compradores são contratados, estendendo assim a força de trabalho para além da própria indústria.

Antes de 1964, o Frigorífico Pioneiro pertencia e era operado por um grupo de colonos. No entanto, os problemas de produção e comercialização estavam acima da viabilidade de capital e tecnologia de gerência, e a indústria foi vendida à Sadia, que investiu imediatamente grandes somas para modernizar completamente o frigorífico e expandir suas operações. Conseqüentemente, desde 1964, a produção elevou-se enormemente (Tabela 13). A indústria abate atualmente entre 500 e 700 porcos por dia e planeja aumentar para 1.000. O abate mensal tem estado entre 9.000 e 18.000 e aumentará com as expansões propostas.

TABELA 13

SUÍNOS ABATIDOS PELO FRIGORÍFICO SADIA¹ NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ANOS	SUÍNOS ABATIDOS	ANOS	SUÍNOS ABATIDOS
1964 (2).....	21 519	1966.....	76 206
Janeiro a junho	3 921	1967.....	114 664
Julho a dezembro	17 598	1968.....	149 644
1965.....	51 730	1969.....	173 401

(1) Dados obtidos através da Di. P. Furlan, Frigorífico Pioneiro, julho de 1970. (2) A Sadia comprou o Frigorífico Pioneiro em 9 de julho de 1964.

A indústria está localizada a cerca de 2 quilômetros da Cidade de Toledo. Um ônibus é cedido para os empregados que moram na Cidade. A Companhia construiu 14 casas para empregados, que forma um tipo único de ocupação linear. Esta vila, localizada no outro lado da rua na frente da fábrica, é para os trabalhadores que devem estar nas proximidades em caso de uma pane no equipamento de refrigeração.

O maior problema da indústria é que os caminhões não podem viajar em estradas lamacentas durante os períodos de chuvas fortes. No entanto, as chuvas raramente acontecem por mais de três ou quatro dias, e portanto a companhia geralmente pode manter os empregados trabalhando com uma reserva de pedidos. A estrada entre Toledo e Cascavel deveria ter sido pavimentada em 1972, permitindo a circulação de câmaras frias em qualquer tipo de clima⁸². Entretanto, o problema de pegar os suínos nas fazendas para entregar na indústria durante os dias chuvosos, continuará.

⁸² Idem.

Mensalmente, a Sadia carrega de 35 a 40 câmaras frias (580 a 600 t) e de 60 a 70 caminhões comuns, os últimos carregados com carne salgada e defumada.

Os suínos não abatidos pela Sadia são geralmente enviados a Cidades maiores como São Paulo e Rio de Janeiro, 1.300 e 1.800 quilômetros, respectivamente, de Toledo. O transporte de suínos vivos resulta, geralmente, em prejuízo ou morte, além dos altos custos de transporte, superiores ao transporte de carcaças resfriadas. Há, portanto, uma grande perda financeira em Toledo quando estes suínos são processados em outros locais.

A Sadia expandiu o mercado de suínos embarcando porcos congelados de Toledo para a Europa e Japão⁸³. Isto exemplifica as grandes melhorias na produção, comercialização e transporte. A refrigeração tornou o transporte de carcaças mais econômico do que suínos vivos. A Sadia forneceu o capital e o conhecimento técnico para todas as operações de produção e comercialização. Uma moderna rodovia pavimentada estende-se de Paranaguá, na costa Atlântica, a Foz do Iguaçu, na fronteira Brasil-Paraguai. Esta rodovia tem acesso a Toledo por uma estrada de terra de 40 quilômetros de Cascavel. Uma rodovia pavimentada continua de Curitiba (a 60 km a leste de Paranaguá) a São Paulo e Rio de Janeiro.

6.4 — Sistemas de campo: sul do Brasil

O sistema de rotação de terras do sul do Brasil (algumas formas ocorrem em Toledo) é de certo modo semelhante à tradicional agricultura mutável, exceto, por ser praticada dentro dos limites das propriedades. Rothwell⁸⁴ refere-se a este sistema como "... rotação de culturas dentro da rotação de terras". O solo rende bem durante os primeiros anos após a limpeza e a queima das florestas. No entanto, quando o solo é exaurido, é utilizado para pastos por alguns anos, permite-se depois disso, o desenvolvimento da capoeira. Estando o solo esgotado pela plantação, outra parte da propriedade é limpa, é feita a queimada, e as culturas são plantadas. Quando todas as florestas estiverem derubadas o processo continua com a limpeza e queima da capoeira, plantação, reversão para pastos, e retorno à capoeira⁸⁵.

Entre alguns fazendeiros, como os italianos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o processo destrutivo de rotação de terra é sabidamente evitado pelo plantio permanente de colheitas como a uva⁸⁶. Embora seja uma forma racional de uso da terra, pouco se faz para restaurar a fertilidade do solo e a demanda de uva e vinho é muito pequena no Brasil.

6.5 — Sistemas de campo: Toledo

Nestes estágios iniciais é difícil descrever o desenvolvimento de um sistema de rotação de terra em Toledo. Cerca de 40% da área

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ver Rothwell, *Bibliografia*, 28, p. 50.

⁸⁵ Ver Roche, *Bibliografia*, 27, p. 286-96.

⁸⁶ Ver Rothwell, *Bibliografia*, 28, p. 49.

permanece sob floresta e as ocupações mais antigas têm menos de 20 anos⁸⁷. A limpeza ocorreu somente em terras de plantio e pastos, ainda sem capoeira. Portanto, o círculo completo de rotação da terra ainda não se desenvolveu, os solos ainda não foram exauridos e a erosão ainda não aconteceu, e as mudanças dos padrões e combinações de plantio ainda não ocorreram. Além disso, os padrões de uso da terra em Toledo são de certo modo diferentes dos encontrados no sul do Brasil. A uniformidade dos solos e a topografia levemente ondulada, permitem a utilização total da área. A moderna tecnologia, que não é disponível em grande parte do sul do Brasil, principalmente nos primeiros estágios de desenvolvimento, é implantada em Toledo. O fato da Maripá ter selecionado os colonos mais progressistas do sul do Brasil resultou em técnicas de plantio mais aprimoradas como a rotação de cultura e a utilização limitada de fertilizantes. Inversamente, na maioria do sul do Brasil, as pequenas propriedades resultantes de herança e da prática de exaustão e erosão dos solos causaram uma relativa estagnação dos métodos agrícolas, e a rotação de terra persiste no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Um sistema de rotação de três campos é empregado em Toledo com três lotes limpos, dois com culturas e um com pasto. Estes são alternados periodicamente; por exemplo, um pode ser de trigo, alfafa e soja, outro de milho interplantados com mandioca e o terceiro de pastos. As safras e os pastos são geralmente alternados a cada dois anos. O sistema funciona bem em Toledo, onde 37% da terra limpa é cultivada, e 18% são mantidas como pastos, o resto é floresta⁸⁸. Existem numerosas variações de tipos e quantidades de culturas e pastos, e de período de tempo entre as rotações. Nas fazendas menos progressistas, os períodos de rotação são maiores, a exaustão do solo ocorrerá, e toda probabilidade da capoeira surgirá, assim que a terra for abandonada.

O fato importante na mudança das funções do campo é que a mecanização ganhando apoio em Toledo, os fazendeiros mais prósperos pedirão mais terras. Provavelmente, os fazendeiros menos progressistas, como já arruinaram suas próprias terras, serão atraídos pelos altos preços e venderão suas propriedades para mudarem-se para outros lugares. Isto impediria a rotação de terra, e métodos modernos, envolvendo a rotação de cultura e aplicação de fertilizantes seriam implantados. Inversamente, se a mecanização e modernização da agricultura falhar, a rotação de terra e seus problemas relacionados podem eventualmente dominar. As tendências atuais sugerem que os esforços cooperativista por um núcleo de colonos progressistas podem ter sucesso no estabelecimento de uma moderna tecnologia agrícola, e Toledo pode ser salvo de padrões indesejáveis de utilização da terra que predominam em algumas partes do sul do Brasil.

6.6 — Assistência agrícola

A fazenda familiar é geralmente aceita como ideal para os projetos de colonização agrícola. No entanto, as agências de organização de assistência em larga escala à família dos fazendeiros são necessárias,

⁸⁷ Entrevista com o Dr. Furlan, 31 de julho de 1970.

⁸⁸ Acarps, p. 6.

especialmente no início. Isto inclui mecanização, pesquisa, assistência técnica, processamento de safras, comercialização, crédito e compra de suprimentos. A ausência de tal auxílio pode conduzir à queda da colonização.

Em Toledo, tais serviços são até certo ponto vantajosos. Durante os primeiros estágios de ocupação, a Maripá deu muita assistência e liderou os pioneiros. Firms privadas assumiram, subseqüentemente, a maioria das funções iniciais da Maripá. Por exemplo, alguns funcionários da Maripá e uma série de colonizadores formaram uma companhia separada, denominada Empório Toledo Ltda., para implantar com uma loja de departamentos em Toledo e filiais em vilas distantes, assim como para estabelecer pequenas indústrias e outras empresas comerciais⁸⁹. Mais recentemente, o Governo Municipal assumiu um papel ativo nas antigas funções da Maripá. Os Governos Estadual e Federal também tornaram-se ativos em pesquisas, assistência técnica e crédito em Toledo, assim como no resto do Brasil.

É altamente significativo o fato de os colonizadores trazerem seus próprios capitais para Toledo. Está acima da capacidade de uma agência de colonização, seja ela privada ou governamental, fornecer todo o capital necessário. Capitais fixos devem ser fornecidos pela agência para estradas principais, ferramentas e criação de gado, mas capitais adicionais para a construção de casas, limpeza da terra, construção de escolas, de hospitais e de estradas secundárias, geralmente estão em falta. Conseqüentemente, os pioneiros devem fornecer todo ou parte do capital para tais tipos de necessidades, e os colonos com seus próprios capitais podem reduzir enormemente o tempo gasto nos primeiros estágios de pioneirismo. As agências de colonização não permitem acreditar que fornecendo capital fixo, o sucesso surgirá automaticamente. Elas devem pelo menos fornecer parte do capital de trabalho também, ou escolher os colonizadores que têm este capital ou que podem obter empréstimos, como aconteceu com alguns dos colonos de Toledo.

6.7 — Cooperativas

As tentativas recentes de modernizar a agricultura de Toledo têm requerido grandes somas de capital. A assistência governamental é geralmente inadequada, assim, os colonos formaram cooperativas. Em 1970, os colonos dos Municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Palotina formaram uma grande cooperativa⁹⁰. No entanto, quando este estudo foi feito, o grupo parecia ser a favor de uma divisão do grupo em três cooperativas separadas, para permitir maior autonomia local, embora os a favor da uma só grande cooperativa, sintam que o tamanho, seja um elemento importante de força e influência. Haviam 260 membros em 1970, e esperava-se aumentar para 500. As taxas incluem um mínimo de Cr\$ 200 (aproximadamente US\$ 40) anuais

⁸⁹ De acordo com Oberg, *Bibliografia*, 24, p. 26, a MLC foi estabelecida graças a ajuda das seguintes companhias independentes: Auto Mecânica Toledo Ltda; Beneficiadoras de Madeiras Ltda; Agro Industrial do Prata Ltda. e Industrial de Máquinas Toledo Ltda.

⁹⁰ Entrevista com Frederico Paul Heinrich Esemberg, fazendeiro. Em 1.º de agosto de 1970.

e um adicional de Cr\$ 20 por hectare, quando um fazendeiro tenha mais 10 hectares cultivados.

As metas principais da cooperativa são fornecer educação agrícola, uma ronda de reparos mecânicos equipada com rádios, facilidades para armazenagem das safras, crédito, venda das safras, e compra de sementes, fertilizantes, inseticidas, para suprimento das fazendas. Um centro de treinamento para reuniões, aulas, filmes e exibições será construído. Uma oficina modelo e um barracão de ordenha para demonstração, estão nos projetos do planejamento. Um armazém para trigo já foi construído e há planos para um moinho de trigo. O apoio financeiro para a cooperativa vem das taxas dos membros e um empréstimo de uma agência governamental da Alemanha Ocidental, nada dos Governos Estadual ou Federal, embora estes, encoragem o empreendimento.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) tem como meta principal, a formação de cooperativas rurais no Brasil⁹¹. A importância desta cooperativa é que servirá de exemplo para outros colonos que poderão verificar a viabilidade do aprimoramento dos métodos agrícolas, através dos esforços cooperativistas.

6.8 — Conclusão

Neste capítulo, foi salientado que o desenvolvimento agrícola em Toledo tem crescente estabilidade, a integração vertical começa a surgir com a ajuda de indústrias de processamento agrícola e que as modernas técnicas de agricultura estão sendo ali introduzidas. Além disso, observamos, que o Governo forneceu a estrutura para os serviços de apoio como crédito, educação, assistência técnica, transporte e pesquisa agrícola. Contudo, parece haver evidências de que o desenvolvimento econômico aumentará a lacuna entre os colonos que desenvolvem modernas técnicas de agricultura e aqueles que continuam com os métodos tradicionais. A questão é saber se os colonos médios receberão assistência suficiente, para mudar seus métodos. Isto depende da formação de cooperativas pelos próprios fazendeiros, e saber ainda, se podem ser tomadas medidas para reverter as tendências de subdivisão das fazendas, que vão contra a introdução de moderna tecnologia agrícola.

7 — CONCLUSÃO

Esta análise geográfica da ocupação pioneira de Toledo representa a tentativa de retratar os elementos mais significativos da moderna ocupação agrícola na América Latina. A identificação destes elementos visa esclarecer os modernos processos de colonização. O sucesso de uma moderna colonização depende principalmente de dois fatores: a adaptação dos colonizadores às novas terras e a velocidade com que a agricultura comercial é desenvolvida. Estas dependem da posição do projeto de colonização, da seleção dos colonizadores, do método de intitulação da terra, da morfologia da ocupação, da dimensão das colônias e do

⁹¹ Ver Souza, *Bibliografia*, 30, v. 2, p. 3-78.

papel que a função colonizadora desempenhar, na integração vertical e regional no desenvolvimento da colonização.

7.1 — Posição do projeto de colonização

O principal obstáculo no começo da ocupação em Toledo foi a falta de acessibilidade e não as condições físicas ambientais desfavoráveis, e assim que uma estrada foi construída, este problema foi resolvido. Os solos férteis de terra roxa, o clima subtropical, a topografia levemente ondulada, e a proximidade da rede fluvial, fizeram da área um local ideal para o estabelecimento de uma colonização pioneira. A questão, portanto, não era se a localização era adequada à colonização, mas o que poderia ser feito, com a necessária acessibilidade e com o tipo certo de pioneiros.

7.2 — Seleção dos pioneiros

Muitos projetos de colonização, especialmente governamentais, nem sempre limitam a seleção dos colonos a um grupo culturalmente homogêneo. Toledo teve a vantagem de ser desenvolvida por uma Companhia de terras privada, que escolheu a dedo os seus colonizadores. Estes eram descendentes de alemães e italianos do sul do Brasil, e em grupos muito menores, japoneses e poloneses, assim como alguns outros imigrantes europeus. A homogeneidade cultural destes grupos tem sido mantida, e tem sido o elemento chave do sucesso de Toledo. Muito há ainda a ser aprendido desta justaposição de essências tão sólidas: de colonos que falam a mesma língua, que têm costumes sociais iguais, mesmas cidades natais e que possuem uma organização e experiência cooperativista altamente desenvolvida. Os colonos sem tais qualificações não foram recrutados ou atraídos para o projeto devido ao custo das terras e também porque não houve publicidade sobre as vendas de terras. Conseqüentemente, os grupos de colonos do sul do Brasil trouxeram a Toledo traços especiais de cultura que facilitaram a abertura de terras.

7.3 — Intitulação das terras

As disputas de terras, propriedades incertas, especulação, exigências fraudulentas, e posseiros são todos muito conhecidos nas zonas pioneiras da América Latina. A Maripá evitou estes elementos negativos, adquirindo propriedade de uma vasta área de terra que era quase completamente desabitada e subdividindo-a depois em lotes individuais, corretamente mensurados, mapeados e descritos em detalhes, nos títulos de propriedade. Somente após a realização destas tarefas, foi permitido que os colonos tomassem posse de suas novas propriedades. Como resultado, não houve por enquanto disputas sobre as terras da Maripá. Inversalmente, os colonos das áreas vizinhas contam histórias de várias disputas, padrões incertos de ocupação, e insegura propriedade das terras. Somente com um sistema de intitulação correto, resultado de uma mensuração precisa e mapeamento detalhado, os colonos podem estar seguros do senso de permanência necessário na contribuição do progresso.

7.4 — Morfologia da ocupação

A forma de campos em longos lotes, tão comum em todo o sul do Brasil, foi adotado pela Maripá, em Toledo. Este adapta-se perfeitamente à topografia ondulada e à rede de rios próximos que permite uma distribuição uniforme de declives e solos, uma rede eficiente de estradas e boas comunicações. O resultado foi uma ocupação linear com as instalações das fazendas, localizadas ao longo das estradas que eram geralmente perto dos rios, ou menos freqüente, separadas. Ocasionalmente, aparecem vilas, graças à divisão sublongitudinal da terra e das nascentes dos rios. Áreas centrais para vilas e pequenas cidades foram separadas, onde ocupações em forma de grade foram estabelecidas. As cidades pequenas foram circundadas por pequenas propriedades quadradas de 2,5 hectares denominadas chácaras, que podem, no futuro, ser divididas facilmente em lotes urbanos. A subdivisão das chácaras para a expansão urbana elimina a necessidade de dissolver as fazendas regulares. Assim, a forma de ocupação em fazendas de longos lotes combinou com o tipo quadrado urbano, o que facilitou uma boa integração de transportes e outras facilidades que são, agora, disponíveis a todos os proprietários rurais de Toledo, que somam hoje 12.500 famílias.

7.5 — Dimensão das ocupações

Em todo o Brasil e no resto da América Latina, os perigos do latifúndio e minifúndio são aparentes. Em Toledo, primeiro pelos planejadores da Maripá, e mais recentemente pelo IBRA, tentativas foram feitas para estabelecer fazendas de médio porte de 25 hectares, num esforço de ajudar a população rural a contribuir para uma economia nacional viável. No entanto, a necessidade de aumentar a dimensão das fazendas para mais de 25 hectares tornou-se óbvia com as modernas técnicas agrícolas que são implantadas em Toledo. Portanto, a menos que medidas oficiais sejam executadas para limitar a subdivisão das propriedades existentes, ou a consolidação das propriedades em superpropriedades por alguns proprietários ricos, há pouca esperança de absorção de um grande segmento desta sociedade agrária em uma economia nacional efetiva. A maior oportunidade para adotar uma política a favor das fazendas de médio porte foi proporcionada durante os primeiros anos de desenvolvimento em zonas pioneiras como Toledo.

7.6 — Funções na colônia: integração vertical e desenvolvimento regional

Outro aspecto envolvendo a forma e tamanho das ocupações é o desenvolvimento total de um padrão de ocupação misto em Toledo. A área da Maripá tem 2.900 km² ocupados por aproximadamente 18.000 fazendas que são integradas em um padrão de ocupação total servido por cerca de 30 vilas (pequenos grupos de ocupações), 15 vilas e cidades e dois centros urbanos. Este padrão de ocupação altamente misto é uma indicação da força e crescimento econômico e tem sido essencial no aparente sucesso de Toledo.

A produção agrícola também indica o rápido crescimento. Dados tabelados mostram a importância do milho, mandioca, e da produção

de suínos e em menor importância do arroz, soja e trigo. De 1960 a 1967, a área total cultivada em Toledo aumentou em cinco vezes, de 16.177 para 76.900 hectares. Durante o mesmo período, a produção de suínos elevou-se em mais de 330%, de 122.000 para 526.000. Os dados de 1965 a 1969 mostram que em quatro Municípios, incluindo Toledo, a área destinada ao milho aumentou em 270%, de 27.660 para 103.000 hectares.

As indústrias de processamento agrícola, especialmente as associadas com suínos, também estão aumentando a produção e têm potencial para futuras expansões. Por exemplo, a decisão de uma grande Companhia nacional (Sadia) de estabelecer em Toledo uma das maiores e mais modernas instalações de embalagem de carne na América Latina demonstra a grande confiança na região. Uma subsidiária da Maripá estabeleceu outra indústria de embalagem de carne no Município de Marechal Cândido Rondon, indicando a influência do sucesso de Toledo nas áreas vizinhas.

Apesar do aparente sucesso da economia de milho e suínos, os colonos têm um padrão de vida geralmente baixo e limitadas oportunidades para aprimoramento. Os programas governamentais e o crédito não beneficiam os colonos médios. Os preços dos produtos agrícolas estão sujeitos a flutuação do mercado, e os homens de classe média têm muitas vezes seus lucros diminuídos. As cooperativas agrícolas parecem ser a solução para estes problemas. As cooperativas comprando os suprimentos agrícolas baixariam os custos, e com as facilidades de armazenagem e cooperativas de comércio, os fazendeiros receberiam uma maior porção dos lucros. Desta forma, os colonos poderiam, então, contribuir mais para a economia regional e nacional.

Em resumo, este autor sente que o futuro de Toledo requer muito mais ênfase na integração vertical e no aumento da dimensão das fazendas. Uma certa percentagem da população rural, talvez 20 a 25%, permanecerá nos estágios iniciais de pioneirismo devido à falta de dinheiro para melhorias. No entanto, quanto mais colonos adotarem moderna tecnologia, o padrão de vida se elevará substancialmente; e, em contraste com muitas áreas vizinhas no oeste do Paraná, o resultado será de uma economia bem integrada. Se, dentro do contexto nacional, Toledo tiver que ser julgada como um sucesso ou fracasso, certamente ela surgirá do lado positivo.

8 — BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE. Conselho Nacional de Estatística, 1940-1960.
- 2 — BACKER, Charles Laurence. The lava field of the Paraná basin, South America. *Journal of Geology*, 31:66-79, 1923.
- 3 — BALDI, P. E. La colonizzazione del Brasile e l'opera della compagnia de Terras Norte do Paraná. *Rivista de Agricultura Subtropicale e Tropicale*, Firenze, 43(2-4):109-16, 1948.
- 4 — BARNES, C. P. Economies of the long-lot farms. *Geographical Review*, New York, (25):298-301, 1935.
- 5 — BUTLAND, G. J. Frontiers of settlements in Latin America. *Revista Geográfica*, (65):98-106, Dec. 1966.
- 6 — CAMBIAGHI, S. M. O povoamento do norte do Paraná. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, 6(1):81-90, 1951-52.
- 7 — CHARDON, Roland E. Changes in the geographic distribution of population in Brazil, 1950-60. In: BAKLANOFF, Eric N., ed. *New Perspectives of Brazil*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1966.
- 8 — LA COLONIZACIÓN agrária en Venezuela: 1830-1957. Caracas, República de Venezuela. Ministério de Agricultura. Dirección de Planificación Agropecuária. División de Política Agrícola, 1960. Resumen.
- 9 — DICKENSON, J. P. Brazil's census surprises. *The Geographical Magazine*, 44(1), Oct. 1971.
- 10 — DOZIER, Craig L. Northern Paraná, Brazil; an example of organized regional development. *Geographical Review*, New York, (66):318-33, 1956.
- 11 — ———. *Northern Paraná, Brazil; settlement and development of a recent frontier zone*. Dissertação — Johns Hopkins University, 1964. Inédito.
- 12 — EIDT, Robert C. Permanent settlements. In: UHLIG, Harald; LIENAU, Cay, eds. *Rural settlements*. Giessen, 1972.
- 13 — ———. *The climatology of South America*. Milwaukee, University of Wisconsin-Milwaukee, 1968. (Latin American Center Pamphlet Series, 5).
- 14 — ———. *Pionner settlement in Northeast Argentina*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1971.
- 15 — ELFES, Alberto. *Estudos agro-econômico e social: Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste*. Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário. Delegacia Regional do Paraná, 1970.
- 16 — GÓMEZ, Mercedes Fermín. *The Orinoco Basin; a geographic unit*. Tese (doutorado) — Boston University, 1965. Inédito.
- 17 — LYNN SMITH, T. *Brazil; people and institutions*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1963.
- 18 — ———. Notes on population and social organization in the central portion of the São Francisco Valley. *Inter-American Economic Affairs*, 1, 1957.
- 19 — MAACK, Reinhard. A modificação da paisagem natural pela colonização e suas consequências. *Boletim Paranaense de Geociências*, Curitiba, (2/3):29-48, jun. 1961.
- 20 — MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte do Paraná. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, (25):11-17, 1945.
- 21 — MAPA do Município de Toledo; sistema viário. 1970.
- 22 — NICHOLLS, William H. The agricultural frontier in modern Brazilian history; the state of Paraná. In: MIDWEST ASSOCIATION FOR LATIN AMERICAN STUDIES. *Cultural change in Brazil*. Muncie, Ball State University, 1969.

- 23 — ———; PAIVA, Ruy Miller. The North of Paraná; Maringá. In: ———; ———. *Ninety-nine fazendas; the structure and productivity of Brazilian agriculture*. Nashville, Vanderbilt University, 1969.
- 24 — OBERG, Kalervo. *Toledo; um município da fronteira oeste do Paraná*. Rio de Janeiro, Serviço Social Rural, 1960.
- 25 — PENTEADO, Antonio Rocha. *Problemas da colonização e do uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. Lisboa, Sociedade de Geografia, 1968.
- 26 — PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO. *Plano integrado de reforma e o desenvolvimento agropecuário do Município de Toledo*. 1970.
- 27 — ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. trad. Emery Ruas. Porto Alegre, Globo, 1969.
- 28 — ROTHWELL, Stuart Clork. *The old Italian colonial zone of Rio Grande do Sul, Brazil*. Porto Alegre, 1959.
- 29 — SIMÕES, Ruth Mattos Almeida. Notas sobre o clima do Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, 16(1), jan./mar. 154.
- 30 — SOUZA, Odilon Rodrigues de. *A legislação rural brasileira e o ICM*. Rio de Janeiro, INDA, 1968. 2 v.
- 31 — STRACHAN, Leoyd W. *Changes in the nature and availability of economic opportunities in a recently settled area; north Paraná, Brasil*. Inédito.